



Revista Brasileira de  
**História  
Militar**



**Ano XIII - Nº31**  
Abril 2022

## **Expediente**

A Revista Brasileira de História Militar (RBHM) é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade semestral, com o objetivo de divulgar artigos de história militar, geopolítica e metodologia da pesquisa nas áreas de interesse, produzidos por acadêmicos e pesquisadores, brasileiros e estrangeiros.

Os ensaios publicados estão dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos.

A RBHM destina-se também a divulgar eventos acadêmicos de história militar e geopolítica, a publicação de anais relacionados à assuntos militares.

ISSN 2176-6452

FUNDADOR

César Machado Domingues

EDITORES

Ricardo Cabral

Pedro Drummond

CONSELHO CONSULTIVO

Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ)

Paulo André Leira Parente (UNIRIO)

Luiz Carlos Carneiro de Paula (IGHMB)

Francisco Eduardo Alves de Almeida (EGN)

César Campiani Maximiano (USP)

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa (IMM/ECEME)

CONSELHO EDITORIAL

Alair Figueiredo (UERJ)

Bruno Melo de Oliveira (UNIFA)

Carlos Roberto Carvalho Daróz (Universo)

Dennison de Oliveira (UFPR)

Leonardo Costa Ferreira (Escola Naval)

Manuel Rolph Cabeceiras (UFF)

Marcello José Gomes Loureiro (Escola Naval)

Sandro Teixeira Moita (ECEME)

Wellington Amorim (Escola Naval)

**Imagem da capa: Marie Favier (1843 -?) Oficial do Batalhão de Franco Atiradores de Doubs na Guerra Franco Prussiana (1870 – 1871). Acervo do Musée de l'Armée, Paris.**



Esses “franco-atiradores” não devem ser confundidos com os modernos atiradores de elite que atuam nas mais diversas forças armadas desde o século passado. Originários de clubes de tiro recreativo e organizações patrióticas que surgiram na França durante a década de 1860, os Franc Tireurs tiveram uma atuação destacada na Guerra Franco Prussiana (1870 – 1871) e marcaram profundamente o pensamento militar alemão.

Embora pudessem ser incorporados à massa dos exércitos, geralmente atuavam em pequenos grupos, emboscavam colunas de suprimentos alemãs, destruíam pontes vitais e invadiam postos avançados prussianos. Através dessas táticas de guerrilha, embaraçavam o avanço de grandes destacamentos do inimigo e contestavam cada passo de seu avanço.

Difamados como assassinos e salteadores e classificados como guerrilheiros ou insurgentes, quando capturados eram sumariamente executados pelos prussianos, que também reagiam às emboscadas com duras represálias contra a população civil nas áreas de atuação dos Franc Tireurs.

Mais de 40 anos depois, no contexto da Primeira Guerra Mundial, a lembrança desses combatentes irregulares permanecia viva no Estado-Maior Alemão, que preconizava medidas duríssimas contra sua atuação nas áreas ocupadas. Isso resultou em diversos massacres como o de Dinant, abordado nesta edição.

## **Editorial Revista Abril 2022**

Esta edição, a Revista Brasileira de História Militar tem um novo corpo editorial, o professor Ricardo Pereira Cabral, é o editor responsável, e o Professor Pedro Silva Drummond, o editor associado. O nosso especial agradecimento ao antigo editor responsável César Machado Domingues, fundador, e Marcelo José Gomes Loureiro, editor associado, grandes responsáveis pelo grande sucesso obtido pela RBHM nesses anos. A nova editoria recebe com alegria e satisfação o encargo de levar adiante a Revista Brasileira de História Militar, ciente do enorme desafio de manter o alto nível da publicação.

Na atual edição, temos a participação do professor Lucas Carnevale Machado, que debate a participação de policiais militares do estado do Pará em missões de paz da ONU, na Missão das Nações Unidas para Moçambique. O pesquisador Carlos Roberto Carvalho Daróz, trata do Massacre na cidade belga Dinant, perpetrado pelo exército alemão na Primeira Guerra Mundial. Em seguida, o pesquisador Michael Scheffer Lopes, apresenta os benefícios de elaborar um plano estratégico de cooperação em Segurança Marítima no Oceano Atlântico entre países lusófonos. Thales Britto Cantalice retrata a temática da guerra no escopo da obra A Política de Aristóteles. Contamos também com os trabalhos dos autores Karla Beatriz de Melo Lima, Lucas Gomes e Ronald Cavalcante Castelo Branco, que desenvolve a temática sobre a importância da Coluna Prestes para o Ensino de História e o seu entendimento para compreensão republicana do Brasil. Para finalizar, o professor Bruno de Melo Oliveira, aborda algumas ideias sobre o projeto de desenvolvimento da aerostação militar no Exército Brasileiro, dentro do período de 1905 e 1908.

Editores Responsáveis:

**Ricardo Pereira Cabral**

**Pedro Silva Drummond**

## Sumário

<b>A corporação de fronteira sob o signo das nações unidas: Os relatos orais da participação pioneira de policiais paraenses na operação de paz em moçambique – onumoz (1993 – 1994)</b> .....	<b>6</b>
Lucas Carnevale Machado	
<b>O saque de Dinant: A morte de uma cidade belga</b> .....	<b>28</b>
Carlos Roberto Carvalho Daróz	
<b>A cooperação internacional em segurança marítima para o oceano atlântico</b> .....	<b>52</b>
Michael Scheffer	
<b>Aristóteles como espectador da guerra: Apontamentos críticos sobre a política</b> .....	<b>61</b>
Thales Britto Cantalice	
<b>O movimento da coluna prestes como um falso sísifo: A alegoria histórica de ineficácia da coluna na formação republicana do Brasil</b> .....	<b>84</b>
Karla Beatriz de Melo Lima Lucas Gomes Ronald Cavalcante Castelo Branco	
<b>Panorama da aerostação no exército brasileiro: Da teoria à tentativa da prática (1905-1908)</b> .....	<b>105</b>
Bruno de Melo Oliveira	
<b>Livro em Destaque: Princípios Elementares da Propaganda de Guerra</b> .....	<b>121</b>
Anne Morelli	

---

# A corporação de fontoura sob o signo das nações unidas: Os relatos orais da participação pioneira de policiais paraenses na operação de paz em moçambique – onumoz (1993 – 1994)

Lucas Carnevale Machado<sup>1</sup>

**Resumo:** O seguinte trabalho tem como objetivo discutir a primeira participação de policiais militares do estado do Pará em missões de paz da ONU, na Missão das Nações Unidas para Moçambique (ONUMOZ) atuando como observadores policiais, cabendo aos mesmos a fiscalização polícia local moçambicana e o apoio para o total cumprimento dos objetivos estabelecidos pela missão. Além do pioneirismo, é importante compreender de que maneira a missão foi organizada e preparada, somado aos impactos pessoais e coletivos devido aos rastros da guerra ligados principalmente à Guerra do Ultramar (1964 - 1974) e a Guerra civil Moçambicana (1977 - 1990). Essa abordagem foi realizada através de entrevistas qualitativas de história oral, buscando suas histórias de vida, suas formações profissionais e na corporação, somadas às suas diferentes atuações na missão.

**Palavras Chave:** História Militar, Manutenção da Paz, Polícia Militar.

**Abstract:** The following paper aims to discuss the first participation of military police officers from the state of Pará in UN peacekeeping missions, in the United Nations Mission for Mozambique (ONUMOZ) acting as police observers, responsible for monitoring local Mozambican police and providing support for the full fulfillment of the objectives established by the mission. In addition to pioneering, it is important to understand how the mission was organized and prepared, added to the personal and collective impacts due to the traces of war linked mainly to the Overseas War (1964 - 1974) and the Mozambican Civil War (1977 - 1990). This approach was carried out through qualitative interviews of oral history, seeking their life stories, their professional and corporate backgrounds, added to their different roles in the mission.

**Keywords:** Military History, Peacekeeping, Military Police

1. Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado do Pará (UEPA); Especialista em História militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL); Mestrando em Ciências do Patrimônio Cultural pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

## Contexto Histórico

A participação brasileira em Missões de Paz das Nações Unidas é bastante notória, desde a formação da ONU com o fim da II Guerra Mundial (1939 - 1945). As forças armadas brasileiras (Exército, Marinha e Aeronáutica) estão presentes nas operações desde 1948 como observadores e, desde 1956, como força de ação direta para a manutenção da Paz<sup>2</sup>. De acordo com a evolução das missões, que aos poucos se tornaram cada vez mais complexas, demandando vários grupos profissionais. Médicos, engenheiros, policiais; são algumas das áreas especializadas que ganharam espaço nas tarefas de consolidação da paz e de reintegração social de grupos envolvidos em guerras civis ou em combate por décadas.

Com o início da década de 1990, no qual evidenciou a profunda crise político-econômica do mundo socialista, e que culminou no fim da União Soviética em 1991, encerrou a disputa entre Capitalismo contra Socialismo conhecida como Guerra Fria, restando na atualidade poucos países socialistas (China, Coréia do Norte e Cuba são os mais notórios). neste vácuo entre as superpotências em que surgiram muitas brechas de conflitos considerados secundários, e que aos poucos tomaram cada vez mais importância e notoriedade. Um destes conflitos estava em curso desde o processo de abandono colonial Português com a Revolução dos Cravos, em 1974, resultando na criação de novos países: Angola, Cabo Verde, Moçambique, Timor Leste, Guiné-Equatorial e São Tomé e Príncipe. Neste trabalho especificamente, será abordado o caso moçambicano, no qual após a independência, a nação consolidou o poder político dentro do grupo militar que lutava pela emancipação desde a década de 1960, a Frente de Libertação Moçambicana (FRELIMO) de orientação marxista, tornou a nova nação um foco de problemas diplomáticos com nações vizinhas, como a África do Sul e a Rodésia (Atual Zimbábue).

Os problemas políticos foram agravados pelo fechamento da fronteira com a Rodésia, no qual a FRELIMO apoiava os Rebeldes contra o Apartheid no país fronteiriço. Os Rodesianos, em contrapartida apoiaram a criação de uma nova facção política dentro de Moçambique, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), no qual foi apoiado por vários países limítrofes, tendo como base a guerrilha contra o governo da FRELIMO e contra o Comunismo (SILVA e AGUILAR, 2005).

Com o fim do apoio aos grupos conflitantes na década de 1990, a ONU iniciou a preparação para um acordo de paz e o fim dos conflitos entre a FRELIMO e a RENAMO, assinado em 1991, transformando os em partidos políticos e iniciando o processo de reintegração social dos milhares de combatentes espalhados pelo país. Em dezembro de 1992, tem início a Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMUZ), composta por tropas militares regulares e por policiais militares de várias nações (AGUILAR, 2005).

Nesse contexto a Polícia Militar do Pará, através do comandante geral na época o Coronel Cleto José Bastos da Fonseca, decidiu convocar oficiais intermediários para participar da

---

2. A missão de observação está incluída dentro dos objetivos ligados à manutenção da paz, cujo objetivo é a fiscalização ao cumprimento de acordos de paz previamente definidos entre partes beligerantes. Já a força de ação direta atua na defesa de instalações e do contingente responsável pelas Missões de Paz, ou no combate a grupos dissidentes que ameacem a vida de civis e os direitos humanos, obrigando o uso de operações militares ofensivas in: AGUILAR, Sérgio Luís Cruz. **Brasil em missões de paz**, São Paulo, Usina do livro, 2005. MACHADO, Lucas Carnevale. **Experiências pessoais e coletivas de militares Paraenses das Forças de Paz da ONU na MINUSTAH: Uma abordagem de suas memórias Orais** (2008 - 2017), UEPA, Belém, 2019.



ONUMOZ, buscando essa experiência de uma missão internacional, além de incluir a corporação no panorama das instituições militares brasileiras que colaboram junto às Nações Unidas.

A corporação foi criada em 1818, para servir como unidade de cavalaria provincial do Grão-Pará pelo Conde de Vila Flor, teve participações marcantes em grandes eventos militares da história do Pará e do Brasil, como durante a Cabanagem (1835 – 1840); A Guerra do Paraguai (1864 – 1870), formando o Corpo Paraense de Voluntários da Pátria e a Guerra de Canudos (1897), tendo ação destacada nos últimos ataques ao arraial de Belo Monte e com a grande atuação de Oficiais da PM como o coronel José Sotero de Menezes e o patrono Antônio Sérgio Dias Vieira da Fontoura, que comandou o ataque de 25 de setembro.

A Força foi extinta após a Revolução de 1930, sendo reativada somente em 1932 e sendo reorganizada em 1935, criando unidades policiais específicas na capital, assim como a construção de cursos de educação e de estudos ligados à formação de policiais, consolidando a instituição estadual para o cumprimento de suas obrigações constitucionais.

Durante a década de 1940 a 1980, a polícia esteve sob constante supervisão do exército, que através da Inspeção Geral da Polícia Militar (IGPM) fazia as orientações acerca de armamento, doutrina, e de questões que buscavam fortalecer a ideia das corporações estaduais como Reserva do Exército (COTTA, 2018, p. 177). Apesar disso, durante essas décadas, a Polícia Militar Paraense fortaleceu sua identidade própria, buscando em Fontoura e em outros militares históricos a consolidação dos signos da corporação. Com a profissionalização constante, foi criado em 1990 a Academia de Polícia Militar Coronel Fontoura, oferecendo uma formação mais completa aos oficiais.

Muitos oficiais que se candidataram para participar da missão eram recém-formados da academia, dessa maneira foram selecionados: Seis 2º Tenentes e um capitão para participarem da ONUMOZ, sendo respectivamente: Tenentes Bittencourt, Fernando, Gibson, Guerra, Mário Antônio e Seraphico; além do capitão Marcos Eismann. Até o ano de 2020, consegui contatar a maioria dos oficiais para fazer as entrevistas. O Coronel Marcos faleceu em 2019, e o Ten. Cel. Guerra faleceu durante o processo de construção da pesquisa, devido a Pandemia de Covid – 19. Durante oito meses (outubro de 2020 – maio 2021) foram coletadas cinco entrevistas, através do aplicativo zoom, com os depoimentos sendo gravados e transcritos para fazer as problematizações e discussões sobre a participação desses policiais na ONUMOZ.



Foto 01: Equipe da Polícia Militar do Pará selecionada para a ONUMOZ.

Presentes: (Da esquerda para direita) F. Gibson, Seraphico e Marcos Eismann (Em pé); C. Guerra, Mário Antônio, S. Bittencourt e Fernando (Sentados).

Foto: Coronel Fernando (Acervo Pessoal).



## Os relatos de vida dos entrevistados e a história oral como fonte histórica

A grande maioria dos entrevistados contou um pouco de sua história de vida antes e durante a trajetória na força policial, no qual teve alguns que eram oriundos do Exército, principalmente do Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR), os inspirando a seguir carreira dentro do meio militar (FERNANDO e SERAPHICO, 2021).

*Antes de ir pra missão, a gente praticamente viveu as mesmas coisas. Eu fiz, nós fizemos a formação no exército, né? Como oficial R2, temporário, no NPOR, depois aí eu, no meu caso, eu não sei o caso do Guerra mas no meu caso eu servi como tenente temporário na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. Eu servi lá em Clevelândia do Norte, durante um ano e um mês. Eu fui tenente temporário, né? Numa área ruim também. E aí isso me trouxe uma certa rusticidade, né? Me deu uma certa resiliência. E aí quando eu vim pra PM, nós fizemos academia, né? E da academia a gente foi pro batalhão de choque, né? No batalhão de choque, tinham muitas missões, assim, árduas, né? Com muitas missões árduas. Reintegração de posse, campo de futebol, né? (FERNANDO, 2020, p.3)*

Para outros, a carreira militar influenciou ou acrescentou a formação acadêmica dos militares, no qual foram formados em áreas variadas como: Direito, Inglês, Ciência da computação e até um doutor em Sociologia. Além da formação acadêmica, a grande maioria dos militares entrevistados tem histórico na realização de cursos internos das forças armadas ou policiais, como o Curso de Formações Especiais (Tenente Guerra, Fernando, Seraphico) e o Curso de Guerra na Selva (Tenente Bittencourt).

Nesse sentido o estudo da História Oral é importante para a compreensão dessas histórias de vida que segundo Porteli:

*Mas o único e precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador, e que nenhuma outra fonte possui e a subjetividade do expositor. Se a aproximação para a busca é suficientemente ampla e articulada, uma seção contrária da subjetividade de um grupo ou classe pode emergir (PORTELLI, 1996, p.7).*

Aos poucos, com o avançar da entrevista, algumas particularidades sobre a missão e sobre a sua atuação na ONUMOSZ emergiram de acordo com as funções que atuaram e seus contatos com as mazelas e com a população civil afetada na guerra civil.

As memórias de Guerra ou na atuação em conflitos internacionais, foi um dos pontos abordados por Alistair Thomson, que construiu uma obra sobre as Histórias Orais dos veteranos de guerra da Austrália e da Nova Zelândia (ANZAC's). A análise dessas fontes permite ao historiador captar possíveis traumas e problemáticas decorrentes do combate direto ou de presenciar eventos traumáticos, como: ver ataques a população civil, presenciar detonações acidentais de minas terrestres ou ser vítima de um artefato do tipo.

Para Thomson:

*Outro difícil foco de atenção das novas entrevistas refere-se à maneira como as memórias são afetadas pelas estratégias de contenção, pelos meios de controle da frustração, fracasso, perda ou dor. Isto exigiu um balanço sensível entre uma investigação potencialmente dolorosa e a leitura das entrelinhas da memória. O que é possível ou impossível lembrar, ou mesmo ser*

*dito em voz alta? Quais são os significados ocultos dos silêncios e súbitas mudanças de assunto? (THOMSON, 2001 p.7)*

Com esses cuidados e nuances, a pesquisa foi constituída com perguntas voltadas a suas histórias pessoais na missão, sempre buscando interligar com suas trajetórias de vida, buscando discutir os traumas, pontos marcantes e pequenos detalhes geralmente não discutidos por uma historiografia mais tradicional, mas que servem para compreender a realidade em que esses veteranos estavam imersos.

## As Origens da polícia militar paraense

A polícia militar do Pará tem um grande histórico de atuação regional, fundada em 1818, como uma tropa de Cavalaria de 2º Linha subordinada ao comandante das armas e ao presidente da Província do Grão-Pará. Estas tropas atuaram na manutenção da legalidade até a adesão à independência em 1823, tal como na Cabanagem (1835 – 1840), no qual os seus quadros como legalistas, defenderam Belém e outras praças fortes do Interior (Cametá, Santarém, Óbidos etc.). Durante todo o império, manteve estreitas ligações com a força terrestre nacional que estava acantonada no Grão-Pará, com a tropa sendo comandada geralmente por Oficiais de 1º Linha terrestre (Exército), atuando diretamente em conflitos, como na guerra do Paraguai (1864 – 1870)<sup>3</sup>.

Já na República, a atuação desses policiais paraenses em conflitos regionais mostrou-se importante, devido à grande repercussão na mídia de época sobre o Arraial de Belo Monte (também conhecido como Canudos). Foram feitas quatro incursões militares fracassadas em Belo Monte, usando de tropas de 2º Linha (polícias locais e jagunços) e de 1º Linha (exército), e que acabaram perdendo armamentos e recursos humanos (MACHADO, 2012).

Na quinta e última expedição, tropas do exército dotadas de cavalaria e artilharia, somadas a tropas de policiais militares do Pará, avançaram sobre o arraial em 25 de setembro de 1897, no qual o comandante da unidade paraense, Coronel Sotero de Menezes foi ferido, sendo levado para a retaguarda para tratamento. Seu substituto, Tenente Coronel Antônio Sérgio Dias Vieira da Fontoura, ordenou a tropa a manter-se em suas posições e avançando cada vez mais para o interior do Arraial, permitindo o primeiro hasteamento da bandeira brasileira no local, assim como a bandeira do estado do Pará, marcando o início da vitória das tropas militares sobre os sertanejos (GOMES FILHO, 2013 9-10; MARRECA, 1937).

Apesar da memória e dos acontecimentos finais sobre canudos serem controversos, a atuação da tropa paraense



Foto 02: Retrato do Patrono da Polícia Militar do Pará, Coronel Antônio Sérgio Dias Vieira da Fontoura. Foto: Museu digital da PMPA.

3. MACHADO, Francisco Ribeiro. *Visão Histórica da Polícia Militar do Pará: pesquisa e compilação*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2012.

marcou a corporação, dando-lhe um patrono, vários signos e heróis que foram bastante promovidos pelo regime recém-formado da República Brasileira. A corporação passou por contínuas mudanças, participando de revoluções (como a de 1917), combatendo movimentos revolucionários de caráter tenentista (1924 e 1930), acabou sendo extinta pelo Interventor Joaquim Magalhães de Cardoso Barata, devido suas contínuas intromissões na repressão aos movimentos tenentistas que ele tinha tomado parte (MACHADO, 2012).

Assim, entre 1930 e 1932, a segurança pública do estado foi feita somente pela Guarda Civil ligada ao Interventor, sendo complementada somente em 1932, após a mobilização de estudantes e outros ativistas em favor do movimento constitucionalista em Belém. Os revoltosos conseguiram tomar a chefatura de polícia e se apoderaram de armas, com a revolta durando por mais alguns dias. A partir daí, foi criada uma companhia de Estabelecimento (Infantaria), com antigos militares da Força Pública, e que foram sendo mobilizados por completo até 1935, quando a Polícia Militar Ressurge com Um Batalhão de caçadores, um Regimento de Cavalaria e o Comando geral (OLIVEIRA, 2013).

Junto com esse ressurgimento, em 1939 surge o primeiro curso de formação de Oficiais especificamente para policiais, não ligados ao exército como anteriormente, permitindo maior autonomia para o ensino e a corporação, permitindo que os oficiais tivessem um treinamento mais aprimorado para a profissão policial (MARRECA, 1940).

De 1939 a 1989, muitos oficiais da Polícia militar paraense foram formados internamente e em outras escolas estaduais de polícia, no qual não havia tantas diferenças, permitindo a formação e o aperfeiçoamento dos quadros de comando do Brasil inteiro. Em 1990, foi fundada a Academia de Polícia Militar Coronel Fontoura, única escola de formação construída a partir dos quadros de oficiais da Polícia paraense. É importante compreender o quão recente era essa formação dos policiais de comando do Pará, pois muitos militares entrevistados eram recém-formados dessa instituição, com pouquíssimo tempo de aspirante e de 2º tenente. No total, cerca de cinco militares foram entrevistados sobre a participação da Polícia na ONUMOZ, especificados na seguinte tabela:

Nome completo do Militar	Posto na corporação (Na missão/ Na Reserva) Respectivamente	Entrevistado ou não
Fernando Carlos Gibson de Carvalho	2º Tenente / Coronel	Sim
Cláudio Guerra	2º Tenente / Tenente Coronel	Sim, parcialmente (Falecido em 2020)
Mário Antônio	2º Tenente / Coronel	Não
Márcio Fernando Borges	2º Tenente / Coronel	Sim, parcialmente
Marcos Eismann	Capitão / Coronel	Não (Falecido em 2019)
Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto	2º Tenente / Coronel	Sim
Waldomiro Seraphico de Assis Carvalho Neto	2º Tenente / Coronel	Sim

**Tabela 01:** Relações de policiais participantes e suas respectivas patentes à época da Missão e após baixa da Corporação, entrevistados ou não.

## A formação da Nação da África austral e a dominação portuguesa

Moçambique é um estado da África subsaariana, colonizado por Portugal desde o século XV, com as expedições portuguesas que tinham como objetivo alcançar as "Índias orientais", contornando por completo o continente africano. Os europeus chegaram à região na viagem de Vasco da Gama para o subcontinente indiano, apesar de já haver entrepostos árabes de comércio na região, principalmente vindos do norte da África entre as regiões atuais da Somália e Malawi. O estabelecimento dos portugueses da região deu-se a partir dos séculos XVI e XVII, com a fundação das primeiras vilas e estabelecendo ou impondo acordos com os reinos locais (CABAÇO, 2007, p. 28).

Durante a parte final do século XIX, Portugal consolidou seu domínio ocupando os territórios que foram sendo explorados com a atuação de firmas empresariais de capital português e britânico, no qual colaboraram com a eliminação dos reinos nativos restantes. Nesse processo, a capital do território passou por mudanças, indo da Ilha de Moçambique (ao norte) para a Cidade de Lourenço Marques, atual Maputo (ao Sul) (CABAÇO, 2007, p. 94 - 95).

Durante a primeira metade do século XX, a administração portuguesa consolidou a participação econômica de Moçambique como fornecedor de matérias primas agrícolas, trabalhando com a exportação, complicando bastante a situação de subsistência dos agricultores menores (CABAÇO, 2007, p.73). Com a ascensão de Antônio Salazar no comando de Portugal, a repressão cultural aos nativos de Moçambique aumentou, com o estabelecimento de diretrizes para atuação em Angola e Moçambique, como: a intervenção direta da Igreja católica na educação dos moçambicanos nativos, e que apesar disso, em 1975, 90% da população permanecia analfabeta; havia um processo de concessão de mão de obra barata a África do Sul, para trabalharem nas minas de carvão; além disso, tinha o incentivo contínuo para a Migração de Portugueses carentes para as suas regiões ultramarinas (SILVA, 2019, p. 3; SILVA, 2005, p; CABAÇO, 2007, p.157 e 169).

Na década de 1950, a região foi transformada em província ultramarina, além de receber alguns investimentos em infraestrutura por parte da metrópole portuguesa, principalmente ligadas aos transportes, consolidando alguns corredores específicos, consolidando as estradas de ferro construídas no final do século XIX. Já em 1960, o governo português conseguiu coibir as aspirações de independência de Moçambique, levando ao exílio muitos de seus cidadãos (SILVA, 2005).

Muitos desses se refugiaram em países vizinhos como o Quênia, Tanzânia e o Malawi, e que apesar de longe de sua terra, não deixaram de defender a independência moçambicana, formando vários grupos de resistência (inicialmente política, depois como guerrilha) aos portugueses. Estes se unificaram na Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), fundada em 1964 e que atuou diretamente contra Portugal durante a Guerra do Ultramar. Apesar da grande resistência dos moçambicanos, a guerra manteve o domínio colonial português até 1974, que com a Revolução dos Cravos acabou encerrando o período de domínio salazarista no poder e iniciando o declínio de Portugal em seus territórios ultramarinos na África e na Ásia (JANUÁRIO, 2019, p. 16).

## **A Guerra entre a FRELIMO e a RENAMO (1976 – 1992)**

Como o movimento de independência da nação havia sido unificado junto a FRELIMO, o poder foi entregue exclusivamente a esse grupo político, cujas posições políticas estavam bem próximas do marxismo-leninismo. Dessa maneira, algumas nações fronteiriças começaram a esboçar preocupação, e consolidar grupos guerrilheiros contra este governo estabelecido (SILVA, 2005; JANUÁRIO, 2019).

Em 1977 a nova nação enfrenta vários combates entre si, entre o governo marxista da FRELIMO, e uma nova organização guerrilheira de caráter anticomunista auxiliada e equipada pelo governo racista da Rodésia do Sul, de Ian Smith como represália ao apoio do Governo de Moçambique aos guerrilheiros africanos de Robert Mugabe que combatiam o regime do Apartheid Rodesiano (SILVA, 2005).

Esses guerrilheiros formaram a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), atuando em Guerrilha, sabotagem e Guerra regular, no qual ambas as facções políticas dominavam partes da nação, levando a um grande desgaste social e econômico do país, com muitos civis feridos e mutilados após 15 anos de conflito. Com o final da guerra fria e da polarização ideológica global, ambos os lados foram levados à mesa de negociação, para evitar um isolamento que complicaria ainda mais a situação de Moçambique (SILVA, 2005).

Entre 1990 e 1992, foram feitas várias conferências entre a FRELIMO e a RENAMO, que assinaram o fim das hostilidades em 04 de outubro de 1992, que estabeleceu a atuação das Nações Unidas como responsável pela desmobilização dos combatentes e pelas eleições democráticas de 1994 (SILVEIRA, 2019).

## **Objetivos principais da missão e do contingente policial**

O mandato da missão da ONU em Moçambique começou em dezembro de 1992, com a formação dos primeiros elementos constituintes da ONUMOZ e da mobilização dos países membros para os militares interessados em contribuir. Segundo artigo escrito pelo general de divisão Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva, antigo Comandante Militar da ONUMOZ, foram constituídos para a missão cerca de cinco segmentos profissionais para atuar em Moçambique: um componente Militar, uma Divisão Humanitária, uma divisão eleitoral e uma Divisão Administrativa. O contingente policial no qual o trabalho se trata, foi formado por último, devido a organização policial de Moçambique ser formada por grande maioria de membros da FRELIMO (Governo), necessitando de uma fiscalização maior das Nações Unidas (SILVA, In AGUILAR, 2005 p. 78).



Segmento Profissional da ONUMOZ	Objetivos na Missão	Membros
Divisão Militar	Colaborar para a manutenção do cessar fogo entre as partes, desminar e proteger as áreas estratégicas para a logística do andamento da missão; contenção de grupos rebeldes armados; prestar todo o apoio necessário aos outros segmentos da missão.	Militares das Forças Armadas de vários países membros da ONU.
Divisão Humanitária	Responsável por prestar o apoio para os processos de organização de refugiados e combatentes desmobilizados, além de gerir os recursos (água, comida, medicamentos, etc) e realizando o processo de desminagem.	Civis, Militares da ONU e firmas contratadas.
Divisão eleitoral	Para organizar e acompanhar os Processos eleitorais no executivo e legislativo de Moçambique no ano de 1994.	Observadores civis de vários países membros da ONU.
Divisão Administrativa	Responsável pelo apoio logístico e administrativo da ONU na missão.	Civis locais ou estrangeiros empregados pela ONU.
Contingente policial	Monitorar a atuação da Polícia de Moçambique	Policiais da UNPOL selecionados para a missão.

Tabela 02: Objetivos gerais da ONUMOZ. Extraída de: (SILVA, In AGUILAR, 2005).

## Seleção e contato inicial com a missão

A seleção dos oficiais paraenses participantes da missão de paz de Moçambique foi noticiada pelo Boletim Geral da Polícia Militar, o qual abriu vaga para 07 Oficiais paraenses, que deveriam ser primeiros tenentes ou capitães, contando já com certa experiência dentro da corporação.

Apesar disso, participaram do processo da ONUMOZ, seis Segundos Tenentes e um Capitão da polícia paraense. Como a grande maioria dos oficiais estavam fora dos padrões definidos previamente, foram feitas audiências com o Comandante Geral da PM, Cleto José Bastos da Fonseca e o Governador do Estado na época, Jader Barbalho, que autorizou os referidos militares a seguir com a missão.

Depois de autorizados, os policiais paraenses foram de avião de Belém para o Rio de Janeiro, embarcando após dois dias para uma das capitais da África do Sul (Johanesburgo), que passava pelo processo de transição do regime racista do Apartheid, para uma democracia com participação ativa de toda a população. Um ponto importante sobre essa escala, é que somente três militares falaram sobre ela, de maneira que foi abordada a tensão existente no país inteiro. Segundo Gibson e Guerra:

*[...] estava em um clima muito tenso, próximo ao fim do regime. Chegamos a presenciar várias cenas que fariam as pessoas ficarem chocadas. O que as pessoas narram a respeito daquele momento histórico, nós presenciamos (GIBSON, 2021 p. 3).*



*Fizemos uma escala em Johannesburgo, na África do Sul e foi bem interessante essa escala, né? Em Johannesburgo. Fernando, eu não sei se tu recordas disso, que estava ainda no final do processo do apartheid lá, na África do Sul e no dia que nós viemos embora teve um atentado no aeroporto de Johannesburgo, nós estávamos no hotel, nós fomos orientados a ficar no hotel, porque ainda estavam naquele processo de soltura do Nelson Mandela, e enfim, a África do Sul se encontrava bastante conturbada (GUERRA, 2020 p. 2).*

Da cidade sul-africana os policiais foram para Maputo, Capital de Moçambique, sendo recebidos no quartel general da ONU no Hotel Rovuma, instalando-se na capital em um outro hotel com situação estrutural complicada. Segundo Bittencourt:

*A cidade parecia aquilo que se vê na televisão, em filmes: toda quebrada, destroços de prédios e carros pela rua, uma desordem muito grande. Nós fomos levados para o hotel, para nos acomodarmos e de lá partir para a primeira reunião. Não sei se foi um trote, não sei quem selecionou o hotel, porque existiam hotéis razoáveis em Maputo, mas nos colocaram em um hotel que parecia realmente o cartão de visitas de um país atacado, destruído pela guerra: eram quartos quebrados, sem água encanada, com a tubulação sanitária entupida, o prédio no pior estado possível. (BITTENCOURT, 2021, p. 3)*

Uma passagem curiosa sobre a estadia inicial em Maputo foi contada pelo coronel Fernando, no qual:

*Não tinha água no hotel. Então, eu fiquei junto com o Seraphico no apartamento lá, e perguntei para o rapaz que foi mensageiro, como é que a gente fazia para lavar as mãos, para conseguir água. Ele disse, "não, eu vou conseguir a água para vocês, eu vou trazer um balde de água", fazendo um sotaque bem moçambicano, que mistura ali o português com os dialetos locais. E aí, ele trouxe um um balde de água ali, mais ou menos, tinha uns dez litros de água, ou até menos. E aí, eu perguntei para ele, "meu amigo, mas é para mim e para ele, para os dois, que a gente precisa tomar um banho, né?" E ele olhou na minha cara assim e disse "E não dá?" (FERNANDO, 2020 p. 2)*

Durante a parte inicial da missão, os relatos ficam um tanto confusos, abordando após a divisão dos locais de serviço a falta de informações sobre essas regiões, além de um certo desconhecimento sobre a função do Observador Policial, no qual tinha algumas peculiaridades: muitos policiais levaram grande quantidade de equipamento de natureza operacional, sem saber o que faria na missão. Os militares passaram por vários cursos de nivelamento, principalmente para lidar com o equipamento militar das Nações Unidas, inglês e espanhol, artefatos explosivos e minas terrestres. Chegando nos locais de serviço, não poderiam usar armas e só utilizaram pouca coisa do equipamento que trouxeram.

Quanto às informações da ONU, o Coronel Gibson afirma que:

*Pediram para aguardar a relação dos nomes para fazer a distribuição no terreno. Então cada um olhou pro outro e eu pensei: "é só isso que o cara tem para me oferecer de informação?". Pensei que iríamos ficar os 7 juntos, nos separaram de acordo com grau hierárquico. Minha dupla foi o Fernando, ficamos juntos durante toda a missão. Fomos para o local mais longínquo que havia no país, uma região bastante inóspita (Cidade de Tete). E ninguém nos deu informação sobre a população, sobre as províncias, sobre as Agências presentes, sobre as questões de áreas fronteiriças, não deram informações sobre o nosso contingente, de quantos*

*oficiais estariam sendo deslocados para lá, fomos às cegas. Carregando um peso enorme. Quando chegamos lá, pensamos: “a gente vai formar a polícia. Uma responsabilidade e tanto.” Mas no primeiro dia já veio a decepção. Nós seríamos bucha-de-canhão. O deslocamento é sempre pelos veículos da ONU, eles têm uma logística fantástica. A ONU, quando chega num local, traz uma logística maravilhosa. Os aviões todos cedidos pelas Nações para fazer o transporte, veículos, combustível liberado para rodar, você faz missão sem se preocupar com nada. A logística que eles oferecem é “mil por cento”! Agora, informações são “menos dez” (GIBSON, 2021 p. 4).*

## A rotina nas províncias e nas funções de Observador Policial

No início da missão, ficou estabelecido que os militares seriam divididos de acordo com a patente, sendo deslocados para as capitais dos distritos, responsabilizando-se em fiscalizar os destacamentos policiais nas províncias.



**Foto 4:** Visita de Inspeção a um Distrito da Polícia de Moçambique. Foto e Legenda: Coronel Seraphico.

Nessas localidades, foram definidas duplas de policiais, responsáveis pela visita e inspeção aos postos policiais e que preencheram relatórios sobre a atuação policial moçambicana. De acordo com Seraphico:

*Nas províncias começamos o trabalho de fato, cada uma tinha o equivalente aos municípios, que eram chamados de distritos. Nós íamos aos distritos, fiscalizar a polícia, ver se estavam respeitando os direitos humanos, aquela coisa chata que nenhum policial gosta que cobrem. Mas foi bom, porque como somos policiais e entendemos o ofício, mais a facilidade de se comunicar por causa da língua, que é a mesma, pudemos nos comunicar bem (SERAPHICO, 2021, p.5).*

Segundo um dos relatos, militares da Europa e dos “países desenvolvidos” tiveram preferência para escolher os lugares que atuariam, principalmente nas proximidades da Capital (Maputo). Para Gibson:

*Então, na hora da distribuição, você vê os europeus ficando com os melhores locais. Os latino-americanos e os asiáticos iam “para a roça”. Quando chegamos lá, havia apenas asiáticos: malaio, indiano, depois chegaram dois espanhóis, mas bem depois (GIBSON, 2021, p. 4).*

Além da função de fiscalização, muitas vezes os observadores paraenses atuavam em outras áreas, principalmente a administrativa, fornecendo documentação sobre as visitas aos postos policiais, serviam de intérprete entre os chefes locais da ONU (que não falavam português) e os policiais locais, além auxiliar a construção de espaços para as Nações Unidas, indicavam possíveis territórios minados não demarcados, auxiliando a divisão humanitária ou a companhia de engenheiros para proceder com a limpeza.



**Foto 05:** Tenente Seraphico em frente a casa alugada para servir de sede da ONU na província de Inhambane. Mostra também o carro utilizado para o patrulhamento na província. Foto e legenda: Coronel Seraphico.

Um relato peculiar sobre a geografia da região onde serviu veio do Coronel Bittencourt, que serviu em uma cidade bastante distante da capital moçambicana:

*Fomos para Lichinga. Fica na província de Niassa, no noroeste de Moçambique. Tem o lago Niassa, que faz fronteira com a Tanzânia, com o Zimbábue. É como se fosse o sertão do Nordeste, ou o interior do Amazonas, é a península mais pobre do país, mas apesar disso, é muito bonita, porque ela fica numa montanha, a mais de 2000 metros de altitude. Então era um clima frio, para minha surpresa. Em determinado período do ano nós trabalhávamos com roupas de lã e agasalho, em plena África. Mas você deve lembrar que ali perto fica o monte Kilimanjaro, ao norte de Moçambique, então tem essa cordilheira e um clima mais frio. Tinha pêssego na rua. Acabou sendo uma grata surpresa, a cidade pobre – no sentido de simples, não pobre de destruída, inclusive pouco afetada pela guerra. (BITTENCOURT, 2021 p. 4-5).*

Esse entrevistado buscou ir para um lugar mais afastado o possível dos grandes centros urbanos, em uma região mais pobre do país, mas que se mostrou muito bonita para o militar, devido ao clima que foge do tropical brasileiro. Principalmente por ser uma região de grande altitude nas proximidades das cadeias montanhosas que seguem rumo ao norte, aumentando a altitude na medida que avança para a Tanzânia.

4. Com isso, os militares entrevistados foram divididos nas seguintes regiões: 2º Tenentes Fernando e Gibson - **Província de Tete** (capital homônima); 2º Tenente Guerra - **Província de Manica** (Cidade de Chimoio); 2º Tenente Seraphico - **Província de Inhambane** (capital homônima); 2º Tenente Bittencourt - **Província de Niassa** (Cidade de Lichinga). Até a Finalização do Trabalho, não obtive os locais de serviço na ONUMUZ do Tenente Mário Antônio e do capitão Marcos Eismann.

## A logística da ONUMUZ

A Logística da missão sempre foi um tema bem discutido pelos entrevistados, ora elogiando ou reclamando de sua atuação. Apesar disso, é inegável que sem uma organização logística adequada, a missão teria muito mais desafios em cumprir apoio humanitário aos civis e feridos, assim como o fornecimento de recursos para os campos de distribuição de combatentes. Nesse último exemplo, surgiam constantes pontos de tensão, pois bastava um atraso no envio dos suprimentos para determinado campo, que os policiais da ONU e funcionários ficassem à mercê dos combatentes nos campos. Segundo o depoimento do Coronel Guerra:

*Chegou uma informação para nós que tinha um campo guerrilheiro da RENAMO, que estava numa montanha lá, que eles estavam se rebelando. E fomos lá para fazer uma verificação, eu, um grupo de observadores também do Egito, da Espanha e de Portugal também. Foi, né? Esses três, esses quatro países. Fomos lá, quando nós chegamos, alguém da WFP [Programa Mundial de Alimentos] tinha dito que ia entregar alimentos para eles e esse alimento não tinha chegado. E realmente o comandante lá guerrilheiro da RENAMO, ele deveria ter uns trinta anos de idade, ele era autoridade máxima lá. E ele fez a gente prisioneiro, mandou fazer uns prisioneiros que em troca do dos alimentos né? Mas como nós ficamos prisioneiros deles, como que a gente ia informar que nós estávamos nessa situação? (GUERRA, 2020, p. 5)*

Para outros entrevistados essa experiência foi mais interessante, mantendo um clima amigável com os combatentes moçambicanos apesar da tensão no campo. Para Bittencourt:

*Teve uma situação lá, quando morei no acampamento de desmobilização, os problemas que aconteceram foram por conta disso, os desmobilizados ficaram insatisfeitos: ou faltou comida, ou faltou medicamento, ou informação, era quando a coisa esquentava um pouco. Mas esquentava assim, por exemplo: teve um dia que eles foram lá e disseram “olha, ninguém sai, vocês estão presos, por que a gente precisa...” não lembro o que, se era comida ou alguma informação. Para alguns isso pode parecer o fim do mundo, mas para a gente, que lidava com eles, foi tranquilo. Então falamos “ninguém vai sair? Pega a bola, vamos jogar bola.” Jogamos bola com eles. (BITTENCOURT, 2021, p. 11)*

Fora estas situações, o envio dos suprimentos para a missão era bem interessante, com grande mobilização de veículos aéreos atuando como intendência para o contingente militar e os observadores policiais. Em alguns lugares, grandes aviões serviam como “mercado para os militares da ONU”, como relatado pelo coronel Guerra:

*Eu estava conversando com ele, contando para ele a questão logística nossa de alimentação, quando nós chegamos lá, Fernando, eu lembro que tu, também em Tété, passaste por coisas semelhantes, a gente, nosso supermercado mais próximo era em outro país. Era no Zimbábue, que a gente comprava as coisas, a ONU depois viabilizou a questão de um Antonov, que foi transformado em supermercado e passava lá. Eu não sei se passava lá em Tété. Lá em Chimoio passava, que tinha um aeroporto grande, lá o Antonov pousava lá. Mas não foi contínuo, continuado isso. Depois parou e a gente tinha que se virar realmente para conseguir alimento de qualidade, era muito difícil(...) (GUERRA, 2020, p. 4)*



Somado a isso, havia grandes recursos para a realização dos serviços dos observadores policiais, que necessitavam de movimentação constante, principalmente em veículos 4x4, além do apoio necessário aos observadores eleitorais, como abordado pelo Coronel Bittencourt:

*Na fase política, o local onde eu fiquei acampado, gastamos uma determinada quantidade de combustível para chegar no local. O combustível que eu tinha não era suficiente para voltar. Eu precisava de 40, 60 litros. Via rádio, eu pedi o abastecimento. Chegaram dois tonéis de 200. E eu tinha que ficar, porque para embarcar não pode misturar combustível com pessoas. Então reunimos a comunidade e ensinamos a fazer lamparina, distribuimos o diesel e ensinamos a fazer lamparina, porque em alguns locais não tem. Não tinha lamparina porque não tinha diesel. (...) Uma vez uma observadora política ficou menstruada e não tinha absorvente, então eu pedi por rádio, e não demorou muito chegou um mega helicóptero “biturbinado”. Uma hora de voo desse helicóptero deve custar mais de 3 mil reais, e chegou trazendo um pacote de absorventes. Isso é um exemplo de logística da ONU, do que ela gasta numa missão dessas. Isso me chamou atenção. (BITTENCOURT, 2021, p. 12)*



**Foto 06:** Helicóptero de reconhecimento da ONU para sobrevoos pela Província de Inhambane em Moçambique. Fonte: Coronel Seraphico; Foto: Cel. Seraphico.

## Pontos marcantes da missão

As memórias individuais na missão serviram para compreender as visões sobre a missão para muito além da ONUMOZ e do meio militar. Ainda que alguns entrevistados viram as consequências mais cruéis de um conflito tão longo, algumas memórias abordam um grande crescimento nas suas próprias bagagens culturais, facilitadas com a relação entre brasileiros e moçambicanos.

Nessa questão, a influência da cultura brasileira é falada pelos entrevistados, tanto pelo futebol, como pela produção de novelas, facilitando as conversas somada ao fator de serem países lusófonos. Segundo Guerra:

*[...] nós tínhamos uma vantagem pelo fato de ser brasileiros e eles lá gostam muito de brasileiro, pelo fato das novelas, pelo fato da cultura brasileira ser associada a cultura portuguesa e, conseqüentemente, eles gostavam muito disso. Nós tínhamos uma facilidade,*

*como brasileiro, de habitar, de interagir com eles, né? Inclusive, em certo momento, eu fui convidado pra uma reunião com o pessoal da polícia lá de Chimoio, o superintendente geral da polícia estava lá e eu fui apresentado pra ele. E eu fiquei assim até sem graça pelo o que ele me falou. E disse: "Guerra, eu gostaria agradecer ao seu país pela cultura que vocês trazem pra nós. Através das novelas." Aqui a gente não vê dessa forma a novela, né? É. Porque era uma novela que tava passando que incentivava o uso da camisinha. E lá eles não tinham noção de nada. E aquela novela, por incentivar o uso da camisinha, pra Moçambique foi um divisor de águas, porque as pessoas, a partir daquela novela, tantos por cento da população ali houve uma diminuição no número de HIV. (GUERRA, 2020 p.1)*

Essa discussão sobre a facilidade de adaptação do soldado brasileiro as situações de tensão em missões de paz, foi abordada por um artigo de Sérgio Cruz Aguilar, no qual para o sucesso dessas negociações entre grupos rebeldes, a cultura brasileira ligada ao esporte e ao entretenimento foi crucial para estabelecer a calma e apaziguar os ânimos em conflito (AGUILAR, 2008). Para exemplificar, ele cita um caso do contingente militar brasileiro na ONUMAZ, que soube usar do jogo de cintura e na facilidade de comunicação entre portugueses e moçambicanos, com o objetivo de liberar a área que estava fechada, permitindo a ida do comboio militar ao seu destino (AGUILAR, 2008).

Outros militares discutem situações marcantes que são consequências de décadas em combate: Locais destruídos, campos minados feitos de forma desordenada, com infraestrutura problemática e a miséria generalizada são alguns dos elementos presenciados no pós-guerra em Moçambique. De acordo com Seraphico e Bittencourt:

*O que me marcou foi ver o que uma guerra faz. A pobreza do país, a destruição – cheguei a ver na capital vários prédios destruídos, carros abandonados no meio da rua. Aquela visão, que você só vê na televisão, no jornal, que você sabe que é real mas para você parece longe, distante, cheguei e vi, e isso me marcou bastante. Viajar pela estrada e ver buracos de explosão, de munição. (...), às vezes parávamos para fazer uma necessidade, mas nada aconteceu. Quando voltamos pelo mesmo caminho, em julho ou setembro, estava tudo sinalizado: "Cuidado, mina!!" (SERAPHICO, 2021 p. 7)*

*Como era uma guerrilha, uma guerra irregular, a coisa foi colocada de uma forma totalmente aleatória e sem controle. Isso primeiro como estratégia da guerrilha, mas depois o próprio exército português reproduziu isso. Então os dois lados distribuíram uma infinidade de minas, tanto de procedência dos países socialistas quanto do bloco ocidental, você tem explosivo de tudo quanto é jeito lá. São os dois países com o maior número de minas no mundo: Angola e Moçambique. Significa dizer que quando nós começamos a nos preocupar em visitar os postos de polícia, as estradas eram locais perigosos. Existia um trabalho dos militares de desminagem, existiam batalhões – na minha região era o batalhão norueguês – que realizavam o trabalho de abertura das estradas. Nós tivemos instruções para um primeiro contato com isso, de como proceder, pois realmente era muito perigoso. Tiveram casos, não sei se foi militar ou policial, sei que acabou virando mito, mas foi passado como informação real, que um integrante português desceu do veículo para urinar, se afastou um pouco e pisou numa mina. Então os militares noruegueses nos passaram os mapas, com as estradas, para fazer a confirmação que as estradas estavam funcionando sem problemas, e aproveitamos pra fazer a fiscalização dos postos de polícia. (BITTENCOURT, 2021, p. 6)*



Uma situação recorrente em missões de paz, é que devido aos riscos de ataques terroristas, fogo cruzado e territórios minados desconhecidos. Nesse último caso é importante falar dos diferentes tipos de artefatos, no qual poderiam ser minas comuns (antipessoais) e Minas Anticarro que tem um peso específico para serem detonadas (que detonam com veículos leves, animais grandes, veículos blindados ou caminhões de grande tonelagem, etc.)

O acidente que envolveu um dos entrevistados foi com um artefato anticarro, no qual Gibson relata que:

*Eu sofri um acidente lá. Meu veículo passou em cima de uma bomba [mina terrestre], furou o pneu e eu capotei. Fraturei 3 costelas e rasguei o braço. Tivemos que solicitar socorro, onde eu estava não tinha estrutura e o hospital mais próximo ficava a 400 km. Fui transportado, aerotransporte, me atenderam, fizeram cirurgia, pedi para não ficar internado. O médico me liberou, mas toda semana eu voltava lá para acompanhamento. (GIBSON, 2021 p. 8)*

Outro caso que envolveu acidente com mina terrestre foi relatado por outro entrevistado, agora com um civil, no qual foi feito o resgate pela equipe da ONU, e no qual cita a dificuldade em encontrar esses artefatos explosivos, impedindo o plantio e a produção da agricultura familiar em certas regiões. Para Seraphico:

*Aconteceu, por exemplo, resgate de moçambicano que pisou em mina [terrestre]. Eu lembro bem de um caso disso; não fui, na época eu já estava havia 6 meses em Moçambique, haviam chegado 2 australianos, e eles se voluntariaram para o resgate. Era muito comum, pois na guerra eles [os beligerantes] foram colocando mina “adoidado”, e não mapearam. Quem fez esse trabalho foi a própria ONU, com os observadores militares, que começaram a mapear e delimitar essas áreas. Acontecia muito de lavradores, trabalhadores moçambicanos pisarem em minas e nós tivemos que ir buscar. Isso foi uma das coisas que me marcou. (SERAPHICO, 2021 p. 6)*

Outro fator muito problemático para o desenrolar da missão em Moçambique, foi a grande quantidade de armas encontradas entre os combatentes da FRELIMO e da RENAMO, em que apesar da constante falta de recursos básicos (Água, comida, medicamentos), foram encontrados armamentos modernos em grande quantidade, demandando áreas específicas para salvaguardar esses equipamentos bélicos.

Com essa discussão, Guerra cita que:

*Muito mais complicado, essa situação de desmilitarização e eles tinham armas, apesar da questão social, falta de comida, falta de água, falta de infraestrutura, mas o que a gente percebe é que a quantidade de armas que eles tinham era muito grande e tinham certas armas que eram tecnologicamente pra época avançadas, dentro dos dos acampamento da guerrilha. Lembra, Fernando? Tinha até armas antiaéreas lá. Sim. Antiaéreas, computador; esse tipo de coisa, na época era uma novidade isso aí, mas tinha arma, tinha muita arma lá. Nós fiscalizamos esse recolhimento dessas armas e a gente pode perceber toneladas e toneladas de fuzis, de granada, de minas, sendo entregues, sendo retiradas (GUERRA, 2020 p.6).*

## As críticas a ONUMOS

Durante as entrevistas, surgiram algumas críticas sobre a Missão das Nações Unidas em Moçambique, principalmente sobre a forma de atuação da organização internacional e a presença constante de interesses do capital e da lógica econômica do pós-Guerra Fria, estabelecendo áreas específicas de exploração agropecuária.

Para Gibson, a missão foi responsável por muito além da consolidação política e social da nação africana, mas para o estabelecimento de um aliado direto do G5 e das potências interessadas em seus recursos e que estavam representadas por outras instituições de apoio à ONUMOS. Em seu relato temos:

*O G5, aonde tinham áreas beligerantes, aonde tiver riqueza, eles estão. O Haiti, o que podia oferecer para esses caras: nada. Moçambique, o que tinha? Vastidão de terras que podiam ser exploradas pela agricultura. Então os noruegueses, os italianos, os espanhóis estavam em peso lá. Nós vimos áreas sendo demarcadas por países, um neocolonialismo, estavam tomando posse. Essa é a experiência negativa: a ONU e esses países serviam como novos colonizadores. Vieram para tomar as riquezas do país. Por exemplo, a costa de Moçambique se descobriu como uma costa rica para o pescado. Quem tinha interesse nisso? Portugal e Noruega. Então estava tudo loteado entre os europeus. Só que os europeus são mais elitizados, ficavam em funções-chave, em organizações, os braços da ONU, tinha o World Food Program, os Refugiados, aí você vê: o que a ONU deixou? Quantas escolas ela construiu? Quantos hospitais foram feitos? Eu te digo: zero! (GIBSON, 2021 p. 4-5)*

Uma crítica contundente feita pelo mesmo militar está ligada a ausência de iniciativas para a construção de instituições educacionais, assim como um processo de reintegração social falho de ex-combatentes, no qual eram entregues aos mesmos somente instrumentos para trabalho na terra, roupas básicas, e um salário mensal (modesto) de 100 dólares durante menos de um semestre. Importante lembrar que muitos dos desmobilizados foram recrutados ainda como crianças, com muitas sem formação e tendo que lidar com uma realidade absurdamente diferente com pouquíssimo apoio e sem qualquer treinamento de agricultura.

*Então a ONU poderia fazer muito mais se ajudasse a reconstruir, e não explorar as riquezas do país. O caráter humanitário não existe. Aquelas distribuições de rações, de alimentos? Tudo quase para vencer. 30, 40 dias antes. Os caras dos exércitos de Moçambique entregavam as armas e recebiam um kit agricultura, olha só o que vinha: uma pá, uma enxada, um ancinho, um balde e um saco de sementes. Então, olha a história da maioria deles: desde criancinha, eles eram raptados, os pais eram mortos, ele era treinado para ser guerrilheiro, aí a ONU chega e diz “boa sorte! ”. E um salário de 5 meses. Merreca, 100 dólares por mês, em moeda local. Não teve nenhuma preparação, separar uma terra, ensinar a plantar, a colher, para eles terem um rendimento. Existe essa hipocrisia. O que se vende é marketing. (GIBSON, 2021 p. 10).*

## O Retorno para a corporação Paraense e o esquecimento institucional da participação da Polícia Militar na ONUMUZ

Como já foi informado, os Observadores policiais prestaram apoio ao processo de fiscalização das eleições gerais em Moçambique, como encerramento do seu período de missão pela ONU, e com muitos iniciando os preparativos para o retorno ao Brasil. Para a volta, um clima mais amistoso estava presente na missão, já que os objetivos haviam sido concluídos e os 12 meses de contrato estavam findando, não houveram contratemplos, permitindo um deslocamento tranquilo para o Brasil.

As sedes regionais precisaram ser desmanteladas e ter o seu pessoal deslocado para a capital, buscando organizar o retorno escalonado do contingente militar e dos observadores militares e policiais.

*Encerrado o processo eleitoral, ocorreu tudo bem, as urnas foram embora, isso foi desmobilizado. Aí a gente retorna para os escritórios e aguarda já a fase final de desmobilização da nossa força. Não teve nenhum contratempo, e começamos a trabalhar já em movimento de retorno. As reuniões já eram tranquilas, de despedida, de confraternização com o comando da polícia de lá, haviam jantares entre as nacionalidades, porque já estava nesse momento mais leve, de despedida, que a missão tinha dado certo. No início, não sabíamos como isso ia acontecer, mas passada a missão, foi um desfecho muito tranquilo. Mas isso demorou, porque precisou esperar o processo de apuração, para saber o resultado e aí sim começar a desmontar, para ter certeza de que não ia ter algum problema. Isso levou mais ou menos uns 3 meses, não foi tão rápido. Recolhemos tudo que a gente levou e voltamos pra capital do país. E de lá, voltamos para o Brasil. (BITTENCOURT, 2021, p. 8)*

Todos os militares que falaram sobre o retorno, abordaram a ausência de reconhecimento por parte da corporação, até porque foi a primeira missão, e a função de observador policial era nova até então. No entanto, para alguns dos entrevistados, há um certo detrimento em relação às forças armadas e as polícias militares estaduais.

Gibson citou em seu depoimento a discussão sobre a relação entre as forças regulares (exército, marinha e aeronáutica) e as forças “auxiliares” polícias e bombeiros estaduais, que são tratadas como tropas de 2º Classe, sendo desconsideradas em oportunidades como a ONUMUZ. Apesar disso, Gibson aborda que conseguiu ficar por um semestre inteiro em unidades escola após o retorno, permitindo uma readaptação e breves discussões com outros militares sobre os aprendizados em Moçambique:

*Quando nós chegamos, não fomos recepcionados com nenhuma reverência. Ninguém nos recebeu. O que aconteceu: eu tinha falado com todos na volta e tinha combinado de falarmos que precisaríamos nos readaptar. A gente estava voltando de uma realidade muito tensa, teria esse choque com a realidade daqui. Aí nos distribuíram em unidades-escola, por pelo menos 6 meses, depois retornamos à rotina. Fomos nós que pedimos isso, se fosse por eles voltaríamos diretos para nossas unidades. E isso é uma questão do próprio Exército, de não dar valor para nós [policiais militares]. Se você ver, a partir do comando, os contingentes das Forças do Brasil são compostos cerca de 50 a 40% de Forças Reservas ou Auxiliares. Nós não somos Força Reserva ou Auxiliares. Se você juntar todas as Polícias Militares dos estados você teria*

*a maior força militar terrestre da América. A capacidade de defesa interna absurda. Mas eles não querem te dar essa distinção. Te subjagam. (GIBSON, 2021 p.7)*

Essa participação foi relatada por outro oficial, aluno da Academia Coronel Fontoura no ano de 1994, e que participaria de outra missão das Nações Unidas quinze anos depois, agora no Haiti, sendo selecionado pelo processo seletivo específico para policiais da ONU. O coronel Fabricio Bassalo Fala sobre:

No meu caso aqui na PM anteriormente nós tínhamos cinco veteranos da missão de Moçambique em 1993 que na época que eles chegaram em 1994, eu era aluno, quando chegaram de boina azul, e o pessoal falava: -“Ah boina azul, boina azul” e gerou na verdade uma curiosidade na gente, e aí a gente vai pesquisar né? (BASSALO, 2019 in MACHADO, 2019 p. 66)

Dessa maneira, notamos que mesmo indiretamente, a participação desses militares na missão de paz em Moçambique gerou impactos na corporação paraense, inspirando outros oficiais e praças a concorrerem neste processo de seleção para a participação em missões da ONU. Apesar de serem recebidos com certa indiferença na volta a polícia.

Para outros militares, essa indiferença foi ainda maior, mesmo sendo um grande marco para a polícia militar do Pará, por muito tempo essa informação se manteve desconhecida para a sociedade, que não tinha noção da contribuição de paraenses para uma localidade tão distante como a nação moçambicana. Complementando sua fala sobre esquecimento, Seraphico aborda a situação democrática da nação, cujas eleições acontecem naquele país desde 1994 sem novas revoluções armadas, compreendendo que a missão cumpriu seu objetivo e que como observador, contribuiu diretamente para a consolidação disso:

*Eu confesso que senti uma indiferença. Não quero dizer que eu ou meus companheiros somos melhores que qualquer outro colega, longe disso, mas eu acho que foi um marco para a Polícia Militar. Ninguém havia ido antes. Eu esperava ser melhor recebido. O militar tem muitos ritos de comemorações, de fazer a formatura, que é o pessoal formado, com aquele desfile, formatura em honra de fulano, cicrano... então esperava que ao menos tivesse uma formatura. “Olha, são os policiais que foram para a Missão de Paz da ONU. ” Eu carrego comigo a visão de que eu colaborei com aquele país, que hoje está vivendo um tempo melhor, ao menos um tempo de paz. Eu faço algumas pesquisas rápidas, de vez em quando a RENAMO ainda entra em atrito com a FRELIMO, ainda são os dois maiores partidos de Moçambique, mas eles estão em paz. Então a nossa missão foi um sucesso. Eu fiz parte dessa missão. Eu acho que não fui para lá só para ganhar em dólar. Pelo contrário: eu acredito que ajudei, ao menos um pouco, aquele povo, e foi uma experiência muito boa. (SERAPHICO, 2021 p.7-8)*

Já para Bittencourt, a missão seria um fator importante para a divulgação de novas oportunidades para policiais militares participarem, tomando experiência internacional importante e complementando a formação dos policiais paraenses, no entanto, isso não aconteceu, e depois da ONUMOZ, somente após dez anos, na Missão de Paz do Haiti a Polícia militar paraense enviou um representante para contribuir com o contingente brasileiro das Nações Unidas.

*O retorno para o Brasil: não fomos aproveitados em nada, essa experiência não foi repassada. Se houve alguém que conseguiu passar essa experiência, em palestras, em reuniões, em aulas,*

*foi por iniciativa pessoal, por que a Polícia não planejou isso. Não fomos reconhecidos com qualquer mérito, não estou pleiteando, mas não teve nenhum, e não houve incentivo para que outros participassem de missão. Isso que eu achei interessante. Nós poderíamos ter aproveitado essa experiência, uma experiência muito positiva, nos preparando para uma continuidade, para que tivesse regularmente um efetivo nosso participando de missões. A missão é, no mínimo, transformadora, em um sentido pessoal. A corporação não quis saber disso. Eu acredito que porque parte do processo de seleção, que envolveu a nossa ida, não foi um processo aberto. O nosso, não sei os outros. Foi uma coisa muito direcionada. Por exemplo, quando eu entrei, o grupo que ia viajar já estava selecionado. Mesmo com as inscrições fechadas, já estava selecionado o grupo (BITTENCOURT, 2021 p. 12).*

## Considerações Finais

Nas considerações sobre este trabalho é importante discutir a importância dessa atuação militar do Pará e do Brasil na Missão das Nações Unidas em Moçambique, no qual foi a primeira experiência de serviço da Polícia paraense, sob autoridade da ONU, abrindo precedente para novas missões e aprendizados para a corporação.

Somado a isso, de 1992 para cá, o Brasil e a ONU aprimoraram seus mecanismos de ensino e preparação para essas missões, treinando militares e policiais de todo o mundo, sempre deixando claro os objetivos e sobre o que vão ter que lidar. A criação de processos seletivos mais elaborados, assim como do Centro Conjunto de Operações de Paz “Sérgio Vieira de Mello”, foram fatores importantes para a participação de outros praças e Oficiais da Corporação nas Nações Unidas.

Dentre elas, podemos citar a participação da polícia paraense na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), no qual os Majores Braga e Bassalo, participaram ativamente do apoio e treinamento da polícia nacional Haitiana. Além da Cabo da Rotam Darilene, que estava até o momento da escrita deste artigo em Missão pela Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana, no qual foi selecionada em 2019 depois de um rigoroso processo, tornando-se a primeira policial feminina paraense a ingressar em uma missão de paz.

Nessas considerações também devemos ter em vista a crítica em relação a atuação da missão de paz, no qual “cumprir seus objetivos: ” de auxiliar o estado moçambicano em sua reintegração social de ex-combatentes e no estabelecimento de eleições democráticas. Porém, mostrou-se alheio em questões ligadas à educação e à saúde dos civis que já estavam em uma situação problemática desde o fim dos conflitos e sem uma solução à vista desde então.

Mesmo com essa situação, a experiência de estar em meio as consequências de um conflito direto, somado aos traumas e as diferentes abordagens para lidarem com a Miséria, a cultura, acidentes e outros fatores, fez com que esses militares voltassem mais humanizados, compreendendo que poderiam ajudar a corporação e a sociedade para que cenas que viram no estrangeiro não venham a se repetir aqui.

Somado a isso, os agradecimentos a cada um dos entrevistados que contribuíram para essa



pesquisa, fornecendo um pouco de suas histórias de vida e de suas trajetórias na ONU e na Polícia Militar do Pará, lembrando também aqueles que partiram. Dessa maneira, concluo este trabalho dedicado à memória do Tenente Coronel Cláudio Guerra, uma vítima em meio às mais de 600 mil vidas que perdemos em meio à pandemia da Covid-19.

## Referências Bibliográficas

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Uma ‘Cultura Brasileira em Operações de Paz’**. Caderno GAP Conflitos III. Contribuição Brasileira às Missões de Paz da ONU, 2008.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CASTELO-BRANCO, Luís. **As missões da ONU na África Austral: sucessos e fracassos**. Nação e Defesa, 2003.

COTTA, Francis Albert. A emergência do "militar de novo tipo": um estudo antropológico na polícia de Minas Gerais. In: RODRIGUES, Fernando da Silva e ARIAS NETO, José Miguel. **História militar entre o debate local e o nacional** (Série estudos reunidos volume 51), Jundiaí, Paco editorial, 2018.

FREITAS, Jeane Silva de; DE ARAÚJO, Wemblley Lucena. **A política externa brasileira para a África: o envolvimento do Brasil nas operações de paz como instrumento de inserção internacional no continente africano**. Revista Política Hoje, v. 23, n. 2, p. 105-124, 2014.

GOMES FILHO, Gregorio Ferreira. **Sombras da Historiografia Brasileira: Marreca e o Regimento Militar do Pará em Canudos**. Examãpaku, v. 1, n. 1, 2013.

JANUÁRIO, Emílio Mário. **Estudo da luta de libertação nacional de Moçambique**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

LE GOFF, Jacques, **História e memória**; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LOPES, Fabiano Luis Bueno; **Batalhão Suez: História, memória e representação coletiva - (1956-2000)**, UFPR, Curitiba, 2005.

MACHADO, Francisco Ribeiro. **Visão Histórica da Polícia Militar do Pará: pesquisa e compilação**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2012.

MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. **A Milícia Paraense e a Sua Heróica Atuação na Guerra de Canudos**. Belém: Guajarina, 1937.

MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. **Histórico da Polícia Militar do Pará: Desde seu Início (1820) até 31 de dezembro de 1939**. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940.



DE OLIVEIRA, Walter Pinto. **Memórias de Uma Revolta Esquecida**: O Baixo-Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932. Editora Pakatatu, Belém 2013.

Organização Das Nações Unidas. **Carta das Nações Unidas (Em português)**, disponível em <https://nacoesunidas.org/carta/>, Acessado no 04 de janeiro de 2019, às 15:45

PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). **Fontes históricas**. — 2.ed., I a reimpressão. — São Paulo: Contexto, 2008.

PORTELI, Alessandro. **O que faz a História Oral diferente**. Projeto história, São Paulo, 1997.

SILVA, Giselda Brito. **Salazarismo e Educação Colonial em África**: Angola e Moçambique em Perspectiva Comparada. 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019.

SILVA Lelio Gonçalves Rodrigues da. Operações de paz das Nações Unidas em Moçambique. In: AGUILAR, Sérgio Luís Cruz. **Brasil em missões de paz**. São Paulo, Usina do livro, 2005.

SILVEIRA, Kaiutan Venerando Ruiz da. **As operações de paz como instrumento de política externa**: motivações da participação brasileira na ONUMAZ e UNAVEM III. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2019.

---

# O saque de Dinant: a morte de uma cidade belga

Carlos Roberto Carvalho Daróz<sup>1</sup>

**Resumo:** Dinant, uma pequena cidade belga localizada perto da fronteira com a França, às margens do Rio Meuse e na entrada da Floresta das Ardenas, figurou, desde a Antiguidade, como um local estratégico. Com a deflagração da Grande Guerra em 1914, o Exército Alemão invadiu a Bélgica em seu caminho para conquistar a França. Ante a resistência exercida pelo Exército Francês em Dinant, que havia se antecipado ao movimento dos alemães, estes responsabilizaram a população civil local, que, supostamente, teria empregado franco-atiradores contra suas tropas. Como resultado, os alemães perpetraram, em 23 de agosto de 1914, a destruição dos imóveis da cidade e um massacre contra seus habitantes, quando 647 pessoas, incluindo mulheres e crianças, foram fuziladas pelo Exército Alemão. O presente artigo resulta de pesquisa historiográfica e de campo na cidade de Dinant, e tem como objetivo analisar o papel das tropas alemãs nos massacres de 23 de agosto de 1914, a investigação dos crimes de guerra e as repercussões percebidas nos anos após o conflito.

**Palavras-chave:** Primeira Guerra Mundial, crimes de guerra, Plano Schlieffen

**Abstract:** Dinant, a small Belgian town located near the border with France, on the banks of the Meuse River and at the entrance to the Ardennes Forest, has since antiquity been a strategic location. With the outbreak of the Great War in 1914, the German Army invaded Belgium on its way to conquer France. In the face of the resistance exerted by the French Army in Dinant, which had anticipated the movement of the Germans, they blamed the local civilian population, who allegedly employed snipers against their troops. As a result, the Germans perpetrated, on 23 August 1914, the destruction of the city's buildings and a massacre against its inhabitants, when 647 people, including women and children, were shot by the German Army. This article results from historiographical and field research in the city of Dinant, and aims to analyze the role of German troops in the massacres of August 23, 1914, the investigation of war crimes and the repercussions perceived in the years after the conflict.

**Keywords:** World War I, war crimes, Schlieffen Plan

---

1. Doutorando em História pela Université Libre de Bruxelles, bolsista pelo Programme Erasmus+ da União Europeia. Pesquisador do AmericaS-Centre Interdisciplinaire d'étude des Amériques.

## Introdução

A pequena cidade de Dinant localiza-se na Província de Namur, região da Valônia belga. Por sua localização estratégica às margens do Rio Meuse e na entrada da Floresta das Ardenas, ao longo dos séculos foi palco de inúmeros combates e operações militares.

Nos primeiros movimentos da Grande Guerra, em agosto de 1914, Dinant encontrava-se no centro do eixo de avanço alemão contra a França e, em razão disso, foi envolta em uma breve e intensa batalha, e seus cidadãos foram vítimas de um crime de guerra perpetrado pelo Exército Alemão que ressoa na memória da cidade até hoje, decorridos mais de cem anos do evento.

O presente artigo, resultante de pesquisa historiográfica e documental, tem por objetivo analisar a Batalha de Dinant e suas repercussões até a atualidade. Em janeiro de 2022, este autor realizou pesquisa de campo nas zonas de batalha, museus e espaços memoriais existentes na cidade.

## Uma cidade estratégica

Dinant localiza-se às margens do Rio Meuse, um dos mais importantes da Europa ocidental, a 28 km de Namur e a 16 km ao norte de Givet, França. Além do rio, a cidade domina a entrada da Floresta das Ardenas, na tríplice fronteira Bélgica–Luxemburgo–França, local de intensos combates por ocasião dos dois conflitos mundiais ocorridos na primeira metade do século XX.

A região foi colonizada pelos romanos por volta do ano 52 a.C., e vestígios arqueológicos confirmam a utilização do Meuse como via navegável desde a Antiguidade. Foi durante a Idade Média, contudo, que a posição estratégica de Dinant tornou-a uma localidade a ser disputada e defendida. Em 1040, o príncipe-bispo de Liège mandou construir um castelo, cuja obra foi finalizada em 1080, passando a fortificação a ser utilizada para defender a cidade e a ponte<sup>2</sup>.

No século XV, o território belga pertencia à Borgonha, e, em 1466, Carlos, o Temerário, duque da Borgonha, estabeleceu um cerco a Dinant, cidade do Principado independente de Liège. O castelo foi parcialmente destruído e suas tropas pilharam e incendiaram a cidade. Amarrados dois a dois, cerca de 800 habitantes de Dinant foram lançados para a morte no Meuse<sup>3</sup>.

Em 1675, Luís XIV conquistou Dinant e solicitou a Vauban, seu engenheiro militar, que modernizasse a fortificação com novos bastiões. Durante o cerco de Namur, o rei instalou-se com sua corte em Dinant. Por fim, a cidade foi restituída ao Principado de Liège, e os franceses se retiraram, após destruírem o castelo<sup>4</sup>.

Após a derrota de Napoleão em 1815, os territórios da futura Bélgica foram incorporados aos Países Baixos, formando um só Estado. Dinant mostrou-se, mais uma vez, uma cidade estrategicamente importante face à França e, para assegurar sua defesa efetiva, o Exército neerlandês reconstruiu o castelo, entre 1819 e 1821, transformando na Citadelle atual<sup>5</sup>.

2. CITADELLE DE DINANT. La Citadelle Dinant, plan de visite. Dinant: Citadelle Dinant, 2022.

3. CALMETTE, Joseph. The golden age of Burgundy. London: Phoenix Press, 2001.

4. LYNN, John. The wars of Louis XIV, 1667–1714. London: Longman, 1999.

5. CITADELLE DE DINANT, op.cit.

## A Grande Guerra alcança Dinant

O assassinato do arquiduque Franz Ferdinand, herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro em Sarajevo, no dia 28 de junho de 1914, desencadeou uma sequência de eventos que antagonizaram as maiores potências europeias, dando origem à Grande Guerra<sup>6</sup>.

Muito antes do início do conflito, o Estado-Maior Geral alemão havia elaborado o Plano Schlieffen<sup>7</sup>, o qual estabelecia que em um cenário de guerra da Alemanha contra inimigos em duas frentes (França, no Ocidente, e Rússia, a Leste), deveria ser desfechado um rápido ataque contra os franceses, antes que os russos pudessem mobilizar seu imenso exército. Tal planejamento previa um amplo movimento de envolvimento através dos Países Baixos, Luxemburgo e Bélgica, tendo como objetivo prioritário a conquista de Paris no mais curto prazo possível.

De acordo com o plano, em 4 de agosto de 1914 o Exército Alemão atravessou o Luxemburgo e invadiu a Bélgica, poucos dias depois de um ultimato enviado ao governo belga para permitir que suas tropas cruzassem o território do país. O rei Alberto da Bélgica e seu governo se recusaram a considerar esse deslocamento e a manter neutralidade do país, e consideraram a invasão do território como uma afronta<sup>8</sup>.

Em agosto de 1914, Dinant possuía uma população de cerca de 7.900 habitantes<sup>9</sup>. No dia 6, o prefeito da cidade Arthur Defoin ordenou que a população tivesse suas armas e munições armazenadas na câmara municipal. A medida foi estendida para o distrito de Bouvignes-sur-Meuse<sup>10</sup>. De acordo com o decreto municipal, era

*formalmente assimilado que os civis não podem participar em qualquer ataque ou violência armada contra tropas inimigas. Tais ataques são proibidos pela lei das Nações e exporia seus autores e, talvez, a cidade<sup>11</sup>.*

Quando a guerra foi deflagrada a Bélgica esperava que sua neutralidade fosse respeitada e não possuía um plano de guerra definido, somente alianças defensivas firmadas junto a potências estrangeiras. O Exército Belga reunia a maior parte de seus meios em uma região triangular, cujos vértices encontravam-se nas cidades fortificadas de Namur, Liège e Antuérpia. Embora possuísse cerca de 200 mil homens à sua disposição, a maior parte do efetivo estava destinado a guarnecer as fortificações. O treinamento era deficiente, a artilharia escassa e sua aviação possuía apenas dez aeronaves em 1914. Uma característica única dos exércitos da Bélgica e dos Países Baixos era a utilização de cães para transportar certas cargas, especialmente metralhadoras pesadas<sup>12</sup>.

6. De acordo com Lawrence Sondhaus, "em setembro de 1914, em declarações citadas pela imprensa norte-americana, o biólogo alemão e filósofo Ernst Haeckel fez a primeira referência registrada ao conflito como 'Primeira Guerra Mundial' [...]. O rótulo de 'Primeira Guerra Mundial' só se tornaria corrente depois de 1939, quando a revista Time e uma série de outras publicações popularizaram seu uso como corolário da expressão 'Segunda Guerra Mundial'." No presente trabalho, utilizaremos a expressão corrente da época Grande Guerra. Ver SONDHAUS, Lawrence. A Primeira Guerra Mundial: história completa. São Paulo: Contexto, 2015.

7. Alfred von Schlieffen (1833-1913) foi chefe do Estado-Maior Geral alemão e desenvolveu o plano de ataque (Plano Schlieffen) que os exércitos alemães utilizaram, com modificações significativas, na deflagração da Grande Guerra.

8. KOSSMAN, H. The Low Countries: 1870-1940. Oxford: Oxford University Press, 1978.

9. Ibid.

10. FRANÇOIS, Aurore; VESENTINI, Frédéric. Essai sur l'origine des massacres du mois d'août 1914 à Taminés et à Dinant. Centre d'Etudes Guerre et Société, n. 7, Paris, 2000.

11. TSCHOFEN, Maurice. Le sac de Dinant et des légendes du livre blanc allemande du 10 mai 1915. Ghent: S.A. Fu-tura, 1917.

12. 1914: Belgium's Dogs of War. The Dawlish Chronicles, London, s/d. Disponível em <<https://dawlischchronicles.com/1914-dogs-of-war/>>. Acesso em 25 jan. 2022.

Duas divisões de cavalaria comandadas pelo tenente-general Manfred von Richtoffen, a Divisão de Cavalaria de Guarda e a 5ª Divisão formavam a vanguarda do 3º Exército alemão. A cavalaria era acompanhada por 5 batalhões de infantaria, apoiados por dois grupos de artilharia e unidades de metralhadoras. O contingente de infantaria contava com mais de 5.000 homens. Sua missão era atravessar o Meuse entre Houx, Dinant e Anseremme<sup>13</sup>.

No dia 6 de agosto de 1914, chegou à Dinant um pelotão de 31 carabineiros-ciclistas do 1º Regimento de Caçadores belga. Na tarde desse dia, uma patrulha composta por dois ulhanos<sup>14</sup> da cavalaria alemã realizou uma rápida incursão na cidade. Os soldados belgas reagiram, ferindo um dos cavalarianos alemães no braço e afastando a patrulha.

Atendendo aos compromissos firmados em anos anteriores, o Exército Francês desdobrou-se para defender o território e a soberania da Bélgica. Nesse sentido, na madrugada de 6 de agosto, a vanguarda do 5º Exército – o 148º Regimento de Infantaria – antecipou-se ao movimento dos alemães e ocupou posições para defender a barragem de Bouvines-sur-Mer e a ponte em Dinant, dois pontos possíveis de travessia. Nos dias subsequentes ocorreram escaramuças entre franceses e alemães, que desistiram das missões de ataque e passaram a utilizar sua aviação para explorar e avaliar o poder de combate dos franceses<sup>15</sup>. O primeiro reconhecimento aéreo alemão na região foi assinalado no dia 10 de agosto<sup>16</sup>.

## A batalha

Após alcançarem Dinant, as tropas francesas escavaram posições defensivas na margem esquerda do Meuse, deixando algumas unidades para bloquear a cabeceira da ponte. No dia 15 de agosto, sábado, foram verificados os primeiros combates pelo controle do Meuse. Por volta das 5 horas da manhã, uma companhia do 33º Regimento de Infantaria francês foi ordenada a subir até à cidadela, supostamente ainda livre dos alemães para mantê-la.

Às seis horas da manhã, os alemães começaram a bombardear as duas margens do Meuse com sua artilharia. Primeiro destruíram o hospital civil, que tinha uma enorme cruz vermelha sobre ele. O castelo de Bouvignes, que tinha sido transformado em hospital de campanha para os feridos franceses, teve o mesmo destino<sup>17</sup>. As granadas 77 mm da artilharia alemã foram concentradas contra a cabeceira da ponte e a estrada para Philippeville, por onde os reforços franceses poderiam chegar ao campo de batalha. As baixas francesas entre as tropas que ocupavam a estação ferroviária e a ponte foram elevadas: 11 mortos, 57 feridos e 96 desaparecidos<sup>18</sup>.

---

13. COLEAU, Michel. Le martyre des prémontrés de Leffe: une Abbaye sous haute tension (août-novembre 1914). Dinant: Les Echos de Crèvecœur, 2014.

14. Um uhano é um soldado de cavalaria armado com lança nos exércitos eslavos e germânico, semelhante ao lanceiro nos exércitos franceses.

15. SCHMITZ, Chamoine; NIEWLAND, Norbert. Documents pour servir à l'histoire de l'invasion allemande dans les provinces de Namur et de Luxembourg. Bruxelles: Van Hoest & Cia, 1922.

16. MUSÉE DE LA CITADELLE DE DINANT.

17. COLEAU, Michel et al. Dinant: Août 1914 - Les rives sanglantes. Namur: Les Éditions namuroises, 2014.

18. SIMONET, Benjamin. Franchise militaire: de la bataille des frontières aux combats de Champagne, 1914-1915. Paris: Gallimard, 1986.

Quatro batalhões franceses que estavam em reserva foram acionados para intervir no combate. Os dois pertencentes ao 73º Regimento de Infantaria chegaram de Onhaye sem grandes problemas, mas os do 8º, estacionados em Weillen, tiveram muitas dificuldades em sua marcha para a frente, sendo alvo de fogo de metralhadoras e perdendo mais de 350 soldados. Às 11 horas da manhã, o general Henry Deligny, comandante francês no setor, ordenou à sua artilharia que desencadeasse fogos de contrabateria contra as posições germânicas, mas, em apenas 40 minutos, a Citadelle caiu em poder dos alemães<sup>19</sup>.

Às 13h20, o general Deligny ordenou um contra-ataque para reconquistar a cidade. O 27º Regimento de Artilharia de Campanha entrou em ação, e seus canhões de tiro rápido de 75mm responderam ao fogo das peças de artilharia alemãs e silenciaram as metralhadoras nas cristas da Citadelle. Por volta das 16 horas, o 8º Regimento de Infantaria se reorganizou e atravessou o Meuse para retomar a Citadelle. Elementos dos 73º e 8º Regimentos escalaram os 408 degraus e contrafortes que conduziam à fortificação, conseguindo reconquistá-la poucas horas após ter sido capturada pelos alemães. Cerca de vinte soldados alemães foram feitos prisioneiros<sup>20</sup>. No final do dia, as armas alemãs cessaram de disparar e o inimigo iniciou uma retirada, perseguido pela cavalaria francesa, que tinha se aproximado do Meuse<sup>21</sup>. A infantaria foi trazida de volta à margem esquerda e, ao cair da noite, estabeleceu-se na cidade como corpo de reserva.

Durante a batalha, Charles de Gaulle, então tenente do 33º Regimento de Infantaria e futuro presidente da França, teve seu batismo de fogo. Na ocasião, quando atravessava a ponte sobre o Meuse, foi atingido na perna, sofrendo uma fratura no perônio<sup>22</sup>. Atualmente, a ponte de Dinant leva seu nome, e existem uma placa e uma escultura em sua homenagem.

Os alemães deixaram Dinant com a perda de 3 mil homens mortos, feridos, aprisionados ou desaparecidos. Quando, no topo da Citadelle, a população de Dinant viu a bandeira francesa substituir as cores alemãs que ali tinham tremulado desde as primeiras horas da manhã, a população da cidade cantou a Marselhesa<sup>23</sup>.

Nos dias subsequentes, a cidade de Dinant foi sobrevoada por aviões alemães e continuaram a ocorrer algumas escaramuças. As unidades francesas concentravam-se na margem esquerda do Meuse, prontas para intervir em caso de ataques alemães<sup>24</sup>. A derrota no combate de 15 de agosto, no entanto, não foi assimilada pelos alemães, que despejaram sua frustração contra a população civil de Dinant.

---

19. LE GÉNÉRAL Deligny. *Le Pays de France*, Paris, n. 174, 14 fev. 1918, p. 31.

20. VILLE DE DINANT. *Bataille du 15 août 1914*. Disponível em <<http://www.dinant.be/patrimoine/histoire-dinantaise/bataille-15-aout-1914>>. Acesso em 26 jan. 2022.

21. SIMONET, op.cit.

22. FORO, Philippe. Charles de Gaulle et François Mitterrand: regards croisés sur l'Allemagne à partir de leur expérience de la captivité. In: CAUCANAS, Sylvie et al (org.). *Les prisonniers de guerre dans l'Histoire: Contacts entre peuples et cultures*. Toulouse: Provat, 2003.

23. COLEAU, Dinant ..., op.cit.

24. VILLE DE DINANT. *Le sac du 23 août 1914*. Disponível em <<http://www.dinant.be/patrimoine/histoire-dinantaise/sac-du-23-aout-1914>>. Acesso em 26 jan. 2022.



## A preparação do ambiente para o massacre

O mito dos franco-atiradores era particularmente forte entre as tropas alemãs e seus líderes desde a Guerra Franco-Prussiana de 1870. Foi, inclusive, descrito em manuais sobre a arte da guerra: por exemplo, os autores do manual *Kriegsgebrauch im Landkriege*, publicado em 1902 pelo Estado-Maior Geral alemão, exortavam os oficiais e tropas a serem extremamente severos no tratamento a ser dado aos franco-atiradores<sup>25</sup>. Essa crença profundamente enraizada moldou a percepção e a leitura dos acontecimentos pelas tropas alemãs em agosto de 1914. Quando patrulhas não regressavam ou quando a origem do tiroteio não podia ser claramente estabelecida, atribuíam o problema prontamente a franco-atiradores<sup>26</sup> entre a população da cidade.

A presença do grupo paramilitar Guarda Cívica nos primeiros dias da invasão reforçava a percepção dos alemães, que a associavam a uma milícia de civis armados. De fato essa tropa, fundada durante a revolução belga de 1830, era composta por burgueses com a missão de defender a integridade do território. Embora a população de Dinant tivesse sido legalmente desarmada em 6 de agosto por decreto municipal, a Guarda Cívica local só foi desmobilizada no dia 15 e efetivamente recolheu suas armas no dia 18<sup>27</sup>.

A derrota de 15 de agosto custou aos alemães cerca de 3.000 homens, e a Marselhesa cantada pela cidade libertada exacerbou o ódio do invasor contra a população civil<sup>21</sup>. A partir do dia 21, as tropas alemãs viveram a ansiedade de eliminar os supostos franco-atiradores de Dinant. O álcool saqueado das casas foi consumido em abundância pelos soldados, servindo como catalisador para ampliar as tensões que resultariam nos acontecimentos da semana seguinte<sup>29</sup>.

A configuração do Dinant, alongada no fundo de um vale profundo e estreito, tornava difícil identificar a origem de um tiro e, da mesma forma, era praticamente impossível localizar a fonte dos disparos quando os projéteis ricocheteavam no rochedo<sup>30</sup>. Além disso, os franceses, que ocupavam as alturas da margem esquerda, não deixavam de disparar sempre que obtinham um bom campo de tiro. Finalmente, na confusão do combate e na fumaça da batalha, muitos soldados alemães foram atingidos por fogo amigo<sup>31</sup>. Todos estes elementos reforçaram a certeza das tropas alemãs de terem sido vítimas de franco-atiradores civis belgas<sup>32</sup>. A partir daí, os alemães, cuja percepção da realidade havia sido alterada ao ponto de interpretá-la incorretamente, sentiram-se autorizadas a recorrer à violência contra a população da cidade.

Na noite de 21 de agosto, alguns oficiais alemães deixaram claras as suas intenções. Um capitão declarou ao pároco de Lisogne: "Amanhã Dinant será queimada e todos habitantes mortos!"

25. FRANÇOIS, VESENTINI, op.cit.

26. HORNE, John; KRAMER, Alan. 1914, les atrocités allemandes: la vérité sur les crimes de guerre en France et en Belgique. Paris: Éditions Tallandier, 2011.

27. CHANOINE, Jean Schmitz; NIEUWLAND, Dom Norbert. Documents pour servir à l'Histoire de l'invasion alle-mande dans les provinces de Namur et de Luxembourg: quatrième partie, le combat de Dinant, II. Le sac de la ville, v. 5. Paris/Bruxelles: Librairie nationale d'art et d'histoire/G. Van Hoest & Cie, 1922.

28. LIPKES, Jeff. Rehearsals: the German Army in Belgium, August 1914. Leuven: Leuven University Press, 2007.

29. SCHMITZ; NIEUWLAND, op.cit.

30. Ibid.

31. LIPKES, op.cit.

32. FRANÇOIS; VESENTINI, op.cit.

Nós perdemos homens em demasia"<sup>33</sup>. Durante a noite de 21 para 22, a população civil de Dinant vivenciou os primeiros confrontos, quando uma patrulha de reconhecimento alemã des-ceu sobre a cidade a partir das alturas da margem direita do rio, à qual se juntaram em breve nu-meros quantidade de soldados, incursionando na Rue Saint-Jacques<sup>34</sup>. Era um batalhão misto composto por homens do Regimento de Fuzileiros nº 108, que operava em conjunto com o Ba-talhão de Engenharia nº 12. Os alemães mataram sete civis e atearam fogo em cerca de vinte casas na rua, em cinco das quais moradores morreram queimados nos incêndios<sup>35</sup>.

Embora os alemães classificassem a ação como um reconhecimento em força, o diário de campanha de um dos batalhões envolvidos revelou que a decisão dessa incursão tinha sido to-mada no nível de brigada, com o objetivo levar a população de Dinant a expulsar os defensores franceses, além de destruir a cidade tanto quanto possível<sup>36</sup>. Depois da guerra, um soldado chamado Rasch explicou que, tendo chegado de madrugada no final da Rue Saint-Jacques e vendo um café ainda iluminado, lançou uma granada de mão e desencadeou um tiroteio que, segundo ele, só exacerbou a sensação de pânico, pois os tiros pareciam vir de todos os lados, inclusive das casas<sup>37</sup>. Sua companhia perdeu oito homens e o seu capitão ficou gravemente feri-do. No final, essa ação desastrosa custou a vida de 19 homens e produziu 17 feridos entre os alemães. Os alemães, munidos de tochas, tornaram-se alvos perfeitos para os soldados franceses posicionados na margem oposta do rio e, mais uma vez, o episódio reforçou o mito dos franco-atiradores<sup>38</sup>.

Essas primeiras ações levaram parcela da população a abandonar a margem direita do Meuse para encontrar segurança. Com a ponte em Dinant e a barragem de Bouvignes-sur-Meuse obstruídas por barricadas francesas, as famílias fugiram a bordo de barças turísticas. Ao todo, 2.500 habitantes de Dinant conseguiram se abrigar no interior das linhas francesas<sup>39</sup>.

Ao meio dia de 22 de agosto, os franceses proibiram as travessias, pois elas estavam atra-palhando o movimento das tropas<sup>40</sup>. O I Corpo do 5º Exército francês foi substituído pela 51ª Divisão de Infantaria e pelo 273º Regimento de Infantaria. A 51ª Divisão viu-se em contato com três corpos do Exército Alemão em uma frente com mais de 30 quilômetros de extensão. Em Dinant, o 273º Regimento de Infantaria enfrentou o XII Corpo do Exército (I Corpo da Saxô-nia). Um ataque dos franceses não era, portanto, uma opção, mas a posição vantajosa que deti-nham deveria permitir-lhes atrasar a travessia do Meuse pelos alemães. Com isso em mente, no meio da tarde os franceses explodiram a barragem em Bouvignes-sur-Meuse, mas mantiveram intacta a ponte de Dinant<sup>41</sup>. Escavaram novas posições defensivas na margem esquerda, para esperar pelo inimigo, desistindo de manter tropas na margem direita do Meuse<sup>42</sup>.

---

33. LIPKES, op.cit.

34. COLEAU et al, op.cit.

35. HORNE; KRAMER, op.cit.

36. Ibid.

37. LIPKES, op.cit.

38. HORNE; KRAMER, op.cit.

39. FRANÇOIS; VESENTINI, op.cit.

40. LIPKES, op.cit.

41. HORNE; KRAMER, op.cit.

42. SCHMITZ; NIEWLAND, op.cit.

## 23 de agosto: morte e terror em Dinant

Nas primeiras horas do dia 23 de agosto de 1914, o XII Corpo alemão penetrou na cidade por quatro rotas distintas<sup>43</sup>. Ao norte da cidade, a 32ª Divisão e o Regimento nº 178 invadiram o setor entre Houx e o distrito de Leffe. Em seu caminho os alemães matam todos os civis: 13 homens foram alvejados em Pré Capelle e 71 foram assassinados nas proximidades da fábrica de papel (papeterie). O sargento Paul Zschocke, pertencente ao Regimento de Infantaria nº 103, explicou que tinha recebido ordens de seu comandante de companhia para procurar os franco-atiradores e "para matar qualquer pessoa que lá encontrasse"<sup>44</sup>. 45 casas foram sistematicamente revistadas e os moradores fuzilados ou levados para a abadia de Prémontrés. Às 10 horas da manhã, os monges, desconhecendo o destino que lhes seria reservado, reuniram os 43 homens presentes, a pedido dos oficiais alemães. Todos foram fuzilados na Praça da Abadia<sup>45</sup>.

À noite, 108 civis que tinham se escondido nos porões da grande fábrica de tecidos em Leffe decidiram se render. O diretor da fábrica Remy Himmer, que também era vice-cônsul da República Argentina, seus familiares e alguns de seus funcionários foram imediatamente presos. Mulheres e crianças foram enviadas para o convento em Prémontrés. Himmer e 30 homens foram fuzilados na Praça da Abadia, que ainda estava repleta dos cadáveres assassinados pela manhã. Depois, os alemães atearam fogo na fábrica<sup>46</sup>. O massacre continuou durante toda a noite no distrito de Leffe: as casas foram saqueadas e depois incendiadas e os civis do sexo masculino foram fuzilados. Quando os alemães deixaram Leffe, só restavam dez homens vivos. A engenharia da 32ª Divisão construiu, então, uma ponte de pontões diante do distrito de Leffe e atravessou o Meuse<sup>47</sup>.

Os Regimentos de Infantaria nº 108 e 182 da 46ª Brigada e os Regimentos de Artilharia nº 12 e 48 desceram a Rue Saint-Jacques. Às 06h30 da manhã sua vanguarda chegou ao abatedouro de gado, que foi imediatamente incendiado. Os alemães, encontrando menos civis nas casas, atearam fogo em todo o distrito. Todos os civis do sexo masculino que tinham decidido ficar foram executados, sem exceção. À tarde, um pelotão do Regimento nº 108<sup>48</sup> encontrou cerca de uma centena de civis que haviam se refugiado na cervejaria Nicaise. As mulheres e crianças foram levadas para a Abadia de Leffe; os 30 homens presentes no local foram levados para a Rue des Tanneries, alinhados ao longo da muralha de Laurent e executados. Três deles conseguiram escapar sob a cobertura da escuridão<sup>49</sup>.

Homens do Regimento nº 182 construíram uma barricada utilizando móveis saqueados das casas, à qual amarraram um jovem que acusaram de ser franco-atirador embora tivesse sido encontrado desarmado, para servir de escudo humano. No final da tarde, apanhados sob fogo pelas suas próprias tropas, mataram o refém e se retiraram<sup>50</sup>.

43. COLEAU et al, op.cit.

44. HORNE; KRAMER, op.cit.

45. EVRARD, Ernest. Les massacres de Dinant. Anvers: Imprimerie Nationale L. Opdebeek, 1919.

46. HORNE; KRAMER, op.cit.

47. LIPKES, op.cit.

48. HORNE; KRAMER, op.cit.

49. SCHMITZ; NIEWLAND, op.cit.

50. HORNE; KRAMER, op.cit.

O Regimento de Infantaria nº 100 alemão desceu do Montagne de la Croix e atacou o distrito de Saint-Nicolas, que foi saqueado das oito da manhã até às oito da noite<sup>51</sup>. O episódio foi descrito por Maurice Tschoffen, que presenciou os acontecimentos<sup>52</sup>:

*Na rua deserta marchavam em duas linhas ao longo das casas, a da direita observando as casas da esquerda e vice-versa, todos com o dedo no gatilho e prontos para disparar. Em frente de cada porta, formavam-se grupos de soldados que crivavam de balas as casas, especialmente as janelas [...]. Eu sei que os soldados atiraram muitas granadas nos porões<sup>53</sup>*

Dois homens foram mortos a tiros na porta de casa e, como ocorreu na Rue Saint-Jacques, os civis foram utilizados como escudos humanos na Place d'Armes. Em meio ao caos da batalha, alguns deles caíram sob os fogos disparados pelos franceses posicionados na margem oposta do Meuse. Os alemães aproveitaram para conquistar o distrito de Rivages, onde as casas foram incendiadas e os civis foram levados para a Maison Bouille<sup>54</sup>.

No sopé da Montagne de la Croix, homens e mulheres foram separados. As mulheres e crianças foram convidadas a abandonar as instalações, mas ficaram para saber o destino dos seus maridos, irmãos e filhos. Alguns dos homens foram levados para a prisão; 137 outros foram alinhados em quatro filas ao longo do muro do jardim de Maurice Tschoffen (fig. 1), depois o coronel Bernhard Kielmannsegg, comandante do Regimento de Infantaria nº100, ordenou sua execução<sup>55</sup>.



**Figura 1:** Muro Tschoffen preservado como monumento. Neste local foram fuzilados 137 moradores da cidade.

Os pelotões de fuzilamento dispararam duas vezes, depois uma metralhadora disparou sobre os cadáveres do terraço do jardim Frankinet<sup>56</sup>. 116 homens pereceram enquanto cerca de 30 homens fingiram estarem mortos. Estes últimos, em sua maioria feridos, saíram do amontoado de cadáveres aproveitando a escuridão da noite. Nos dias seguintes, cinco deles foram recapturados e fuzilados<sup>57</sup>.

51. Declaração do tenente-coronel Kielmannsegg. Ver SCHMITZ; NIEWLAND, op.cit.

52. Maurice Tschoffen (1868-1936) foi um promotor de justiça do distrito judicial de Dinant. Ficou conhecido como autor de obras relacionadas com o saque e massacre de Dinant, em agosto de 1914.

53. HORNE; KRAMER, op.cit.

54. SCHMITZ; NIEWLAND, op.cit.

55. CLARINVAL, Willy. Quel est cet officier allemand qui sauva 300 Dinantais, le 23 août 1914, d'un second massacre près de la prison?: contribution à l'étude des événements d'août 1914 à Dinant, Traces mosanes, n. especial, mar. 2014.

56. Ibid.

57. HORNE; KRAMER, op.cit.

O major Von Loeben, que comandou um dos dois pelotões de fuzilamento (o segundo foi comandado pelo tenente Von Ehrenthal)<sup>58</sup> testemunhou perante uma comissão de inquérito alemã no pós-guerra: "Presumo que estes eram homens que tinham disparado ou agido de alguma forma com hostilidade contra as nossas tropas"<sup>59</sup>.

Ao sul da cidade, o Regimento de Infantaria nº 101 alemão somente chegou ao fim da tarde, através da estrada de Froidvau, onde construiu uma ponte de pontões à montante do Rochedo Bayard. Os civis foram aprisionados e mantidos como reféns. A eles juntou-se um grupo de civis de Neffe que tinham sido forçados a atravessar em barcos. Por volta das 17 horas, os alemães, que já tinham avançado 40 metros ao longo do Meuse, sofreram um forte ataque a partir da margem esquerda<sup>60</sup>. Com o argumento de que os "franceses estavam disparando contra eles", os alemães mataram os 89 reféns ao longo do muro do jardim Bourdon. 76 pessoas foram mortas, incluindo 38 mulheres e sete crianças, a mais nova das quais, Mariette Fivet, com apenas três semanas de idade e abatida no colo de sua mãe.

O Regimento nº 101 atravessou o Meuse nos arredores de Neffe, investindo com mais um grupo de cidadãos de Dinant. 55 civis refugiaram-se em um pequeno aqueduto sob a ferrovia, mas foram surpreendidos pelos alemães. O oficial Karl Adolf von Zeschau ordenou a execução com fuzis e granadas: 23 civis foram mortos e 12 feridos<sup>61</sup>.



**Figura 2:** Dinant parcialmente destruída após a batalha. É possível observar a Citadelle no topo do rochedo, a catedral Colegièlle e a ponte dinamitada pelos franceses.

Por volta das 18 horas do dia 23 de agosto, os franceses explodiram a ponte Dinant (Fig.2) e se retiraram pela estrada de Philippeville. A barbaridade alemã continuou a ser perpetrada nos dias seguintes, e aqueles que deixaram os seus esconderijos demasiado cedo pagaram com as suas vidas. Os civis foram requisitados para enterrar as centenas de cadáveres que jaziam nas ruas e praças de Dinant e em seus arredores<sup>62</sup>.

58. Ibid.

59. Ibid.

60. Ibid.

61. SCHMITZ; NIEWLAND, op.cit.

62. Ibid.



No aprisionamento, os alemães separaram as mulheres e as crianças dos homens. Estes últimos, conscientes do destino que os esperava, receberam a absolvição de um padre. O som de um tiroteio – o fuzilamento do Muro Tschoffen – provocou uma confusão tanto entre os prisioneiros como entre os seus carcereiros. Alguns pensaram que os franceses estavam tentando retomar a cidade. A execução não foi concretizada, e os prisioneiros foram levados para o Rochedo Bayard, de onde as mulheres e crianças foram obrigadas a caminhar até Dréhance e Anseremme. Os 416 homens aguardaram a deportação para a Alemanha, sob o comando do capitão Hammerstein<sup>63</sup>. Os prisioneiros foram encaminhados para Marche e depois conduzidos à estação de Melreux, divididos em grupos de 40 em vagões de gado, sendo enviados para a prisão de Cassel na Alemanha<sup>64</sup>. Em seu testemunho, Tschoffen, um dos aprisionados, afirmou que

*um dia, o diretor da prisão disse-me que as autoridades militares em Berlim estavam agora convencidas de que ninguém tinha disparado um tiro em Dinant. Não sei por que fez esta declaração. Portanto, não havia razão para nos prender; não sei que razão poderia ter havido para nos libertar<sup>65</sup>.*

Além disso, 33 religiosos foram reunidos na escola comunal de Dinant, e depois enviados para Marche, onde foram mantidos em cativeiro durante um mês<sup>66</sup>. Durante o saque alemão, 750 imóveis foram queimados ou destruídos, dois terços das edificações da cidade<sup>67</sup>.

O obituário com os nomes das vítimas civis circulou rapidamente. A primeira versão, editada por de Dom Norbert Nieuwland e publicada em 1915, continha 606 nomes<sup>68</sup>. As autoridades militares de ocupação alemãs exigiram que a população entregasse cópias do obituário, sob ameaça de severas sanções<sup>69</sup>.

Em 1922, após o fim da guerra, Nieuwland e Schmitz chegaram a 674 vítimas, incluindo 5 desaparecidas<sup>70</sup>. Em 1928, Nieuwland e Tschoffen acolheram o mesmo número de vítimas e pessoas desaparecidas<sup>71</sup>. Finalmente, pouco antes do centenário do massacre, Michel Coleau e Michel Kellner publicaram uma versão corrigida do obituário e chegaram a um total de 674 vítimas identificadas e três pessoas não identificadas<sup>72</sup>. Considerando-se a população de Dinant em 1914, calculada em pouco mais de 7 mil, o massacre de 23 de agosto provocou a morte de cerca de 8,5% dos habitantes.

63. Ibid.

64. Ibid.

65. Ibid.

66. Ibid.

67. PETIT, Jean-Philippe. Dinant le 6 mai sera le jour du "rapprochement": le drapeau allemand flottera sur le pont. Di-nant, Le Soir, Bruxelles, 14 mar. 2001.

68. NIEWLAND, Norbert. Le nécrologe dinantais. Bruxelles: Dewit (édition clandestine), 1915.

69. SCHMITZ; NIEWLAND, op.cit.

70. Ibid.

71. NIEWLAND, Norbert; TSCHOFFEN, Maurice. Le conte de fée des francs-tireurs de Dinant: réponse au rapport du professeur Meurer de l'Université de Würzburg. Gembloux: Duculot, 1928.

72. De acordo com Michel Coleau e Michel Kellner, versão de 13 set. 2013. Disponível em <[http://www.dinant.be/uploads/news/2137/liste\\_des\\_victimes\\_\(13.09.2013\).pdf](http://www.dinant.be/uploads/news/2137/liste_des_victimes_(13.09.2013).pdf)>. Acesso em 28 jan. 2022.

## Testemunhos dos sobreviventes

Apenas alguns dias após a tragédia que recaiu sobre Dinant, os sobreviventes decidiram registrar seus testemunhos, tornando possível reconstruir o curso dos acontecimentos. Três das centenas de depoimentos mantidos no bispado de Namur e na abadia de Maredsous são particularmente bem conhecidos. Albine Bovy, uma das testemunhas que presenciou o massacre, afirmou:

Toda a família estava reunida na casa de meus pais, que foi construída contra a rocha, atrás das casas de Joseph Rondelet e da viúva Camille Thomas, na rua Saint-Pierre. Meu pai, que estava trabalhando em Mianoye (Assesse), estava ausente. No domingo, 23 de agosto, por volta das 16 horas, quando vimos alemães se instalando no café Rondelet, cujos proprietários haviam fugido no dia anterior e bebendo até se embriagarem, fugimos para as montanhas. Mas outros soldados que estavam acima de nós nos viram; minha mãe, que estava com o pequeno Marcel de 4 anos nos braços, levantou a mão que ainda estava livre. No entanto, os soldados dispararam contra nós: uma primeira bala quebrou o braço de Marcel, uma segunda atingiu minha mãe no pulso e uma terceira explodiu os miolos dela. Outras balas atingiram minhas irmãs Adèle e Éloïse, que caíram. Enquanto Léon, Aline e Paul fugiram para um lado, eu consegui me esconder em uma rocha, onde fiquei até segunda-feira à noite. Então os alemães me descobriram e, com outras pessoas, me levaram a Prémontrés, onde encontrei os demais integrantes da minha família ainda vivos<sup>73</sup>.

Maurice Lion, outra testemunha das atrocidades alemãs, registrou sua experiência ante os invasores de sua cidade

No dia 23 de agosto, de manhã cedo, o canhão foi ouvido e pensamos estar testemunhando uma batalha semelhante à do dia 15. Aproveitando uma leve pausa, por volta das 10 horas, meu pai e eu abrimos a porta da frente para ter uma ideia melhor do que estava acontecendo na rua. Rapidamente a fechamos, vendo soldados alemães no quarteirão que haviam levantado seus fuzis à nossa vista e fomos para o porão. Algum tempo depois, ouvimos o som de janelas quebradas e portas sendo arrombadas. Logo, pudemos ouvir o som distinto de um machado investindo contra nossa porta. Meus pais decidiram abrir a porta e já estavam no corredor quando ele cedeu sob os golpes dessas pessoas enérgicas que invadiram a casa, gritando como demônios, e descarregando suas armas à queima-roupa. Meu pai, atingido no peito, cambaleou para trás mais alguns passos, agarrado à sua mesa e caiu: estava morto. Minha mãe, atingida no ombro, gritou de dor e se refugiou no porão, enquanto minha avó, tentando ajudar seu filho que havia sido ferido mortalmente, foi atingida por uma bala na parte de trás do pescoço que a derrubou no chão. Um quarto tiro atingiu meu avô, sentado em uma poltrona, e o matou. Ao me verem, os bandidos descarregam suas armas em mim, mas as balas assobiaram em meus ouvidos sem me atingir. Os soldados, convencidos de que não haviam poupado ninguém, se retiraram e tudo à minha volta foi logo mergulhado num silêncio mortal<sup>74</sup>.

73. SCHMITZ; NIEWLAND, *op.cit.*

74. *Ibid.*

Camille Fivet, outra civil moradora de Dinant, testemunhou acerca de sua experiência de sobrevivência diante de um pelotão de fuzilamento alemão:

Logo que chegamos à frente do muro de Bourdon, atiraram em nós; eu caí. Alexandre Bourdon estava em cima de mim. Por volta das 21 horas, eu queria me levantar. Imediatamente eles dispararam na minha direção, mas, como eu estava sob Bourdon, foi ele quem foi atingido. Pude então ver tudo o que estava acontecendo ao meu redor. Ouvi um bebê chorando, era a pequena Gilda Marchot, de 2 anos de idade. Um alemão colocou o cano de seu fuzil na boca da criança e atirou! Com repugnância, vi-rei-me para o outro lado e vi um soldado carregando investindo contra um corpo com sua baioneta; reconheci o corpo de minha sobrinha, Mariette Fivet, que tinha três semanas de vida. Depois de brincar com o cadáver desta criança, o soldado colocou-o no chão e colocou o pé sobre o estômago para remover sua baioneta. No dia seguinte, enterrei o corpo de meu irmão, minha cunhada e minha pequena Mariette, que tinha 22 dias de idade. Descobri que as vestes da bebê estavam todas rasgadas no estômago e cheias de sangue<sup>75</sup>.

Os testemunhos não deixam dúvidas quanto ao nível de atrocidades cometidas na passagem dos alemães pela cidade.

## Os agentes do massacre

O 3º Exército alemão era comandado pelo general saxão Max von Hausen e dividido em três corpos. Foi o XII Corpo (I Corpo saxônico) comandado pelo general Karl Ludwig d'Elsa o responsável por tomar Dinant e cruzar o Meuse naquele ponto. O corpo era composto por duas divisões: a 32ª Divisão de Infantaria, comandada pelo tenente-general Horst Edler von der Pla-nitz, e a 23ª Divisão de Infantaria, sob as ordens de Karl von Lindeman<sup>76</sup>.

Explicando o pensamento comum a esses comandantes militares, o general bávaro Jakob von Hartmann, que lutou na Guerra Franco-Prussiana, escreveu anos antes

os indivíduos devem ser duramente atingidos, quando se faz deles um exemplo para servir de aviso [...]. Mas, para a comunidade, é um benefício salutar que esta severidade tenha sido exercida contra indivíduos. Quando a guerra nacional irrompe, o terrorismo se torna um princípio militarmente necessário<sup>77</sup>.

Ele próprio um veterano da guerra franco-alemã de 1870, Max von Hausen recomendou que suas tropas desconfiassem da população civil, pois eles eram rápidos para pegar em armas contra as tropas alemãs. Como resultado, em todos os níveis de comando, a palavra de ordem era "tratar os civis com o máximo rigor"<sup>78</sup>.

75. Ibid.

76. COLEAU, op.cit.

77. SCHMITZ; NIEWLAND, op.cit.

78. TIXHON, Axel. Ex Cathedra: Qui étaient les bourreaux de Dinant en 1914? Matélé, 2015. Disponível em <<https://archive.wikiwix.com/cache/index2.php?url=https%3A%2F%2Fwww.matele.be%2Fex-cathedra-qui-etaient-les-bourreaux-de-dinant-en-1914#federation=archive.wikiwix.com>>. Acesso e 29 jan. 2022.

Os primeiros relatos concretos da presença de franco-atiradores chegaram ao Estado-Maior Geral alemão enquanto o 3º Exército se concentrava no Leste. Essa crença no "mito dos franco-atiradores" levou os alemães a tomarem as medidas mais severas contra a população civil. Quando ocorreu a Batalha de Dinant, que confrontou o 3º Exército contra os regimentos franceses, já havia uma instrução nos comandos alemães para aterrorizar a população civil<sup>79</sup>.

Foi o caso do Regimento de Infantaria nº 178, liderado pelo coronel Kurt von Reyher, ele próprio sob as ordens do comandante da brigada, major-general Morgenstern-Döring, que pediu a suas tropas para "serem impiedosas e para agirem sem a menor consideração contra esses atiradores fanáticos e usarem os meios mais enérgicos"<sup>80</sup>. Von Reyher instruiu o major Kock, do 2º Batalhão, a "purgar as casas". O capitão Wilke, comandando a 6ª Companhia e, posteriormente, a 9ª Companhia colocada sob suas ordens para ajudá-lo nesta tarefa, liderou uma série de ações contra a população civil com o objetivo de aterrorizá-la, particularmente no distrito de Leffe e em sua abadia<sup>81</sup>.

No que diz respeito à 23ª Divisão de Infantaria, por intermédio de suas 45ª e 46ª brigadas, foram principalmente o Regimento de Infantaria nº 101 da Saxônia, comandado pelo coronel Meister, e o Regimento de Infantaria nº 100, sob a liderança do tenente-coronel Kilmannsegg, as unidades responsáveis pelas execuções, saques e incêndios no sul da cidade, em Les Rivages, no distrito de Saint-Nicolas e em Neffe. O major Schlick, comandante das 3ª e 4ª companhias do Regimento nº 101, foi um dos mais ativos nestes eventos<sup>82</sup>.

O Regimento de Infantaria nº 178, que havia saqueado Leffe, atravessou o Meuse após a retirada das tropas francesas e chegou a Bouvignes-sur-Meuse. Lá, cometeu novos atos de violência, provocando 31 vítimas<sup>83</sup>. O 3º Exército alemão, atrasado por uma semana em relação ao cronograma do Plano Schlieffen, continuou seu avanço, deixando em seu rastro um país devastado por saques, incêndios e execuções sumárias de civis, "confrontando seus dois inimigos, os franceses e os franco-atiradores, presentes em seu imaginário"<sup>84</sup>.

Além dos integrantes da cadeia de comando do 3º Exército alemão, muitos oficiais subordinados atuaram como agentes do massacre de Dinant, mas, nos processos judiciais ocorridos após a guerra foram exonerados de culpa, e seus crimes permaneceram impunes.

## O massacre repercute

A brutalidade alemã contra a população civil de Dinant logo repercutiu em nível internacional. Thomas-Louis Heylen, bispo de Namur, informou o Papa Bento XV sobre o ocorrido, e a divulgação produziu uma indignação mundial.

---

79. TSCHOFFEN, Maurice. Le sac de Dinant et les légendes du Livre blanc allemand du 10 mai 1915. Bruxelles: S. A. Futura, 1917.

80. SCHMITZ; NIEWLAND, op.cit.

81. LIPKES, op.cit.

82. SCHMITZ; NIEWLAND, op.cit.

83. HORNE; KRAMER, op.cit.

84. Ibid.

Ainda em 1915, o governo francês publicou o relatório *Documents relatifs à la guerre 1914-1915*, cujas atas especificavam diversos crimes de guerra perpetrados pelos alemães por ocasião da invasão da Bélgica, como:

1. *Violação da neutralidade de Luxemburgo e da Bélgica;*

[...]

8. *métodos de guerra pérfidos; e*

9. *crueldades inflingidas à população civil*<sup>85</sup>.

Em sentido oposto, um grupo de 93 intelectuais alemães dirigiu um "manifesto às nações civilizadas", conhecido como manifesto dos 93, no qual eles tentaram justificar as ações de seu exército<sup>86</sup>. Em 10 de maio de 1915, o Ministério das Relações Exteriores do Reich divulgou um Livro Branco que tentava demonstrar que "as infelizes tropas alemãs foram cruelmente agredidas em Dinant pelos ataques selvagens e desleais de uma população fanática"<sup>87</sup>.

O governo belga contradisse com seu Livro Cinza, publicado em 1916: "[a Alemanha] é duplamente culpada que, depois de ter violado os direitos dos outros, ainda tenta, com singular audácia, justificar-se imputando às suas vítimas falhas que elas nunca cometeram"<sup>88</sup>.

Indignada, a imprensa britânica referiu-se ao massacre como "o estupro da Bélgica". Desde então, este termo foi associado às execuções sofridas pela população civil belga entre agosto e setembro de 1914<sup>89</sup>.

O bispo de Namur, por sua vez, respondeu aos alemães após a publicação do Livro Branco:

*Estamos apenas esperando o momento em que o historiador imparcial possa vir a Dinant, ver por si mesmo o que aconteceu lá, e questionar os sobreviventes. Há o suficiente deles para reconstruir todos os fatos em sua verdade e sinceridade. Então, ficará claro que talvez nunca antes a inocência das vítimas tenha sido mais claramente demonstrada e a culpa dos agressores mais evidente. Os eventos se resolverão no desencadeamento, dentro de um exército, de uma crueldade tão inútil quanto inexplicável. Então o mundo, que já julgou com extremo e justo rigor o massacre de quase setecentos civis e a destruição de uma cidade antiga, com seus monumentos, seus arquivos, suas indústrias, apreciará com ainda maior severidade este novo procedimento que, para se livrar de uma merecida acusação, não encolhe de nenhum meio e transforma em assassinos as vítimas que foram injustamente sacrificadas*<sup>90</sup>.

Com o fim da Grande Guerra, as negociações que resultaram no Tratado de Versalhes forçaram a Alemanha a organizar uma série de julgamentos contra supostos criminosos de guerra alemães: os julgamentos de Leipzig, que aconteceram em 1921. Em fevereiro de 1920, a lista de pedidos de extradição dos países Aliados continha 853 nomes, líderes do antigo regime alemão e militares acusados de comportamento indigno para com civis, feridos ou prisioneiros de guerra.

85. REPUBLIQUE FRANÇAISE. Documents relatifs à la guerre: rapports et procès-verbeaux d'enquête de la commission. Paris: Imprimerie Nationale, 1915.

86. L'Appel des intellectuels allemands aux Nations civilisées. Revue Scientifique, 8 out.-14 nov. 1914, p. 170-172.

87. TSCHOFFEN, op.cit.

88. SCHMITZ; NIEWLAND, op.cit.

89. ZUCKERMAN, Larry. The rape of Belgium: the untold story of World War I. New York: New York University Press, 2004.

90. SCHMITZ; NIEWLAND, op.cit.



Destes nomes, apenas 43 foram transmitidos ao tribunal alemão, o Reichsgericht. A França queria extraditar 11 pessoas, a Bélgica 15 e a Grã-Bretanha 5. Da mesma forma, a Itália, a Polônia, a Romênia e a Iugoslávia tinham 12 pessoas na lista<sup>91</sup>. Nenhuma destas solicitações, no entanto, dizia respeito aos envolvidos no saque e massacre de Dinant.

Julgar os próprios nacionais por crimes de guerra foi uma inovação. No entanto, os julgamentos de Leipzig foram decepcionantes para os Aliados, na medida em que a justiça alemã foi rápida em inocentar os acusados ou encontrar circunstâncias atenuantes. As sentenças im-postas foram consideradas leves ou mesmo simbólicas, se considerados os crimes cometidos<sup>92</sup>.

Finalmente, com relação aos crimes cometidos pelo 3º Exército, franceses e belgas indicia-ram sete oficiais superiores. No dia 9 de maio de 1925, uma corte marcial reunida em Dinant condenou à revelia os alemães julgados pelo massacre na cidade. Depois dos autos do processo serem enviados para a Alemanha, no final deste ano o tribunal de Leipzig rejeitou todas as sen-tenças e, em consequência, o processo foi arquivado<sup>93</sup>. Entre os indiciados estava o coronel Jo-hann Meister, comandante do Regimento de Infantaria nº101, que foi absolvido por falta de provas. O julgamento foi baseado nas investigações alemãs de 1915 e 1920, retomando os ar-gumentos do Livro Branco sobre os franco-atiradores. Finalmente, apesar de reconhecer a existência de execuções de reféns, o tribunal considerou que não havia provas de que elas haviam sido realizadas ilegalmente<sup>94</sup>.

## Novas pesquisas históricas e as desculpas tardias da Alemanha

Em 1994, os irlandeses John Horne e Allan Kramer publicaram um artigo baseado nos di-ários de soldados alemães na Bélgica escritos em agosto de 1914. Foi só então que a tese das atrocidades alemãs cometidas na Bélgica durante a Grande Guerra foi desafiada<sup>95</sup>. A partir de 1995, historiadores como Michel Coleau, Aurore François, Michel Kellner, Vincent Scarniet, Axel Tixhon e Frédéric Vesentini começaram a examinar o episódio: os fatos foram solidamente estabelecidos graças ao depoimento das primeiras testemunhas, bem como de documentos alemães (diários de campanha, diários de guerra, testemunhos). O trabalho dos historiadores contextualizou-os e propôs novas análises.

Em 2001, os mesmos Horne e Kramer publicaram 1914, les atrocités allemandes: la vérité sur les crimes de guerre en France et en Belgique, subtítulo da coleção La Vérité sur les cri-mes de guerre en France et en Belgique. A dimensão do saque de Dinant foi, então, estabelecida<sup>96</sup>.

---

91. Liste des personnes désignées par les puissances alliées pour être livrées par l'Allemagne en exécution des articles 228 à 230 du Traité de Versailles et du protocole du 28 juin 1919. Disponível em <<https://www.bibliotheca-andana.be/wp-content/uploads/2011/11/Liste-des-personnes.pdf>>. Acesso em 28 jan. 2022.

92. HORNE; KRAMER, op.cit.

93. Ibid.

94. Ibid.

95. FRANÇOIS; VESENTINI, op.cit.

96. HORNE; KRAMER, op.cit.

Nesse mesmo ano, o historiador militar belga Fernand Gérard pediu a Angela Merkel, chanceler da Alemanha, que instasse a seu governo a emitir um pedido de desculpas formal<sup>97</sup>. Com efeito, em 6 de maio de 2001, o governo alemão, por intermédio de seu Secretário de Estado da Defesa, Walter Kolbow, em visita à cidade, pediu desculpas oficialmente, 87 anos após os acontecimentos, pelas atrocidades infligidas à população de Dinant em 1914<sup>98</sup>. Disse ele

*E é por isso que estou aqui hoje. Gostaria de pedir a todos vocês que perdoem as injustiças que os alemães uma vez cometeram neste país. Peço isto porque considero tal pedido mais necessário do que nunca, justamente no momento em que o processo de unificação europeu está se intensificando, uma Europa na qual nossos dois países estão seguindo em conjunto uma política que visa evitar o retorno de tais crimes e sofrimento<sup>99</sup>.*

As autoridades municipais responderam que não lhes competia conceder o perdão em nome dos mortos, mas acolheram com satisfação a aproximação, feita “em prol da juventude e do futuro”<sup>100</sup>. Um grupo de jovens belgas e alemães hasteou simbolicamente a bandeira alemã na ponte Charles de Gaulle, até então a única em falta, enquanto todas as outras bandeiras europeias estavam ali expostas<sup>101</sup>.

Mesmo após esse processo de reconciliação, no entanto, em agosto de 2017 o historiador alemão Ulrich Keller ressuscitou a controvérsia em seu livro *Schuldfragen: Belgischer Untergrundkrieg und deutsche Vergeltung im August 1914*<sup>102</sup>, no qual retomou a tese de que os civis belgas haviam disparado contra o exército alemão e que essas ações foram a causa da represália contra a população. Ele baseou sua análise em documentos de arquivo mantidos em Berlim, que mostravam, entre outras coisas, que uniformes de soldados belgas e franceses foram encontrados em Dinant, mas não as armas, concluindo que soldados se disfarçaram de civis para atirar contra os alemães. Também examinou os ferimentos sofridos por alguns soldados que não poderiam ter sido causadas por armas de guerra convencionais, mas sim por espingardas civis<sup>103</sup>.

Entretanto, Horne e Kramer, autores da importante pesquisa sobre as atrocidades alemãs na Bélgica, já haviam reconhecido que não se podia excluir totalmente que, em alguns casos isolados, um ou outro civil pudesse ter disparado contra o inimigo para proteger seu próprio povo, como permitido pela Segunda Conferência de Haia, de 1907<sup>104</sup>, mas insistiram na natureza isolada de tais ações<sup>105</sup>.

O conselho municipal de Dinant, em reunião de 27 de novembro de 2017, condenou oficial e unanimemente as acusações contidas no livro de Keller e também convidou o governo belga a adotar a mesma postura<sup>106</sup>. O jornal alemão *Die Welt* finalmente concordou com as conclusões de

97. LAPORTE, Christian. Un historien militaire belge interpelle Angela Merkel: l'étonnante relecture allemande des massacres d'août 14. *La Libre*, Bruxelles, 14 nov. 2017.

98. LE NAOUR, Jean-Yves. 1914: la grande illusion. Paris: Place des éditeurs, 2016.

99. PETIT, Jean-Philippe. Dinant l'Allemagne demande pardon, 87 ans après Dinant quatre-vingt-sept ans après le sac de la ville. *Le Soir*, Bruxelles, 7 mai 2001.

100. *Ibid.*

101. *Ibid.*

102. KELLERHOFF, Sven Felix. Die belgier, nicht ein Haar besser als die Kosaken! *Die Welt*, Hamburg, 2017.

103. *Ibid.*

104. HORNE; KRAMER, op.cit.

105. KELLER, Ulrich. *Schuldfragen: Belgischer Untergrundkrieg und deutsche Vergeltung im August 1914*; Bruxelles: Verlag Ferdinand Schöningh, 2017.

106. KELLERHOFF, op.cit.

Axel Tixhon: embora a milícia belga (a Guarda Cívica) possa ter disparado sobre tropa alemã, não houve nenhuma *Franktireurkrieg* ("guerra de franco-atiradores") em Dinant. Ela existia apenas no imaginário dos soldados alemães; e principalmente, porque se baseavam exclusivamente nos testemunhos destes últimos, as conclusões de Keller eram discutíveis<sup>107</sup>. Axel Tixhon, historiador especializado nos eventos de agosto de 1914, observou que "há um problema neste trabalho [de Keller], que deve perseguir objetivos diferentes dos da pesquisa científica"<sup>108</sup>.

## Lugares de memória e comemorações

De acordo com Pierre Nora, um lugar de memória, em todos os sentidos da palavra, pode variar desde o objeto mais material e concreto, localizado geograficamente, até o objeto mais abstrato e intelectualmente construído. Pode, portanto, ser um monumento, uma personagem, um museu, um arquivo, ou mesmo um símbolo, um lema, um evento ou uma instituição. Compreensivelmente, Dinant possui hoje diversos espaços de memória ligados à batalha e, principalmente, ao massacre de 23 de agosto, em um esforço memorialístico que começou imediatamente após o final da Grande Guerra.

No dia 23 de agosto de 1919, o Presidente da Câmara dos Deputados da França, Paul Deschanel, prestou homenagem às vítimas de Dinant. Jean Schmitz e Norbert Nieuwland usaram a oportunidade para demonstrar a singularidade de Dinant entre as cidades mártires belgas e francesas: "Dinant é uma das estações no caminho sangrento pelo qual a humanidade se elevou, em dor, à justiça".<sup>110</sup> Foi assim que Deschanel se expressou sobre as ruínas da cidade e os túmulos das vítimas em 23 de agosto de 1919, 5º aniversário do Saque de Dinant.

No dia 20 de agosto de 1922, um monumento comemorativo foi inaugurado na *papeterie*. Mesmo tendo sido destruído em 1940 pelos alemães, durante a Segunda Guerra Mundial, ainda é visível a homenagem às 68 pessoas baleadas no local<sup>111</sup>. No mesmo dia, duas placas de bronze feitas pela *Compagnie des Bronzes de Bruxelles* foram inauguradas no local da antiga fábrica de tecidos em homenagem a seu diretor, Remy Himmer e seus 147 trabalhadores.

Em 23 de agosto de 1923, um monumento neoclássico foi inaugurado em Neffe, prestando homenagem a 81 vítimas, incluindo as 23 pessoas do aqueduto e os habitantes de Neffe que foram executados no Muro de Bourdon. O monumento também foi danificado pelos alemães em 1940<sup>112</sup>.

Exatamente quatro anos mais tarde foi inaugurado o "Altar da Pátria" no pátio da prefeitura, na presença do príncipe herdeiro da Bélgica. Criado pelo escultor de Bruxelas Frans Huygelen, o monumento retratava uma alegoria do sofrimento e finalmente da pátria vitoriosa, representada por várias esculturas de bronze<sup>113</sup>.

107. Ibid.

108. TIXHON, Axel. On ne peut pas laisser dire que le massacre de 1914 était dû à une résistance des Dinantais. Matélé, Jemelle, nov. 2017.

109. NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

110. SCHMITZ; NIEWLAND, op.cit.

111. COLEAU, Michel Kellner et al. Dinant: Août 1914, les rives sanglantes. Namur: Les éditions namuroises, 2014.

112. Ibid.

113. Ibid.

Nessa ocasião, também foram inaugurados espaços comemorativos em vários lugares da cidade, incluindo o Muro de Tschoffen, preservando a muralha onde foram executados 116 moradores de Dinant, com um baixorelevo de bronze de 1,4 metros de altura e 3,5 metros de comprimento, em cuja base da pedra está escrito: "Pia homenagem da memória Dinant às 674 vítimas inocentes da fúria teutônica, 116 das quais morreram aqui em 23 de agosto de 1914"<sup>114</sup>.

Uma estrela comemorativa também foi inaugurada no local do Muro de Bourdon, em 1927, que incluía um baixo-relevo representando um pelotão de fuzilamento que segurava mulheres e crianças na mira de uma arma. Prestava homenagem às 83 vítimas que morreram ali, incluindo sete crianças com idades entre 3 semanas e 2 anos<sup>115</sup>.

No dia 5 de outubro de 1930, um Sagrado Coração foi inaugurado em Leffe, na Praça da Abadia, substituindo um primeiro memorial, erguido por volta de 1920. Uma placa comemorativa do escultor Frans Huygelen representando o busto de um Cristo na cruz foi afixada na antiga casa dos Servais em homenagem às 243 vítimas de Leffe<sup>116</sup>.

Em 23 de agosto de 1936, foi inaugurado na Place d'Armes um monumento homenageando as 3.700 vítimas civis belgas de agosto e setembro de 1914, incluindo as 674 vítimas do saque de Dinant, criado pelo escultor Pierre de Soete<sup>117</sup>. Nele havia a inscrição:

Diante de Deus e da humanidade, sobre nossa honra e consciência, sem ódio ou raiva, conscientes da importância do juramento que estamos prestes a fazer, todos juramos que em agosto de 1914 não sabíamos, víamos ou sabíamos de nada que pudesse ter constituído um ato de violência ilegítima contra as tropas do invasor<sup>118</sup>.

Em maio de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, o memorial da Place d'Armes foi dinamitado pelas forças de ocupação nazistas, sob o pretexto de que constituía uma afronta à Alemanha<sup>119</sup>.



**Figura 3:** Memorial homenageando as vítimas do massacre de 23 de agosto de 1914 em Dinant.

114. Ibid.

115. Ibid.

116. Ibid.

117. Ibid.

118. Ibid.

119. LIPKE, op.cit.

Um novo memorial contendo a lista completa das vítimas foi inaugurado na margem esquerda do Meuse no centenário do massacre (Fig. 3), em 23 de agosto de 2014, na presença do rei Philippe e de outras autoridades<sup>120</sup>. A entrada do memorial é construída para ser uma viagem interior em busca dos nomes das vítimas, que só podem ser lidos por dentro, em contraposição ao céu de Dinant. A idade das vítimas é indicada por um desenho gráfico simples, com um quadrado para um ano e uma linha para dez anos. No monumento/mausoléu podem ser quantificadas as vítimas, por família. A família Monin, por exemplo, perdeu doze pessoas durante o massacre perpetrado pelos alemães<sup>121</sup>.

Na Citadelle, no topo do rochedo que domina a cidade e que foi conquistado pelo ousado ataque francês de 15 de agosto, existe um museu cujo acervo inclui peças de artilharia neerlandesa, do período Napoleônico, mas, principalmente, itens alemães da Grande Guerra, incluindo uniformes, capacetes, armamento leve e artilharia.

Ainda na Citadelle, foi estabelecido o cemitério militar francês, onde se encontram sepultados 1.200 soldados franceses mortos na breve Batalha de Dinant de 1914. Em 11 de setembro de 1927, Philippe Pétain, então vice-presidente do Alto Conselho da Guerra, esteve presente na cidade com seu ajudante de ordens, capitão Charles de Gaulle, que havia sido ferido na Batalha de Dinant. Eles inauguraram o monumento L'Assaut no cemitério francês da cidadela de Dinant, projetado pelo escultor Alexandre Daoust<sup>122</sup>.

Outro lugar de memória associado à Grande Guerra é a ponte que liga as duas margens do Meuse diante da cidade de Dinant. Construída inicialmente no século IX, foi palco da batalha em 1914, na qual o então tenente Charles de Gaulle, enquanto tentava cruzar o rio, foi ferido na fíbula ao ser atingido por um disparo de fuzil. Foi depois dinamitada pelos franceses em retirada. Após o conflito a ponte foi reconstruída em 1925, mas, em 12 de maio de 1940, o Exército Belga a explodiu novamente para retardar o avanço dos alemães durante a Segunda Guerra Mundial<sup>123</sup>. A ponte atual foi inaugurada em novembro de 1954, sendo nomeada em homenagem a Charles de Gaulle<sup>124</sup>.

Também nos distritos de Dinant onde foram executados habitantes da cidade foram estabelecidos monumentos e memoriais homenageando as vítimas do 23 de agosto. Monumentos em Leffe e em Bouvine-sur-Meuse perenizam os civis fuzilados nessas localidades.

## Considerações finais

Por sua posição estratégica, dominando o Rio Meuse e na entrada da Floresta das Ardenas, Dinant foi submetida a esforços bélicos desde os tempos antigos. O Plano Schlieffen, concebido entre 1892 e 1906, colocou a pequena cidade belga bem no centro do avanço alemão para subjugar

---

120. VILLE DE DINANT. Mémorial aux victimes du 23 août 1914. Disponível em <<http://www.dinant.be/patrimoine/histoire-dinantaise/memorial-aux-victimes-du-23-aout-1914>>. Acesso em 27 jan. 2022.

121. Pesquisa de campo realizada pelo autor.

122. FERRIER, Christian. Discours inaugural de la statue à l'effigie de Charles de Gaulle. Dinant, 15 ago. 2014.

123. VILLE DE DINANT. Pont de Dinant. Disponível em <<http://www.dinant.be/patrimoine/sites/pont-de-dinant>>. Acesso em 29 jan. 2022.

124. ANGELROTH, Marie-Marthe. Le pont Charles de Gaulle. Wawmagazine, Wavre, s/d.



a França. Com a deflagração da Grande Guerra, em agosto de 1914, o 3º Exército alemão investiu contra a cidade buscando atravessar o Meuse esperando pouca ou nenhuma resistência. No entanto, os franceses, aliados da Bélgica, haviam se antecipado, e empreenderam uma sólida defesa contra o avanço alemão.

Na batalha que ocorreu, os alemães creditaram muitas de suas baixas a supostos ataques da população civil belga, que, atuando como franco-atiradores, dispararam contra seus soldados que tentavam transpor o rio. Em represália, o Exército Alemão empreendeu um saque generalizado à Dinant, incendiando os imóveis e promovendo um massacre contra a população civil, que resultou na morte criminoso de 647 pessoas.

Embora os alemães conseguissem cruzar o Meuse, no contexto da chamada Batalha das Fronteiras, que assinalou os primeiros movimentos da Grande Guerra, o massacre de Dinant – e outros que a ele se seguiram – maculou a atuação alemã, impactando fortemente o cenário internacional e catalisando o envolvimento de muitos Estados no conflito.

Com o fim da guerra, em novembro de 1918, os habitantes de Dinant e o governo belga passaram a buscar justiça pelas vítimas, seja no plano jurídico ou no campo moral, historiográfico e memorial. Apesar de o judiciário não ter respondido às demandas da sociedade, restando impunes os perpetradores dos crimes de guerra, diversas iniciativas memoriais foram bem sucedidas, e hoje a cidade possui muitos lugares de memória que homenageiam os cidadãos mortos no massacre de 23 de agosto de 1914.

Em 1940, no contexto da Segunda Guerra Mundial e utilizando quase o mesmo itinerário, ainda sob a influência do Plano Schlieffen, a 7ª Divisão Panzer de Erwin Rommel, apelidada de "Divisão Fantasma", também cruzou o Meuse em Dinant e seguiu em direção à França, em um movimento estratégico que resultou no colapso das defesas francesas e na derrota do país<sup>125</sup>. Apesar dessa importante manobra operada na cidade, em Dinant a memória pouco faz referência ao segundo conflito mundial, permanecendo centrada na Grande Guerra. Os massacres e o saque da cidade certamente justificam a percepção, visto que a cidade permanece vinculada a um passado que não passa.

Quase noventa anos mais tarde, finalmente o governo alemão, sob a gestão de Angela Merkel, reconheceu a autoria do massacre e se desculpou publicamente pelas ações de agosto de 1914, no contexto da construção da União Europeia. Hoje Dinant destaca-se como uma cidade turística, por vezes considerada como a “cidade mais bonita da Bélgica”.

Apesar da beleza da cidade, espremida entre as montanhas e o Meuse, paira ainda a tragédia de 23 de agosto de 1914, quando cerca de 8,5% de seus habitantes foram assassinados por forças militares alemãs, um crime de guerra que ficou impune.

---

125. MARY, Jean-Yves Mary. *Le corridor des panzers*, t. 1. Bayeux: Heimdal, 2009.

## Bibliografia

- 1914: Belgium's Dogs of War. The Dawlish Chronicles, London, s/d. Disponível em <https://dawlishchronicles.com/1914-dogs-of-war>. Acesso em 25 jan. 2022.
- ANGELROTH, Marie-Marthe. Le pont Charles de Gaulle. Wawmagazine, Wavre: s/e, s/d.
- BROOSES, E.D. **The kaiser's army: the politicians of military technology during the modern age 1870-1918**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- BRÜLL, Christoph. **Le poids d'août 1914 dans les relations belgo-allemandes, 1914-1964**. Bulletin du CLHAM, n. 137, 2014.
- CALMETTE, Joseph. **The golden age of Burgundy**. London: Phoenix Press, 2001.
- CHANOINE, Jean Schmitz; NIEUWLAND, Dom Norbert. **Documents pour servir à l'Histoire de l'invasion allemande dans les provinces de Namur et de Luxembourg: quatrième partie, le combat de Dinant, II. Le sac de la ville, v. 5**. Paris/Bruxelles: Librairie nationale d'art et d'histoire/G. Van Hoest & Cie, 1922.
- CITADELLE DE DINANT. **La Citadelle Dinant, plan de visite**. Dinant: Citadelle Dinant, 2022.
- CLARINVAL, Willy. **Quel est cet officier allemand qui sauva 300 Dinantais, le 23 août 1914, d'un second massacre près de la prison?: contribution à l'étude des événements d'août 1914 à Dinant**, Traces mosanes, n. especial, mar. 2014.
- COLEAU, Michel et al. **Dinant: Août 1914 - Les rives sanglantes**. Namur: Les Éditions namuroises, 2014.
- COLEAU, Michel. **Le martyr des prémontrés de Leffe: une Abbaye sous haute tension (août-novembre 1914)**. Dinant: Les Echos de Crèvecœur, 2014.
- EVARD, Ernest. **Les massacres de Dinant**. Anvers: Imprimerie Nationale L. Opdebeek, 1919.
- FERRIER, Christian. **Discours inaugural de la statue à l'effigie de Charles de Gaulle**. Dinant, 15 ago. 2014.
- FORO, Philippe. Charles de Gaulle et François Mitterrand: regards croisés sur l'Allemagne à partir de leur expérience de la captivité. In: CAUCANAS, Sylvie et al (org.). **Les prisonniers de guerre dans l'Histoire: Contacts entre peuples et cultures**. Toulouse: Provat, 2003.
- FRANÇOIS, Aurore; VESENTINI, Frédéric. **Essai sur l'origine des massacres du mois d'août 1914 à Tamines et à Dinant**. Cahiers d'Histoire du temps présent. n. 7, 2000.
- HORNE, John; KRAMER, Alan. **1914, les atrocités allemandes: la vérité sur les crimes de guerre en France et en Belgique**. Paris: Éditions Tallandier, 2011.
- KELLER, Ulrich. **Schuldfragen: Belgischer Untergrundkrieg und deutsche Vergeltung im August 1914**; Bruxelles: Verlag Ferdinand Schöningh, 2017.

KELLERHOFF, Sven Felix. **Die Belgier, nicht ein Haar besser als die Kosaken!** Die Welt, Hamburg, dez. 2017.

KOSSMAN, H. **The Low Countries: 1870-1940.** Oxford: Oxford University Press, 1978.

LAPORTE, Christian. **Un historien militaire belge interpelle Angela Merkel: l'étonnante relecture allemande des massacres d'août 14.** La Libre, Bruxelles, 14 nov. 2017.

LE GÉNÉRAL Deligny. **Le Pays de France**, Paris, n. 174, 14 fev. 1918, p. 31.

LE NAOUR, Jean-Yves. **1914: la grande illusion.** Paris: Place des éditeurs, 2016.

LIPKES, Jeff. **Rehearsals: the German Army in Belgium, August 1914.** Leuven: Leuven University Press, 2007.

LYNN, John. **The wars of Louis XIV, 1667–1714.** London: Longman, 1999.

MARY, Jean-Yves Mary. **Le corridor des panzers**, t. 1. Bayeux: Heimdal, 2009.

NIEWLAND, Norbert. **Le nécrologe dinantais.** Bruxelles: Dewit (édition clandestine), 1915.

NIEWLAND, Norbert; TSCHOFFEN, Maurice. **Le conte de fée des francs-tireurs de Dinant: réponse au rapport du professeur Meurer de l'Université de Würzburg.** Gembloux: Ducu-lot, 1928.

NORA, Pierre. **Entre história e memória: a problemática dos lugares.** Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

**ON ne peut pas laisser dire que le massacre de 1914 était dû à une résistance des Dinantais.** Matélé, Jemelle, nov. 2017.

PETIT, Jean-Philippe. **Dinant l'Allemagne demande pardon, 87 ans après Dinant quatre-vingt-sept ans après le sac de la ville.** Le Soir, Bruxelles, 7 mai 2001.

\_\_\_\_\_. **Dinant le 6 mai sera le jour du "rapprochement":** le drapeau allemand flottera sur le pont. Dinant, Le Soir, Bruxelles, 14 mar. 2001.

REPUBLIQUE FRANÇAISE. **Documents relatifs à la guerre:** rapports et procès-verbeaux d'enquête de la commission. Paris: Imprimerie Nationale, 1915.

SCHMITZ, Chamoine; NIEWLAND, Don. **Documents pour servir à l'histoire de l'invasion allemande dans les provinces de Namur et de Luxembourg.** Bruxelles: Van Hoest & Cia, 1922.

SIMONET, Benjamin. **Franchise militaire: de la bataille des frontières aux combats de Champagne, 1914-1915.** Paris: Gallimard, 1986.

SONDHAUS, Lawrence. **A Primeira Guerra Mundial: história completa.** São Paulo: Contexto, 2015.

TIXHON, Axel. **Ex Cathedra: Qui étaient les bourreaux de Dinant en 1914?** Matélé, Jemelle, 2015.

\_\_\_\_\_. **On ne peut pas laisser dire que le massacre de 1914 était dû à une résistance des**

**Dinantais.** Matélé, Jemelle, nov. 2017.

TSCHOFEN, Maurice. **Le sac de Dinant et des légends du livre blanc allemande du 10 mai 1915.** Ghent: S.A. Futura, 1917.

VILLE DE DINANT. **Bataille du 15 août 1914.** Disponível em <http://www.dinant.be/patrimoine/histoire-dinantaise/bataille-15-aout-1914>. Acesso em 26 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. **Le sac du 23 août 1914.** Disponível em <http://www.dinant.be/patrimoine/histoire-dinantaise/sac-du-23-aout-1914>. Acesso em 26 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. **Mémorial aux victimes du 23 août 1914.** Disponível em <http://www.dinant.be/patrimoine/histoire-dinantaise/memorial-aux-victimes-du-23-aout-1914>. Acesso em 27 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. **Pont de Dinant.** Disponível em <http://www.dinant.be/patrimoine/sites/pont-de-dinant>. Acesso em 29 jan. 2022.

ZUCKERMAN, Larry. **The rape of Belgium: the untold story of World War I.** New York: New York University Press, 2004.

---

# A cooperação internacional em segurança marítima para o oceano atlântico

Michael Scheffer<sup>1</sup>

**Resumo:** O conceito de Segurança Marítima na língua portuguesa agrupa duas vertentes que são separadas na língua inglesa: “maritime security” e “maritime safety”, abrangendo temas que variam desde a proteção da área marítima brasileira chamada Amazônia Azul e de riquezas como o petróleo na camada do pré-sal a esforços para evitar desastres e acidentes náuticos, zelando pela salvaguarda da vida humana no mar. O Oceano Atlântico possui uma área muito vasta e com a globalização os interesses internacionais se tornaram cada vez mais variados. As nações e organizações supranacionais precisam organizar esforços internacionais para garantir a segurança, pois as ameaças ultrapassam as fronteiras tradicionais, cooperação é essencial no mar. Nesse contexto, o objetivo deste estudo é analisar os benefícios de elaborar um Plano Estratégico de Cooperação em Segurança Marítima no Oceano Atlântico entre países lusófonos, por meio de revisão de literatura sobre cultura e lusofonia e estudo de caso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. É um desafio pensar uma Cooperação Internacional em Segurança Marítima para o Oceano Atlântico no contexto pós-colonialista baseada na Língua Portuguesa, porém aproveitando as afinidades culturais proporcionadas pelo idioma em comum é possível expandir as poucas iniciativas bilaterais já existentes em benefício de todos.

**Palavras chave:** Cooperação Internacional; Oceano Atlântico; Segurança Marítima.

**Abstract:** The concept of Maritime Safety in the Portuguese language groups two strands that are separated in the English language: "Maritime security" and "Maritime Safety" covering topics ranging from the protection of the Brazilian maritime area called the Blue Amazon and riches such as oil in the pre-salt layer to efforts to avoid disasters and nautical accidents, safeguarding human life at sea. The Atlantic Ocean has a vast area and with globalization international interests have become increasingly varied. Supranational nations and organizations need to organize international efforts to ensure security, as threats transcend traditional borders, cooperation is essential at sea. In this context, the objective of this study is to analyze the benefits of developing a Strategic Plan for Cooperation in Maritime Security in the Atlantic Ocean between Portuguese-speaking countries, review of the literature on culture and Lusofonia and case study of the Community of Portuguese Speaking Countries and the South Atlantic Peace and Cooperation Zone. It is a challenge to think of an International Cooperation in Maritime Security for the Atlantic Ocean in the post-colonialist context based on the Portuguese language, but taking advantage of the cultural affinities provided by the common language it is possible to expand the few existing bilateral initiatives for the benefit of all.

**Keywords:** International Cooperation; Atlantic Ocean; Maritime Security.

1. Oficial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (Brasil), Doutorando em Educação (PPGE-UNESA), Mestre em Sociologia Política (IUPERJ-UCAM), Pesquisador voluntário no Laboratório de Simulações e Cenários da Escola de Guerra Naval (EGN)

## Introdução

O estudo pretende analisar a cooperação marítima entre os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que são banhados pelo Oceano Atlântico: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal e São Tomé e Príncipe. Referente à temática da Segurança Marítima, a atual tentativa de cooperação na esfera da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) apresenta insucesso se comparada a outros modelos, como a Estratégia de Segurança Marítima da União Europeia (EUMSS, sigla em inglês), criada em 2014. É possível que as afinidades culturais proporcionadas pelo idioma português aumentem as chances de sucesso de uma cooperação internacional em Segurança Marítima para os países analisados.

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) é composta por 24 países sul-americanos e africanos da costa do Atlântico, sendo a principal organização disponível atualmente para a criação de um ambiente cooperativo no Atlântico Sul (SANTOS, 2019), responsável também por temas relacionados à Segurança Marítima. Destaca-se que uma das maiores dificuldades de cooperação enfrentada por essa iniciativa é a grande diferença cultural entre os países membros.

Segundo Bourdieu (1998), a língua compõe o Estado, seja na sua criação ou nos seus usos sociais. Ao instituir um idioma o Estado constituiu um mercado linguístico dominado pela língua oficial, sendo obrigatória em ocasiões e espaços oficiais. A Lusofonia representa um espaço marcado pelo uso da língua portuguesa e também por alguns usos e costumes culturais em comum. A cultura é formada por vivências e práticas sociais, como a ideia de nação, família e religião, sendo assim o espaço lusófono é capaz de promover um ambiente de comunicação multicultural fértil. Para Silva (2015), na diplomacia naval também é importante a aplicação de um mesmo idioma, sendo valioso ter o português como língua materna.

A criação de um plano estratégico de cooperação em Segurança Marítima para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) pode consolidar em setores como de Busca e Salvamento no Oceano Atlântico a cooperação observada apenas em projetos bilaterais já existentes de curta duração. São exemplos a realização de treinamento e formação de militares e algumas vendas de navios pequenos. Seria interessante inserir nas temáticas de Defesa e Segurança Marítima uma cooperação com foco linguístico e cultural, como observado nas Reuniões Setoriais Ministeriais da CPLP para outros temas, seja saúde, trabalho, previdência social, educação, cultura, defesa, igualdade de gênero, justiça, turismo, ciência e tecnologia, direitos humanos, juventude, esportes ou comércio.

É importante destacar que no Oceano Atlântico há muitas riquezas a serem defendidas por levantarem interesses econômicos e cresce a quantidade de casos de pirataria, tráfico de drogas, armas e imigração ilegal. Considerando o papel das Forças Armadas nesse cenário, elas também poderiam aprimorar suas relações político-diplomáticas participando de fóruns que incluam as temáticas de cooperação linguística e cultural (SILVA, 2015).

Na primeira parte no estudo é realizada uma contextualização sobre defesa e segurança com foco no conceito de Segurança Marítima brasileiro, composto de duas vertentes: “maritime security” e “maritime safety”, que abrange temas desde a proteção da Amazônia Azul e do pré-sal a



esforços para evitar acidentes, desastres marítimos e a salvaguarda da vida humana em perigo no mar. Em seguida é apontado que a comunicação intercultural e a identidade comunitária baseada numa mesma língua são características do conceito de lusofonia, remetendo a contatos internacionais desde as grandes navegações portuguesas. Para expandir a atuação brasileira nas ações de cooperação internacional em Segurança Marítima, que atualmente ocorrem apenas de forma bilateral, é preciso aproveitar o espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e sua identidade comunitária, elaborando um Plano Estratégico de Cooperação em Segurança Marítima no Oceano Atlântico.

## Defesa e Segurança

O conceito de Segurança Marítima brasileiro é duplo, a língua inglesa possui dois termos distintos, são chamados de “maritime security” e “maritime safety”. Maritime Safety compreende a segurança da navegação e atividade de busca e salvamento na área de responsabilidade de cada país, baseada na Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar. Maritime Security trata de proteção e defesa de ameaças e riscos internacionais, a integridade de pessoas e bens no mar, instalações portuárias, combate à pirataria, poluição marítima, tráfico de drogas, entre outros (BEIRÃO et al, 2020).

No caso do Brasil a riqueza do mar é tão grande que foi criado em 2004 o conceito de Amazônia Azul (VIDIGAL et al., 2006) e em 2008 foi anunciada a descoberta de grandes reservas petrolíferas marítimas na camada chamada de pré-sal. Houve uma reconfiguração econômica e militar de uso do oceano após a Segunda Guerra Mundial, deixando de ser apenas uma via de transporte para ganhar foco na pesca e extração de recursos como petróleo e gás natural. Cada vez surgem mais projetos de grande escala com tecnologia avançada, proporcionando grandes volumes de capital (COSTA, 2017). Segundo Santos (2019) a Amazônia Azul é uma área marítima brasileira:

*[...] Com cerca de 4,5 milhões de km<sup>2</sup> e correspondendo a aproximadamente 50% da área continental brasileira, o conceito foi cunhado em 2004 pelo Almirante-de-Esquadra (AE) Roberto de Guimarães Carvalho, então Comandante da Marinha do Brasil [...] (SANTOS, 2019, pg 4, grifo nosso).*

Segurança Marítima enquanto Maritime Security, para Bueger (2015), possui ainda quatro divisões menores: segurança nacional (sea power), ambiente marinho (Marine Security), desenvolvimento econômico (Economia Azul) e segurança humana (resiliência). Para Santos (2019) são exemplos de desafios relacionados:

*[...] disputas entre Estados marítimos, terrorismo marítimo, pirataria, tráfico de drogas, pessoas e bens ilícitos, proliferação de armas, pesca ilegal, crimes ambientais, acidentes e desastres marítimos (SANTOS, 2019, pg 7, grifo nosso).*

Percebe-se que o esforço para evitar acidentes, desastres marítimos e salvaguarda da vida humana no mar também deve ser foco das iniciativas de cooperação internacional. Segundo Ribeiro et al. (2010) as ações de segurança marítima se desenvolvem numa área muito vasta, sendo muito difícil para uma única nação ou organização supranacional garantir a segurança em todo o mar. A

cooperação é essencial pois os interesses internacionais se alargaram muito com a globalização, desterritorializando a segurança para além das fronteiras tradicionais onde os estados ou as organizações internacionais atuam (FERNANDES, 2004).

Em nível nacional a cooperação também é importante, pois atores de segurança marítima como a Marinha, a Polícia e o Corpo de Bombeiros atuam sobrepostos em algumas frentes como Busca e Salvamento (SAR, sigla em inglês), devendo superar possíveis conflitos de interesse institucionais em prol de uma atuação conjunta mais eficiente:

*[...] a segurança marítima envolve diferentes temas e atores, como autoridades portuárias, guarda costeira, busca e salvamento, Marinha, Ministérios, indústria pesqueira, serviços alfandegários, Polícia e controle de fronteiras, por exemplo. Isso significa que pode haver conflitos de interesses entre alguns deles, mas, por se tratarem de partes interessadas, devem trabalhar conjuntamente de forma eficiente (HIJMANS, 2018, pg 8, grifo nosso).*

Considerando que há abordagens regionais diferentes para a temática da segurança marítima, focaremos no caso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP):

*[...] Integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor-Leste, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 17 de julho de 1996, na Cúpula Constitutiva de Lisboa. Fundada no princípio da solidariedade, a CPLP tem em seus estatutos três objetivos centrais: a concertação político-diplomática, a cooperação em todos os domínios e a promoção e a difusão da língua portuguesa.*

*[...] O Brasil exerceu a presidência rotativa da CPLP no período de 2002 a 2004 e entre 2016 e 2018. Foi também o primeiro Estado membro a estabelecer uma missão permanente junto à CPLP, em Lisboa, em julho de 2006, dedicada exclusivamente à Comunidade. [...] (BRASIL, 2020, grifo nosso).*

Para analisar a cooperação marítima o recorte deste estudo serão os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que são banhados pelo Oceano Atlântico: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal e São Tomé e Príncipe.

## **Cultura e Lusofonia**

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada como foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, para a concentração político-diplomática e da cooperação entre os seus membros (CPLP, 1996), um dos seus objetivos é aumentar o intercâmbio cultural entre os países de língua oficial portuguesa. Dentre seus membros, Portugal e Brasil adotaram o português como língua materna, enquanto Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau tornaram o idioma língua oficial, atualmente compondo o grupo de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. No Sudeste Asiático, o Timor-Leste também adota o português como língua oficial.

O conceito de lusofonia remete ao início da globalização e às grandes navegações, a partir do

século XV, quando Portugal difundia sua língua e cultura através de missionários e colonos a uma diversidade de povos contactados pelo globo (BASTOS e BRITO, 2013). Tendo em vista o caráter dominador imposto por Portugal nessa época, a forma “lusó” ainda hoje remete certo desconforto se evocada fora do território de português, como se ainda houvesse uma centralidade da matriz portuguesa em relação aos outros países onde se fala o idioma.

Segundo Sousa (2000), apesar dos problemas na Lusofonia, a ideia de afirmação para uma identidade comunitária baseada na língua ultrapassa a linguística e convoca globalmente governos, ONGs e sociedade civil a cooperar. No contexto da globalização e de maior influência da mídia, as culturas se interconectam e a busca dos traços comuns ganha mais importância. É possível pensar sobre o contraste entre a homogeneidade da língua e a heterogeneidade dos países analisando a subjetividade, identidade e interações das Culturas Lusófonas, seja de um ponto de vista sociológico ou econômico.

O conceito de cultura correlaciona práticas de representação que articulam e organizam a vida social, se expressando no comportamento e hábitos mais comuns, como costumes, crenças e tradições característicos de um grupo em determinado momento (HANNA et al., 2010). Os portugueses absorveram e difundiram muitos costumes culturais e identitários das regiões colonizadas, a Lusofonia traz um movimento de hibridismo e comunicação intercultural com baixo nível diferencial.

Em relação à cultura marítima lusófona, historicamente há uma origem em comum entre as Marinhas de Portugal e Brasil, pois em 1808 foram transferidos muitos navios portugueses com militares e toda sua estrutura administrativa, pela mudança da sede do Reino de Portugal. Em 1822 eles se tornaram parte da Marinha do Brasil, essa origem pode contribuir para cooperação técnica militar na CPLP, pois ainda há semelhanças em regulamentos, funções e missões (SILVA, 2015).

## **Pós-colonialismo nos países lusófonos**

Segundo Lewis (2006) as culturas são formadas a partir dos significados construídos e compartilhados pelas pessoas e se refletem no senso de identidade, temporalidade e pertencimento, mesmo que em lugares distintos. O conceito de pós-colonialismo para os países lusófonos remete a uma herança cultural, política e econômica que articula relações internacionais entre nações vítimas da conquista colonial portuguesa. Para o Brasil esse momento pós independência traz sentimentos menos intensos desde 1822 que para algumas ex-colônias africanas que se tornaram independentes apenas na década de 1970.

O contexto de descolonização afeta de maneira distinta os oito países que utilizam a língua portuguesa oficialmente, em quatro continentes. Milhões de pessoas viveram lutas revolucionárias, colonização e descolonização de maneiras diferentes. Considerando a cultura como categoria transitória, que envolve maneiras de ser, agir e pensar de determinado povo é importante examinar como seus valores morais, crenças e instituições se dão a conhecer (HANNA et al., 2010).

Segundo Silva (2015) havia um sentimento antilusitano no Brasil durante o século XIX que dificultava a cooperação marítima, atualmente o discurso português de ser uma ponte europeia para

a África carente e ao mesmo tempo rica em recursos naturais ainda causa certo desconforto, pois soa como uma estratégia de segurança global para ser o centro da articulação entre o norte do Oceano Atlântico e o sul.

Em relação à diplomacia brasileira perante o continente africano, pode-se afirmar que apenas no governo Jânio Quadros, com a Política Externa Independente (PEI), ela recebe a devida importância. Infelizmente não houve muito avanço diplomático pois durante a Guerra Fria as colônias portuguesas na África viviam muitos conflitos terrestres, o mar não era foco estratégico de suas Forças Armadas. Atualmente o Brasil possui órgãos estatais com capacidade técnica de internacionalização, que garante algumas iniciativas bilaterais na esfera das marinhas ou de órgãos ambientais, por exemplo.

## **Superando o insucesso de cooperação na Zopacas**

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) foi aprovada em 1986 na Assembleia Geral das Nações Unidas pela Resolução 41/11. A criação da ZOPACAS foi motivada pela Guerra das Malvinas, embate entre Argentina e Reino Unido, uma potência extrarregional ocidental nuclearizada. O Brasil e a Argentina passaram a perceber maiores ameaças vindas do Oceano Atlântico Norte, encarando EUA, Inglaterra e França como agressores em potencial.

Os países membros da CPLP que também compõem a ZOPACAS são: Brasil, Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe. O ponto alto da iniciativa foi o período da Guerra Fria, onde o maior objetivo era manter o Atlântico Sul livre de armas nucleares (SILVA, 2015). Atualmente a ZOPACAS carece de mais institucionalização, problema agravado por falta de capacidades materiais e disputa com potências presentes na região (PIMENTEL, 2016).

As grandes diferenças culturais entre os 24 países membros também atrapalham a cooperação na ZOPACAS, marcada na década de 1990 por um acentuado declínio nas relações Brasil-África (RIBEIRO, 2007). Em busca de uma cultura em comum nos membros da ZOPACAS encontra-se semelhanças entre Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe, pois além de serem países banhados pelo Oceano Atlântico são membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), assim como Portugal. A língua em comum é relevante como língua do cotidiano e como discurso, a lusofonia caracteriza um valioso espaço simbólico cultural.

O projeto da ZOPACAS, que reúne 24 países sul-americanos e africanos da costa do Atlântico, hibernou desde sua criação até a tentativa de reativação, a partir de 2007 sob grandes investimentos do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Pimentel (2016), no Oceano Atlântico ocorre uma alta fragmentação da cooperação regional e um variado leque de temas abordados nos processos de integração, sendo essencial encontrar um senso de identidade nesse processo. Nesse sentido, como a língua expressa e simboliza a realidade cultural, os falantes e falares da língua portuguesa nos países de sua oficialidade podem promover o almejado molduramento de novas identidades em comum, contribuindo para uma cooperação internacional mais eficiente.

Um exemplo de sucesso por afinidades culturais é a Estratégia de Segurança Marítima da União Europeia (EUMSS), criada em 2014 frente aos desafios nos domínios marítimos globais, buscando levar mais segurança marítima a pessoas, atividades ou infra-estruturas de interesse na União Europeia (EU, 2014). Aplicando esse modelo nos países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que são banhados pelo Oceano Atlântico pode-se aprimorar a cooperação em segurança marítima, principalmente no que tange à Busca e Salvamento (SAR, sigla em inglês) para Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal e São Tomé e Príncipe.

Nesse sentido, aponta-se que na esfera da CPLP é possível alcançar o sucesso que não se conseguiu na ZOPACAS, sendo o primeiro passo a elaboração de um Plano Estratégico de Cooperação em Segurança Marítima da CPLP para o Oceano Atlântico, com destaque para o setor de Busca e Salvamento, visando treinamentos e ações que envolvam os membros da CPLP banhados pelo Oceano Atlântico: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal e São Tomé e Príncipe. As atividades desenvolvidas seriam militares e civis, relacionadas também a combater pesca ilegal, entorpecentes, poluição, pirataria, imigração ilegal, controlar o tráfego marítimo e executar exercícios militares, atividades já previstas na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar desde 1982.

Atualmente as ações de cooperação da CPLP ocorrem apenas de forma bilateral, enfraquecendo a força político-diplomática da comunidade e inviabilizando sua influência em fóruns internacionais. Outro grande problema é que são realizados apenas projetos de curta duração, decisões de foco político visando vencer eleições. Ações estratégicas de longo prazo devem focar no plano multilateral para a implementação dos acordos de cooperação marítima, algo em torno de 30 anos em tempos de paz desenvolveria laços, estruturas, doutrinas, e leis perenes (SILVA, 2015). Segundo Moreira (2008), seria papel da Marinha do Brasil e da Marinha de Portugal na CPLP articular em conjunto com a esfera civil uma cooperação científica, tecnológica e regulatória visando defender as Zonas Econômicas Exclusivas de cada membro, principalmente no Oceano Atlântico.

## Considerações Finais

Atualmente a principal organização para a criação de um ambiente cooperativo no Atlântico Sul é a ZOPACAS, que enfrenta o problema da grande diferença cultural entre seus membros, talvez explicando seus incipientes avanços até agora. É possível criar um sistema de cooperação em Segurança Marítima entre os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) baseado no modelo da Estratégia de Segurança Marítima da União Europeia, tendo em vista as afinidades culturais que um idioma em comum proporciona.

O estudo desenvolvido sugere reproduzir na esfera da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) o modelo de sucesso que se verifica na Estratégia de Segurança Marítima da União Europeia, tendo em vista as semelhanças culturais existentes entre Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal e São Tomé e Príncipe, membros da CPLP banhados pelo Oceano Atlântico. Há claros benefícios na elaboração de um Plano Estratégico de

Cooperação em Segurança Marítima para o Oceano Atlântico na esfera da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O contexto pós-colonialista traz certa desconfiança por parte de algumas ex-colônias portuguesas recém independentes perante uma cooperação baseada na língua em comum que envolva Portugal, entretanto a superação desse histórico como ocorre com o caso brasileiro é essencial para a segurança na era globalizada. A adoção de uma Cooperação Internacional Lusófona em Segurança Marítima para o Oceano Atlântico tem grande chance de sucesso, por aproveitar as afinidades culturais proporcionadas pela língua portuguesa para expandir as poucas iniciativas bilaterais já existentes em benefício de todos.

## Referências

BASTOS, Neusa Maria Barbosa; BRITO, Regina Pires de. **Cultura e lusofonia: unidade e pluralidade**. Nhengatu - Revista iberoamericana para Comunicação e Cultura Contra Hegemônicas, v. 1, n. 1, 2013.

BEIRÃO, A. P.; MARQUES, M.; RUSCHEL, R. R. **O Valor do Mar: uma visão integrada dos recursos do oceano do Brasil**. São Paulo: Essencial Idea Editora, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1998.

BRASIL. Site oficial do Itamaraty. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3676-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa-cplp>>. Acesso em 15 set 2020.

BUEGER, C. **What is maritime security?**. Marine Policy, v. 53, p. 159-164, 2015.

COSTA, J. A. F. **A Amazônia Azul e o domínio marítimo brasileiro**. Revista USP, n. 113, p. 27-44, abr./mai./jun. 2017.

CPLP. **“Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”**, Cimeira Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa, 17 de julho de 1996.

EUROPEAN UNION – EU. **European Union Maritime Security Strategy**. Brussels: Council of the EU, 2014.

FERNANDES, Teixeira. **Teorias das Relações Internacionais**; Da abordagem clássica ao debate pós-positivista, Coimbra: Almedina, 2004.

HANNA, Vera Lucia Harabagi; BRITO, R. P.; BASTOS, Neusa Barbosa. **Políticas de língua e lusofonia: aspectos culturais e ideológicos**. Anuário Internacional de comunicação lusófona. Lusofonia e sociedade em rede, p. 159-175. Braga: Grácio Editor, 2010.



HIJMANS, M. B. **Segurança marítima**: Da sensibilização à segurança. Ligando os pontos! *Relações Internacionais*, n. 57, p. 25-37, 2018.

LEWIS, Justin. **Cultural Studies: The Basics**. Londres: SAGE Publications, 2006.

MOREIRA, Adriano. **O Mar no Conceito Estratégico Nacional**. Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico. *Caderno Naval*, n. 24, p. 48, 2008. Disponível em: [www.marinha.pt/PT/noticiaseagenda/informacaoReferencia/cadernosnavais/cadnav/Documents/Cadernos\\_Navais\\_24.pdf](http://www.marinha.pt/PT/noticiaseagenda/informacaoReferencia/cadernosnavais/cadnav/Documents/Cadernos_Navais_24.pdf). Acesso em: 12 dez. 2013.

PIMENTEL, Cauê Rodrigues. **O ressurgimento da ZOPACAS e a agenda de segurança no Atlântico Sul**. *Tensões Mundiais*, v. 12, n. 22, p. 113-143, 2016.

RIBEIRO, C. **Relações Político-comerciais Brasil-África (1986-2006)**. 2007. 243f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RIBEIRO, Silva, SILVA, Bráz, PALMA, Novo e MONTEIRO, Sardinha. **Estratégia Naval Portuguesa**: O processo, o contexto e o conteúdo, *Cadernos Navais*, nº 34, Julho-Setembro, Lisboa: Edições Culturais de Marinha, p. 5-142. 2010.

SANTOS, Thauan. *Economia do Mar*. ALMEIDA, Francisco E. A.; MOREIRA, William S. **Estudos Marítimos**: visões e abordagens. Rio de Janeiro: Editora Humanitas, p. 355-388, 2019.

SOUSA, Helena. **Os media ao serviço do imaginário**: uma reflexão sobre a RTP Internacional e a Lusofonia. *Comunicação e Sociedade 2 - Cadernos do Noroeste*. Série Comunicação, vol. 14 (1-2), pp. 305-17. Braga, Universidade do Minho, 2000.

SILVA, Daniele Dionisio da. **O Atlântico de Língua Portuguesa em Perspectiva Comparada de Segurança e Defesa**: dos documentos políticos às elaborações estratégicas (1996 a 2013). Tese (Doutorado em História Comparada)–Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

VIDIGAL, A. A. F.; CUNHA, M. B. da; FERNANDES, L. P.; MENDES, F. de A.; SILVA, N. da; OLIVEIRA, L. L.; CUNHA JÚNIOR, O. B.; ALBUQUERQUE, A. T. A.; ALMEIDA, J. de A. N. de. **Amazônia azul**: o mar que nos pertence. Rio de Janeiro: Record, 2006.

---

# Aristóteles como espectador da guerra: apontamentos críticos sobre a política

Thales Britto Cantalice<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo pretende abordar, numa dimensão conceitual e interpretativa, a forma pela qual a temática da guerra é apresentada no escopo da obra *A Política* de Aristóteles, na tentativa de aquilatar sua relevância dentro do pensamento prático do autor e a pertinência histórica de seus apontamentos segundo o contexto no qual viveu. Chega-se à conclusão que Aristóteles vê o fenômeno bélico enquanto uma experiência necessária para a formação e exercício das virtudes, com ênfase especial à coragem, e para a manutenção de uma posição de destaque num cenário intercomunitário cada vez mais complexo e instável. Entretanto, sua finalidade última tinha que estar subsumida à consecução da paz, sendo a inobservância desse princípio a principal crítica que o filósofo tece aos regimes políticos contemporâneos a ele. Além disso, não só estava a par dos desdobramentos que ocorriam no campo militar, como considerava conhecimento indispensável a qualquer legislador e cidadão que prezasse pelo bem-estar da sua pólis.

**Palavras-chave:** Aristóteles; Política; Guerra; Século IV a.C.

**Abstract:** This article intends to approach, in a conceptual and interpretative dimension, the way in which the subject of war is presented in the scope of Aristotle's *Politics*, trying to assess its relevance within the author's practical thinking and the historical accuracy of his notes according to the context in which he lived. It concludes that Aristotle sees war phenomenon as a necessary experience to create and exercise virtues, especially courage, and to maintain a privileged position in an increasingly complex and unstable intercommunitary scenario. However, its ultimate purpose had to be subsumed to the achievement of peace and the non-observance of this principle was the main disapproval that the philosopher addresses to his contemporary political regimes. Besides that, he was not only aware of the developments that were taking place in the military field, but also considered essential knowledge for any legislator and citizen who appreciate the well-being of their polis.

**Keywords:** Aristotle; Politics; War; IV BCE.

---

1. Graduado em Licenciatura em História pela UFPB. Email para contato: thalesbritto@gmail.com

## Introdução

O esforço teórico aqui desenvolvido concentra-se na tentativa de resposta à seguinte pergunta: De que forma a guerra perpassa o pensamento prático de Aristóteles? O estudo tem como objetivo, portanto, verificar i) como o fenômeno bélico foi abordado pelo filósofo da antiguidade clássica, ii) qual seria sua relevância para seu pensamento político e iii) qual a pertinência de suas colocações ante o contexto histórico no qual estava imerso. A primeira parte deste artigo, centrada numa abordagem diacrônica da polis, fornece as informações históricas necessárias para fundamentar as análises que serão feitas na segunda parte.

Usa-se como fonte primária a edição bilíngue grego-português de *A Política* da editora VEGA, de 1997. A fonte constitui uma sequência de oito livros que nos foram legados pela tradição<sup>2</sup>, cada qual avaliado, no escopo deste trabalho, como uma unidade temática. Em cada uma dessas oito unidades temáticas, procedeu-se a um levantamento lexicográfico<sup>3</sup> em busca do vocábulo *polemos* e de suas variações, a fim de se identificar unidades temáticas paralelas que fossem voltadas exclusivamente ao tópico da guerra. Tentou-se, por fim, extrair da obra o sentido específico atribuído ao fenômeno bélico, tendo em vista não só a sua coerência interna, mas os elementos fornecidos pelo contexto sócio-histórico na qual foi produzida e pela relação dela com outros escritos (seja de autoria do próprio Aristóteles, seja de seus comentadores), procedimento que comumente se chama de abordagem qualitativa da fonte<sup>4</sup>.

## A Polis: fundamentos e características<sup>5</sup>

Não é possível falar de qualquer dimensão da sociabilidade grega (guerra incluso) sem investigar as disposições básicas que a orientavam nessa época, ou seja, a forma de organização sociopolítica que conformou a experiência histórica que se denomina hoje de “antiguidade clássica”. Embora ainda existam intensas disputas historiográficas em torno do conceito de polis, quase ninguém põe em xeque a sua centralidade.

Encontra-se nos registros históricos e arqueológicos, de um lado, a polis como “Cidadela”, um assentamento urbanizado e fortificado que se situa em locais de elevada altitude cujos primeiros exemplares podem ser traçados no período geométrico (900 a 700 a.C) e ainda bastante enraizados no sistema palacial-aldeão das cidades cretenses. Por outro lado, a polis é referenciada também enquanto “Estado” no sentido de um autogoverno institucionalizado, isto é, um conjunto de cidadãos que, regendo diretamente um aporte jurídico-político sobre um determinado território que abrange uma parte rural e outra urbana, organiza a vida em comunidade entre si e com outros habitantes, tais como estrangeiros, escravizados, mulheres e crianças. Apesar de ser difícil divisar o momento exato em que os gregos passaram a ver sua residência fortificada como uma comunidade autônoma de cidadãos, existe certo consenso de que ocorrera entre 850 a 700 a.C, no decorrer de três processos históricos importantes.

2. Cf. VALDÉS (1988, pp. 7 – 27)

3. Foi imprescindível a existência da biblioteca digital “Perseus”, projeto elaborado e sustentado pela Universidade de Tufts, Massachussets.

4. Cf. BARROS (2006).

5. Será fulcral para esta parte do artigo o trabalho HANSEN (2006, pp. 1- 85)

O primeiro deles é o aumento da participação política do *demos*<sup>6</sup>, as camadas sociais não tão relevantes da sociedade anterior em desagregação, principalmente aquelas diretamente vinculadas com o campesinato, mas também com outros ofícios estigmatizados. As primeiras poleis, alcunhadas de “arcaicas”, consistem numa convivência conflituosa entre traços ainda proeminentes das relações tribais de parentesco e critérios germinais de cidadania, de maior ênfase no caráter público dos assuntos e centrados em parâmetros não tão ligados à hierarquia do *genos* (linhagens familiares), sendo o *demos* o fio condutor dessa experiência de surgimento das poleis.

Em seguida, tem-se o surgimento da escrita, momento no qual os gregos tomam o alfabeto fenício como esqueleto para constituir o seu próprio. A palavra, antes um instrumento exclusivo de seitas privadas ou castas para a concretização de fórmulas rigorosas, passa paulatinamente a tornar-se uma ferramenta imprescindível de socialização num ambiente conflituoso do debate, do contraditório e da argumentação, além de ser empregue, por meio da escrita, como dispositivo de manifestação da vontade comum (norma) e da universalização da cultura grega<sup>7</sup>.

E, por fim, mas não menos importante, a colonização<sup>8</sup>. Mais da metade das poleis de que se tem registro, dentro ou fora do território da Grécia, foram colônias que mantiveram uma relação de dependência cultural e religiosa com suas metrópoles, porém politicamente autônomas e capazes também de serem metrópoles. O mais interessante, no entanto, é o efeito rebote que está implícito nesse processo:

Em cada caso singular, a colonização grega levou à fundação de uma cidade, à confrontação entre habitantes locais e colonos gregos que vieram a formar um corpo privilegiado de cidadãos para a nova sociedade. Todas essas três funções são elementos centrais numa polis no sentido de ser uma cidade-estado. A colonização deve ter resultado na intensificação desse quadro nas colônias para, então, ser reproduzido na terra natal logo em seguida (HANSEN, 2006, p. 44)

Não se pode deixar de notar as cicatrizes bélicas da conformação das poleis: Por um lado, as fortificações, principais testemunhos arqueológicos que atestam sua existência, eram construídas em volta da parte mais urbanizada e populosa em explícito caráter de defesa e se encontravam em terrenos altos como forma de melhor avistar perigos que porventura podiam se aproximar. Por outro, sua organização política fora forjada no seio da dominação no exterior como parte do processo de colonização. Ademais, dentre as diversas maneiras possíveis de se extinguir uma polis, a maioria estava relacionada a massacres, escravizações e emigrações forçadas. Portanto, pode-se dizer que a polis é a expressão dinâmica (e inafastável) entre a “Cidadela” que servia de habitação e proteção e o “Estado” enquanto atuação de mecanismos de regulação social, mediados por uma comunidade legítima de homens adultos (cidadãos).

Apesar da robustez numérica, as poleis gregas estavam geograficamente muito dispersas, o que tornava inviável a comunicação predominantemente feita por terra. Em vez disso, o mar era a via de trânsito principal entre elas e, a partir dele, o fluxo migratório era muito intenso, de tal sorte

6. WOOD & WOOD (1978, pp. 209 – 253)

7. Cf. VERNANT (2002, p 144)

8. Importa ressaltar que colonizar no mundo grego tinha o efeito de criar residência num determinado território a partir de esparsas iniciativas individuais e/ou coletivas, diferentemente do caráter sistêmico, centralizador e marcadamente racializado da exploração que caracterizou a empresa colonial moderna. Alguns preferem a alcunha “diáspora grega”

que, ao mesmo tempo em que havia uma alta permeabilidade em relação à presença estrangeira, os cidadãos de uma polis grega eram capazes de reter um sentimento claro de pertencimento étnico. Porém, isso não implica dizer que havia algo como uma “guerra permanente de todos contra todos”. Não havia espaço para a aniquilação do adversário, visto que sua existência era necessária enquanto competidor (para se estimular a virtude) e enquanto testemunha (para se apreciar publicamente as realizações virtuosas em ocasiões esportísticas, festivas e mesmo militares). A esse permanente estado de tensão, controlado por regras de reciprocidade a garantir a integridade das poleis, mas sobretudo a possibilidade de angariar prestígio social e domínio, chama-se de “espírito agonístico”. Essa disposição ditava também as dinâmicas das relações intercomunitárias, que operavam ora como forças centrípetas (valores cooperativos), ora como forças centrífugas (valores competitivos)<sup>9</sup>.

Mesmo assim, não era incomum haver uma mediação dos conflitos por meio do arbítrio, quer dizer, a designação de uma terceira parte imediatamente desinteressada no conflito a assumir o lugar de “juíz”, papel que poderia ser levado a cabo por indivíduos, poleis ou por uma articulação de poleis, as organizações supracívicas. Essas organizações aparecem primeiramente no período arcaico entre os séculos VII e VI a.C na costa ocidental da Ásia Menor, na forma de “Ligas”. Representavam um espaço de neutralidade entre as comunidades envolvidas, tendo geralmente um santuário ou um templo como seu epicentro<sup>10</sup>. Uma de suas obrigações, enquanto instância reguladora de conflitos, era assegurar, mesmo em períodos de guerra, as estradas e pontes para a passagem dos peregrinos aos santuários (pontos nodais de encontro entre vias e acessos transregionais). As ligas assumiam também conformações militares, podendo ser simultaneamente tratados de cooperação ofensivos e defensivos (*symmachia*) ou alianças meramente defensivas (*epimachia*). Uma polis podia se comprometer com ambas as faces dessas associações militares e mais de uma vez, introduzindo mais complexidade no cenário intercomunitário.

## Entre os séculos v e iv a.c: O universo espiritual de Aristóteles

As associações supracívicas começaram não mais a prezar pela tratamento igualitário entre os seus membros. Já na segunda metade do século VI a.C, Esparta passa a celebrar acordos militares com as poleis da península do Peloponeso sob a justificativa de combater uma suposta hegemonia dos Tessálios na região. No século V a.C, não só outras poleis mais ao norte são inseridas (Lócrio oriental, Fócia, Beócia, etc), como se passa a constituir mais formalmente a chamada “Liga do Peloponeso”:

*É importante notar, entretanto, que havia uma superioridade espartana pelo fato de que 1) os membros da Liga do Peloponeso entravam em alianças individuais com Esparta e não uns com os outros; 2) apenas Esparta poderia convocar e chefiar os congressos da Liga; 3) as propostas a serem discutidas pela Liga tinham que passar pela aprovação antecipada da assembleia espartana; e 4) os comandantes das expedições militares eram sempre espartanos (HALL, 2008, p. 103)*

9. Cf. HALL (2008, pp. 85 – 108)

10. O exemplo mais conhecido foi a Liga de Delfos, centrada no santuário oracular de Apolo e formada no final do século VI a.C, da qual fazia parte Atenas, Esparta, Tessália, Beócia, etc.

A Liga de Delos, constituída em 478 a.C para reunir forças contra os persas e encabeçada por Atenas, era bicameral: a assembleia ateniense, além de ter a prerrogativa de falar primeiro, tinha peso na votação igual ao conjunto composto por todas as demais poleis da Liga<sup>11</sup>. Essa estrutura desigual criou um novo quadro de instabilidade que introduziu mudanças importantes. Os espaços diplomáticos que antes prezavam pela neutralidade e regulação mútua dos conflitos passam a ser polarizados pelos interesses dessas duas potências e, portanto, a busca pelo prestígio/honra dá lugar à procura pela sobrevivência mais imediata nos contornos dessa disputa.

Diante desse cenário, deflagra-se “(...) um conflito gerado pela formação de dois blocos de grande magnetismo, força econômica e poderio militar”<sup>12</sup> entre os anos de 431 a.C e 404 a.C. É inconteste, tanto na literatura especializada quanto nas fontes primárias, que a assim chamada “Guerra do Peloponeso” foi o acontecimento a marcar uma mudança significativa no estado de coisas daquela época. Portanto, isso implica dizer que havia uma situação de relativa estabilidade antes da guerra e que se instaurou uma outra logo após o seu término. Esse estado social pré-Guerra compreende mais ou menos o começo do século V a.C até o estopim do confronto bélico entre os atenienses e seus aliados na Liga de Delos e os espartanos e seus aliados na Liga do Peloponeso, ao passo que o estado social pós-Guerra é aquele que diz respeito às tendências típicas que se instauraram no século IV a.C.

Não faz parte deste trabalho investigar as minúcias desse importante confronto, mas cabe apontar as peculiaridades das estruturas socioeconômicas tanto de Esparta quanto de Atenas. De um lado, a sociedade espartana se particularizava pelo exercício de dominação direta e indireta sobre os hilotas e os periecos, categorias distintas de servidão atribuídas aos povos que habitavam a península peloponésia e de onde se extraía o grosso do excedente em termos de produção agrícola e obrigações pecuniárias (impostos e taxas), com um volume relativamente baixo do comércio exterior na composição da sobrevivência dos espartanos. Do outro, quase como que uma antítese da primeira, a sociedade ateniense dependia bastante das transações comerciais exteriores para a manutenção de seu estilo de vida, importando quantidade considerável de grãos para o abastecimento interno e exportando minério de ferro (dentre outros itens), o que explicaria sua proeminência no âmbito fiscal. Apesar de relativamente pobre em terras cultiváveis, o perfil demográfico ateniense atestava que uma maioria vivia no campo e mesmo a minoria que habitava os centros urbanizados produzia seu sustento na parte agrícola<sup>13</sup>. Dois perfis sociais, um voltado para o mando em âmbito terrestre e outro centrado no comando dos mares, ensejando duas propostas distintas de dominação do mundo grego.

O desfecho do conflito termina com a capitulação ateniense no ano de 404 a.C, momento em que Esparta passa a ter hegemonia no mundo grego. Todavia, as dimensões dessa hegemonia causaram grande embaraço para uma sociedade que estava mais habituada a exercer influência dentro dos limites do Peloponeso. Ao ampliar seu raio de ação, ampliou-se também a concentração de terras nas mãos de uma minoria de cidadãos espartanos, estatuto inclusive cada vez mais difícil

11. Cf. HALL (2008, p. 104).

12. Cf. MOERBECK (2018, p 24).

13. Cf. HANSEN (2006, p. 90-91)



de ser concedido, o que contribuiu também para um aumento na desigualdade social e no desgaste de sua imagem perante as demais poleis<sup>14</sup>. O debacle da sua hegemonia ocorre quando Esparta perde, em 371 a.C, a batalha de Leuctra contra uma de suas principais rivais, Tebas, que avançava sobre os domínios espartanos e que, por meio de apoio ao processo de libertação dos hilotas da Messênia, mina um de seus pilares de sustentação<sup>15</sup>. Os tebanos passam a exercer a hegemonia até à Batalha de Mantinea em 362 a.C, ano da morte de seu principal general, Epaminondas. Sobre o desfecho desse conflito, Xenofonte narra atônito:

*(...) ambos os lados construíram um troféu como se tivessem vencido a batalha, e nenhum dos lados impediu o outro de fazê-lo, e ambos os lados pediram para ter seus mortos de volta em trégua como se tivessem perdido a batalha. Ambos os lados alegaram ter vencido a batalha, mas nenhum dos lados era mais rico em território, cidades ou poder do que antes da batalha acontecer, e a incerteza e confusão na Grécia foi maior depois da batalha do que tinha sido antes (AUSTIN E NAQUET, 1975, p. 134)*

Atenas, sua outra principal rival, tenta se reerguer para retomar o quadro que lhe era favorável pré-Guerra do Peloponeso, mas não consegue. Cada vez mais o fosso entre o que era cobrado e o que era efetivamente arrecadado pelo sistema fiscal ateniense aumentava devido i) ao alto nível de inadimplência das poleis devedoras; ii) ao aumento das despesas de guerras massivas, porém de curto prazo; e iii) à necessidade de recrutamento cada vez maior de mercenários (especialmente das tropas ligeiras e da cavalaria) para o combate em terra firme, sem contar os gastos exorbitantes com a marinha<sup>16</sup>. Como forma de contornar essas encruzilhadas fiscais, Atenas apelava mais e mais i) à contribuição ad hoc dos aliados, que se tornou estrutural depois da fundação da 2ª confederação ateniense em 378 a.C, em que houve a iniciativa de criação de um fundo específico direcionado diretamente ao bolso dos comandantes e almirantes atenienses para servir aos propósitos da liga; ii) à “predação institucionalizada”, isto é, à extorsão de reservas desses mesmos aliados ou sequestro de comerciantes como forma de negociação, levada a cabo por generais/comandantes atenienses; iii) à prestação de serviços de proteção aos mercadores e a suas cidades contra a razia promovida por iniciativas individuais; e, por vezes, iv) ao financiamento persa às empreitadas contra a hegemonia de Esparta<sup>17</sup>. Não à toa as magistraturas financeiras passaram a ter uma proeminência que nunca haviam tido, levando inclusive os filósofos a tomarem para si as reflexões acerca de sua natureza e constituindo, assim, as bases para um pensamento econômico.

Do ponto de vista militar, os processos de especialização do alto comando, de mercenarização das tropas e de deterioração das condições sociais se determinavam reciprocamente, principalmente após a Guerra do Peloponeso. Quanto à especialização, os indícios podem ser encontrados em Atenas: enquanto os postos de comando no século V a.C estavam mais atrelados à proeminência política do indivíduo do que à sua perícia em assuntos militares, sendo Péricles o último e mais visível desses casos de um indivíduo que concentrava o poder político e militar, o século IV a.C consolidou uma dissociação entre aqueles que eram responsáveis pela coisa pública (retóricos como

14. Cf. AUSTIN & NAQUET (1977, p 135)

15. Cf. LEITE (2021)

16. Cf. GABRIELSEN (2007, p 245)

17. Ibid. pp. 267-268.

Demóstenes) e aqueles que lidavam com as decisões militares (estrategos como Ificrates)<sup>18</sup>. Quanto à mercenarização e à depauperização:

As cidades que desejavam colocar grandes exércitos podem ter dado boas-vindas a soldados pobres demais para pagar o conjunto completo da armadura de proteção. Seja qual for a razão, a proteção quase completa do pesado capacete (...) gradualmente cedeu a um elmo de metal ou couro. A placa sólida [que ficava no peito] foi substituída por versões mais leves, às vezes apenas couro e feltro. Grevas foram descartadas desde o início por muitos hoplitas. Uma vez que os hoplitas tinham que adquirir seu próprio equipamento, a variação individual predominava em vez de um conjunto uniforme de armaduras e armas. (...) os sinais pintados nos escudos se tornaram letras padrão para identificar os soldados de uma determinada cidade, em vez de insígnias baseadas em caprichos individuais ou tradição familiar<sup>19</sup>

A agudização do antagonismo entre ricos e pobres nas poleis do mundo antigo (e seu efeito político desestabilizador), bem como a ameaça vinda de fora de poderosos impérios a mobilizar levadas crescentes de mercenários (soldados profissionais sem compromisso político com quem os contratava) deram a oportunidade para que chefes militares alçassem ao poder ou tornaram as propostas centralizadoras (monárquicas) mais bem aceitas:

*O poder efetivo passou cada vez mais das velhas cidades para governantes individuais, gregos e não gregos, que tinham os meios financeiros disponíveis para garantir o poder militar que escapava às cidades. Ao perder o controle sobre a guerra, as cidades também perderam a iniciativa no campo político(AUSTIN & NAQUET, 1975, p. 144)*

Em suma, é possível constatar três macrotendências nesse cenário<sup>20</sup> : i) a busca, conquista e manutenção da honra e prestígio perde espaço para a busca pela sobrevivência ou pelo interesse próprio, o que implica dizer no desaparecimento de mecanismos de neutralidade diplomática e na concentração de poder arbitrária no seio do mais poderoso; ii) o descrédito para com os valores religiosos que mantinham, até então, muitas das práticas entre as poleis, o que não quer dizer que a religião em si estava em xeque; iii) os tratados perdem o seu sentido “agonístico”, sendo muito comum a celebração de acordos de amizade, de tréguas e até da “diplomacia de parentesco”, típicas do período helenístico, tudo visando uma maior estabilidade. Não é à toa que grande parte dos escritos dos oradores e pensadores dessa época estavam voltados à retórica de apologia à paz e ao pan-helenismo, a concórdia entre os gregos contra a presença de um inimigo comum.

## A política como guerra

Finalizada a etapa de contextualização, parte-se para a investigação propriamente dita da fonte primária. A análise foi feita livro a livro por três razões principais: i) respeito à estrutura da obra, evitando qualquer tipo de citação fora de seu contexto mais imediato a partir do qual assume uma função sintático-semântica específica; ii) grande quantidade de informações recolhidas em

18. Cf. AUSTIN & NAQUET (1975, p. 135)

19. Cf. HUNT (2007, p. 116)

20. Cf. HALL (2007, pp. 105-107).

cada livro (com exceção do VIII); iii) facilitar o trabalho de consulta e fornecer um base para quem nunca leu A Política. Apesar de ciente das controvérsias e dos problemas envolvidos, será imputado a Aristóteles a autoria da obra.

## Livro I

O livro I é a porta de entrada para o pensamento político do autor e que dá continuidade às suas reflexões esboçadas na *Ética a Nicômaco*<sup>21</sup>. É nele em que a polis é definida como a mais completa dentre todas as comunidades, não só por compreendê-la como uma síntese das anteriores (família e aldeia), mas porque é nela que se efetiva a busca pela plenitude e autossuficiência da “boa vida” (eu-zen) (I 2, 1252b 20-25), a finalidade intrínseca à natureza humana que o autor reputa como política (I 2, 1253a 5-10). Entretanto, é também no livro I onde Aristóteles discorre sobre o devido manejo dos assuntos domésticos (literalmente *oikosnomia*), desde as formas de aquisição dos recursos imprescindíveis à sua manutenção até a disposição hierárquica dos seus componentes (Homem, filhos, mulher e escravizados). A *oikosnomia*, junto com as obras de Xenofonte, não só introduz um raciocínio mais elaborado sobre as condições materiais de existência da época como possui um espaço considerável neste livro, refletindo a centralidade com que a vida doméstica passa a assumir em detrimento da vida pública, sendo a proliferação da arte funerária, preocupada com o registro dos eventos cotidianos dos indivíduos, um dos seus sintomas<sup>22</sup>. Uma significativa “inversão de valores” quando se tem em conta que, durante a regência da polis, o *oikos* sempre fora representado como um espaço obscuro, de propensões antissociais e longe da vista do público<sup>23</sup>.

As passagens localizadas nesse livro que mais se relacionam à guerra dizem respeito ao modo como Aristóteles enxergava a questão da liberdade e da escravidão:

*É intenção da natureza modelar os corpos dos homens livres de modo diferente dos corpos dos escravos, atribuindo a uns a força necessária para os trabalhos pesados e dando a outros a postura ereta e tornando-os impróprios para esse gênero de trabalhos, mas tornando-os aptos para a vida de cidadão [que se divide em atividades de guerra e de paz] (I 5, 1254b 30-35, grifo meu)*

A natureza (*physis*) é aqui entendida como um princípio metafísico de organização, que se expressa estabelecendo pares de dominantes e dominados nas mais diversas esferas da realidade. Na sociedade, esse princípio se encontra manifesto na hierarquia ontológica que há entre homens livres e escravizados, estando os livres encarregados das “atividades da guerra e da paz” (cidadania) e os escravizados estando ao seu dispor enquanto instrumentos para seu aprimoramento, numa relação necessária de interdependência (*philia*).

Entretanto, o fenômeno da escravidão grega não se dava tão somente de acordo com os desígnios da *Physis*, o que justifica as controvérsias teóricas que o estagirita sintetiza da seguinte

21. Esse explícito encadeamento desautoriza uma interpretação que opõe, de um lado, um tratado que incide sobre a esfera do indivíduo e, do outro, sobre o âmbito da polis. Outra interpretação, por sua vez, entende que Aristóteles reduz seu pensamento político à ética normativa, impedindo-o de contemplar o aspecto conflitivo e contingente dos fenômenos políticos. Ver ROSLER (2013, p. 145)

22. Cf. AUSTIN & NAQUET (1975, p. 144)

23. Cf. REDFIELD (1994, p. 145)

forma: “Dizemos ‘escravatura’ e ‘escravo’ com um duplo sentido: é que também existem escravos e escravatura em virtude da lei; e essa lei é de certo modo um acordo pelo qual se diz que os **despojos de guerra** pertencem aos vencedores” (I 6, 1255a 5-10, grifo meu). Ao que ele complementa:

*Existem ainda outros que tendendo, segundo pensam, para uma certa forma de justiça (já que a lei é uma forma de justiça) consideram que a **escravatura na guerra** é sempre, e em qualquer parte, injusta. Mas contradizem-se porque a **causa das guerras** pode não ser justa e ninguém pode reconhecer como escravo, ou maneira alguma, a quem não o merece ser (I 6, 1255a 20-25, grifos meus)*

O autor aponta para a possibilidade de existirem guerras justas e alinhadas com o que a natureza deixa como legado, bastando apenas reconhecer quais os indivíduos são aptos para escravidão e quais não são. Apenas os bárbaros (não-gregos) aplicavam, de maneira indistinta, a força para escravizar quem quer que fosse, incapazes de discernir entre um livre e um escravo, o que justificaria a existência de formas espúrias de escravidão.

Nas palavras do próprio, “Saber como se adquire escravos (...) refere-se à ciência de adquiri-los de modo justo, que é uma espécie de conhecimento militar ou cinegético” (I 7, 1255b 35-40, grifo meu). A palavra “ciência” e “conhecimento” aqui são importantes porque apontam para a especificidade daquele que é livre e, portanto, cidadão: ser capaz de deliberar, ou seja, de levar a cabo uma atividade racional de investigação acerca dos meios necessários e possíveis para se atingir um fim desejado, cujo resultado culmina com a escolha da forma mais conveniente possível e de acordo com as circunstâncias. Para o estagirita, apenas o homem grego livre atende a esse requisito intelectual de maneira plena. E arremata:

*Se a natureza nada faz de imperfeito ou em vão, então, necessariamente criou todos estes seres (vegetais e animais) em função do homem. Eis porque a arte da guerra será, num certo sentido, um modo natural de aquisição, de que a caça é uma parte, a ser utilizadas contra as feras e mesmo contra aqueles homens que, destinados a ser governados, recusaram sê-lo, dado que este tipo de guerra é justo por natureza (I 8, 1256b 20-25, grifo meu)*

Essa profunda cisão ontológica entre livres e escravizados pode ser entendida como uma resposta ao quadro de instabilidade típica do período. Como dito na parte anterior, as batalhas não decidiam peremptoriamente quem ganhava ou quem perdia e o soldado-cidadão era obrigado a confrontar ou a ombrear com fileiras de mercenários e/ou de servos e escravizados (contra uma potência estrangeira por exemplo), suavizando a diferença que existia até então entre eles<sup>24</sup>.

## Livro II

Está no segundo livro, por sua vez, a crítica ao que de melhor havia em termos constitucionais: i) crítica às proposições teóricas de Platão, de Fáleas da Calcedônia e de Hipodamo de Mileto acerca dos fundamentos que constituem o melhor regime; ii) crítica ao funcionamento dos regimes realmente existentes que lhe eram contemporâneos (Esparta, Creta e Cartago); e iii) crítica à atividade legislativa de grandes personalidades históricas (Sólon e Licurgo).

24. Cf. GARLAN (1975, p 81)

Começa-se por uma avaliação do modelo presente em A República. Nela, o personagem Sócrates, depois de longo exercício lógico-dedutivo, chega à conclusão de que três classes são essenciais para existência de uma polis: a classe dos guardiões/guerreiros, a classe dos artesãos e a classe dos lavradores/agricultores, respectivamente nessa ordem hierárquica. Segundo Aristóteles, “É perigoso o tipo de governo estabelecido por Sócrates: são sempre os mesmos que detêm a autoridade, o que pode ser causa de revolta tanto entre o vulgo, como, por maioria de razão, entre os impulsivos e os belicosos” (II 5, 1264b 10-15, grifo meu), referindo-se às tentativas de golpes, guerras civis, alianças com o exterior, etc, tanto por parte da multidão quanto pelas frações mais abastadas da polis.

Examinado As Leis do seu mestre Platão, percebe a ausência de preocupação para com a existência de territórios vizinhos e, portanto, com as necessidades de armamento que a polis deve ter tanto dentro de seu próprio território como contra os de fora, devendo ser tão temível no momento da invasão quanto na hora da retirada (II 6, 1265 20-25). Quanto a Fáleas, Aristóteles mantém o mesmo apontamento que fez para seu mestre, mas aprofundando as razões pelas quais uma polis é ou não atacada: o volume da riqueza produzido. De acordo com ele, a polis não deve ser nem tão rica a ponto de provocar cobiça em outras, nem tão pobre a ponto de não conseguir garantir sua própria defesa contra ataques externos, sendo ideal assegurar o máximo possível de riquezas sem causar a ambição dos mais fortes (II 7, 1267a 20-30).

Adiante, Esparta toma grande espaço na apreciação crítica de Aristóteles, indicando que uma das raízes para seu regime ser defeituoso é a convivência para com a excessiva liberdade das mulheres espartanas (II 9, 1269b 10-15). Segundo ele, pelo fato dos homens terem sido frequentemente convocados para campanhas militares em tempos passados, cuja disciplina militar tornava-os aptos a reconhecerem a autoridade legislativa<sup>25</sup> (II 9, 1270a 1-5), deixou, essa mesma autoridade, de legislar contra os inconvenientes das mulheres, que eram indolentes, sem freios, entregues a todo e qualquer tipo de excesso (II 9, 1269b 20-21) e que contribuíam para “o amor pelo dinheiro” (II 9, 1270a 10-15), concentrando grandes porções de terra graças à instituição do epiclerato<sup>26</sup>. Essa supremacia feminina, quando não devidamente podada, germinava facilmente em sociedades guerreiras onde era normal combatentes se sentirem “(...) atraídos a amar camaradas masculinos e mulheres” (II 9, 1269b 25-30). A outra raiz que deteriorava a qualidade do regime espartano estava na ênfase legislativa no desenvolvimento e aprimoramento da virtude guerreira tão somente, direcionada apenas para a aquisição de bens (II 9, 1271b 1-5). Essa especialização na arte da guerra, voltada para a dominação, incapacitou-os de governar ou (o que dá no mesmo) de desfrutar períodos de paz. A última raiz diz respeito à ineficiência da burocracia fiscal espartana, não só incapaz de dar conta das guerras que eram levadas a cabo pela polis como também pela coleta irregular dos impostos (II 9, 1271b 10-15).

Convém refletir brevemente sobre o caráter aparentemente erótico que é intrínseco, segundo Aristóteles, a todas as sociedades guerreiras. Essa questão é fonte de controvérsia desde a *Iliada* e as referências sexuais ao longo da narrativa homérica não dizem respeito a nenhuma forma de

25. Na mesma passagem, é dito que essa é apenas uma das várias virtudes proporcionadas pela vida militar.

26. Se o pai falecesse sem deixar testamentos e sem filhos, mas tendo uma ou mais filhas, a filha em idade madura se tornava epikleros, ou seja, o que vai juntamente com (epi) a herança (kleros). Quando desposada, o homem com quem casasse tomava conta do oikos e ela se tornava um meio de transmissão do patrimônio do pai para seus filhos depois que adquirissem maturidade.

erotismo, mas a um compromisso ou laço intenso de lealdade estabelecido para com seu camarada de guerra (relação Aquiles-Pátroclo) ou para com sua honra no campo de batalha (a ânsia por “copular” ou “namorar” com seu inimigo no momento da refrega ser sinal de coragem)<sup>27</sup>. Essa leitura encontra respaldo no próprio Aristóteles: “Ora, é o brio (*thýmos*) que produz o afeto, pois a força da alma é que nos faz amar: a prova disso é que, quando desprezados, o nosso ânimo ressentese mais contra aqueles de quem gostamos do que contra os desconhecidos” (VII 7, 1327b 40-1328a 1-15). Esse impulso brioso, dentro da ética aristotélica, compõe a parte não-racional da alma e é acionado em reação a alguma dor ou algum sofrimento provocado, tratando-se, portanto, de uma emoção voltada contra uma injustiça cometida e, por ser impetuosa e transparente, é bem valiosa para momentos de guerra<sup>28</sup>. Essa busca por reparar uma situação de assimetria posta é uma das bases do seu conceito mais amplo de justiça<sup>29</sup>, que, por sua vez, é o fundamento da vida em comunidade. Entende-se, assim, que esse “sentir-se atraído a amar camaradas masculinos e mulheres” é uma propensão intrínseca de cooperação e de envolvimento típica do ethos militar, realidade completamente desconhecida por pessoas do sexo feminino.

Aristóteles nos apresenta Creta a partir da semelhança institucional que guardava com Esparta, dando duas explicações plausíveis para isso: i) o mítico legislador espartano Licurgo ter passado um tempo por lá devido às afinidades entre as regiões ou ii) colonizadores cretenses terem usado sua legislação natal como parâmetro de assentamento na região do peloponeso (II 10, 1271b 25-30). Parece que a segunda perspectiva apresentada pelo filósofo explica a primeira enquanto narrativa mítica de contato entre os dois povos, reforçando a tese do efeito rebote provocado pelo processo de colonização

## Livro III

Feita a articulação entre os conceitos de cidadão, pólis e regime político<sup>30</sup> e a devida diferenciação entre “virtude cívica” (do “bom cidadão”) e “virtude ética” (do “homem bom”), Aristóteles descreve o famoso quadro conceitual dos seis regimes possíveis a partir do critério quantitativo (número de governantes) e qualitativo (retidão e desvio)<sup>31</sup>, ferramental categórico que servirá de base para as reflexões posteriores. Passa a discorrer longamente sobre as características principais dos regimes oligárquico e democrático e, em seguida, apresenta sua concepção sobre o regime monárquico e suas cinco formas possíveis de existência. Finaliza com apontamentos gerais sobre o regime aristocrático.

No que tange às virtudes que o governante deve ter, encontramos tanto a opinião daqueles que sustentam a especificidade da sua preparação, voltada para a equitação e as artes da guerra (III 4, 1277a 15-20), quanto a percepção do próprio Aristóteles:

27. Cf. LOURENÇO (2013, p 74)

28. Cf. AGGIO (2011, pp 158-168)

29. Cf. ZINGANO (2017, pp. 15 – 80)

30. Regime político é o conjunto das principais leis que garantem os limites e o caráter de uma polis, delimitando quem pode ou não ser cidadão e distribuindo as funções deliberativas e judiciais no seio do corpo civil.

31. “(...) com o governo de um só, a monarquia e a tirania; com o governo de vários, a aristocracia e a oligarquia; com o governo de todos, a república e a democracia” VALDÉS, 1988, p. 15, grifo meu. Nesse trabalho, prefere-se a tradução “regime constitucional” ao invés de “república”.



*Existe, todavia, uma autoridade que governa os que têm a mesma origem e os que são livres. É a esta autoridade que podemos chamar de ‘política’ e este é o gênero de autoridade que o governante deve começar por aprender; sendo governado, tal como se aprende a ser comandante de cavalaria servindo sob outro comandante, e a ser general de infantaria servindo sob outro general como comandante de regimento ou companhia (III 4, 1277b 5-15, grifo meu)*

A prudência<sup>32</sup> que caracteriza necessariamente o cidadão que governa (que também é o “homem bom”) pressupõe a experiência de ter sido governado, de ter reconhecido a autoridade política de outro(s) cidadão(s) quando esteve em situação de subordinação. Esse reconhecimento depende de ter sido “bom cidadão”, ou seja, de distinguir o que é verdadeiro e o que é meramente opinião daquilo que lhe é dito ou ordenado<sup>33</sup>. Essa “virtude cívica” deve ser um pré-requisito para todo e qualquer cidadão da polis, estando relacionada à natureza do regime do qual faz parte e à função que se exerce nele. A metáfora diretamente extraída do campo militar evidencia que o autor via proximidade entre este e o campo político (típico do soldado-cidadão), mas também anuncia um certo distanciamento pelo fato de que a experiência militar está longe de encerrar o ciclo de qualidades dignas de um bom governante. Pelo contrário: quando diz “o governante deve **começar por aprender (...)**”, deixa claro seu caráter introdutório.

Ao falar do “regime constitucional”, a contraparte correta da democracia, diz o estagirita:

*É possível para um, ou poucos, distinguir-se pela excelência, mas dificilmente um maior número de cidadãos poderá atingir a perfeição em todos os tipos de virtude. **Esta perfeição, contudo, é atingida no valor militar que se evidencia nas massas.** Esta é a razão pela qual as forças de defesa são o elemento supremo neste regime (regime constitucional), e **nele participam os possuidores de armas**” (III 7, 1279b 1-5, grifos meus)*

Mais adiante, reforça que o regime constitucional é adequado a uma sociedade de membros capazes de empunhar armas e que seja suscetível de ser governada pelo princípio de repartição de magistraturas em função da riqueza e do mérito (III 17, 1288a 10-15)<sup>34</sup>. A palavra Politeia se refere tanto a um regime específico quanto à própria forma de organização social oriunda de um conjunto de leis fundamentais (a noção de regime em si). Essa homonímia é coincidência?

Em seguida, dissecando a anatomia do regime monárquico, o filósofo apresenta e explica as características de cinco categorias<sup>35</sup>, das quais a realeza de tipo espartano e a do período heróico serão abordadas por este artigo. Com relação à primeira, percebe-se que o poder do rei é constitucionalmente limitado em suas prerrogativas ao comando de operações militares no exterior e à execução de questões religiosas, não tendo poder de vida ou morte sobre os súditos como tivera em épocas pretéritas. Mesmo assim, “trata-se de uma realeza semelhante à de generais com plenos

32. Propensão interna que sinaliza o justo numa dada ocasião a partir de um acúmulo de variadas experiências, conformando a virtude de tipo intelectual que Aristóteles denomina de “sabedoria prática” e cuja explicação mais pormenorizada se encontra no livro VI da Ética a Nicomáco.

33. Por isso a deliberação ser uma necessidade postulada no livro I. Anteriormente, Aristóteles deixa claro a conectividade entre o atributo do que governa e a figura do senhor: “quem manda não precisa saber fazer, mas saber utilizar” (III 4, 1277a 35- 1777b1).

34. No livro anterior, Aristóteles determina que o regime proposto por Platão em As Leis é o regime constitucional (II 6, 1265b 25-3)

35. São elas: a da idade heroica, a dos bárbaros (autoridade despótica calcada no direito hereditário, constitucional), a aismnética (forma eletiva de realeza), a de tipo espartano (comando militar permanente e hereditário) e a do poder doméstico (III 14, 1285b 20-25/30-35).

poderes e cargos permanentes” (III 14, 1285a 5-10). Em outras palavras, de um comando militar vitalício (III 14, 1285a 5-15). A segunda, por sua vez, diz respeito às formas monárquicas do período homérico, em que as funções militares, judiciais e religiosas estavam, em última instância, concentradas na figura do rei e cuja legitimidade advinha do consentimento popular. Por ações que redundaram em benefícios à comunidade no campo artístico ou militar, o rei, juntamente com seus herdeiros, era admitido ao governo por parte dos membros dessa comunidade (III 14, 1285b 5-10). É curioso notar que existe uma linha de continuidade histórica entre uma e outra forma monárquica, na qual o basileu Agamenon da *Ilíada* homérica vai se despidendo de suas funções pluripotenciárias à medida que a pólis vai se complexificando, isto é, tornando-se dependente da articulação de magistraturas cada vez mais específicas. Apesar de perder o comando supremo dos assuntos da guerra, a realeza espartana ainda conservava seu estatuto religioso-militar na época de Aristóteles.

Por fim, Zingano<sup>36</sup> afirma que está implícito na própria noção de virtude aristotélica uma natureza serial, em que a Realeza a concentra e a expressa de maneira absoluta (completa) na figura do monarca e, à medida que aumenta o número de cidadãos envolvidos na soberania de um regime, sua possibilidade de expressão fica limitada a sua forma mais básica, que é a coragem dos hoplitas, sendo por isso que o “regime constitucional” é o regime dos que tem capacidade de empunhar armas. Essa coragem<sup>37</sup> enquanto disposição que se situa entre a covardia e a autoconfiança excessiva e tem o brio (impulso, ímpeto) como matéria-prima, manifesta-se exemplarmente em situações que ofereçam os maiores e melhores perigos, ou seja, na guerra. A predisposição de dar cabo da própria vida em combate sob a insígnia da honra é a condição mínima necessária (porém longe de ser suficiente) para ser-se virtuoso. Ainda segundo o professor, não nos é dada nenhuma justificação filosófica consistente sobre o porquê dessa dimensão quantitativa da virtude que coloca a Realeza como o ápice das formas políticas. Entretanto, há uma justificativa histórica: as circunstâncias na época em que surgiu a Política, de ameaça interna e externa à autonomia e à unidade das poleis, não deixavam margens para outras possibilidades senão a defesa de uma autoridade capaz de manter a coesão e a soberania que lhes eram intrínsecas, seja na forma de alianças estáveis (pan-helenismo), seja na forma da apologia à concentração do poder na mão de um indivíduo (ideologia monárquica).

## Livro IV

O livro IV inicia a parte empírica da obra, em que o autor sai de uma formulação categorial abstrata dos regimes, realizada no livro III, para uma reformulação categorial mais próxima do que estava ao seu alcance naquela época (dois regimes principais a partir dos quais existem diferentes tipos). A democracia, além de ser considerada, logo no começo, como o melhor dentre os regimes desviados (IV 1, 1289a. 38-41; 1289b. 1-4), passa a compor o núcleo do seu ferramental analítico junto com o regime oligárquico: as formas mais moderadas de regime passam a ser entendidas como tipos nuançados de democracia enquanto as mais tirânicas e autoritárias são consideradas variantes da oligarquia (IV 3, 1290a. 23-28). Essa multiplicidade de modos de ser dos regimes é

36. Cf. ZINGANO (2021)

37. *Ética a Nicômaco*: III 6, 1115b 25-30

devida às partes heterogêneas que compõem o todo harmônico da polis (agricultores, guerreiros, artesãos, comerciantes, trabalhadores braçais, etc). Contudo, a oposição entre democracia e oligarquia é uma expressão em nível macro de uma outra oposição em nível micro, muito mais profunda: a cisão fundamental que existe entre ricos e pobres, as principais partes de uma cidade que dão o caráter democrático ou oligárquico de um regime a depender de qual dos dois prevaleça (IV 4, 1291b 1-15). É por essa razão também que os regimes existentes são, em sua maioria, ou oligarquias ou democracias.

Volta ao modelo proposto por Sócrates em *A República* para criticá-lo. A partir da enumeração que seu “avô intelectual” fizera dos componentes principais que uma polis deve ter, percebe que o seu objetivo não é a busca pela harmonia entre as partes que garante a autossuficiência, mas a satisfação das necessidades mais básicas de sobrevivência (IV 4, 1291a 15-20). Por conta disso, limita o recurso à defesa (às armas) apenas ao ritmo de expansão da polis e da eventual provocação de guerra para com os vizinhos, submetendo-a, assim, à sua função mais simples e não a enxergando enquanto elemento que assegura muito mais que o indispensável (IV 4, 1291a 30-35). Aristóteles parece ter em mente um horizonte de conflitos mais ampliado, atento às manobras políticas que arregimentava cada vez mais atores externos, indo de impérios a ligas e passando por outras poleis.

Além disso, para cada tipo de democracia que o filósofo racionalmente alcança, está correlato a prevalência de um tipo de facção popular, dentre as quais está a dos homens do mar, que se dedicam tanto à marinha mercante quanto à marinha de guerra (IV 4, 1291b 20-25). Diante das quatro categorias de democracia que são passíveis de constatação empírica, as três primeiras têm os agricultores ou quem possui patrimônio moderado como elementos constitutivos, restando aos “homens do mar” a participação na forma mais degenerada de democracia, aquela em que prevalece, não a vontade imparcial da lei, mas a vontade direta do povo, que governa por meio de decretos e é influenciada pela presença perniciosa do demagogo, adalador dos desejos da massa para que possa atender seus próprios interesses (IV 4, 1292a 5-25). Ela emerge quando a polis é abundante em recursos e há um expressivo contingente demográfico que, em sua maioria, consegue participar das funções públicas mediante pagamento advindo do tesouro público (IV 6, 1293a 1-10).

Todas essas características (polis rica e populosa cujos cidadãos participam mediante remuneração pública) parecem apontar para o perfil de Atenas. O grosso dos cidadãos atenienses do período clássico eram majoritariamente pequenos e médios agricultores<sup>38</sup>, mas, depois da Guerra do Peloponeso e a profunda depauperação ocasionada, muitos passaram a depender ou do soldo mercenário ou dos tesouros públicos. E faz sentido atribuir essa descrição ao caso ateniense quando se percebe o uso das leis no dia-a-dia dos seus tribunais tanto pelo colegiado de cidadãos não-especialistas (amadores) que as operam<sup>39</sup> quanto pela vagueza e obscuridade das próprias leis, conferindo ampla margem de interpretação a quem as usasse e reforçando seu caráter persuasivo em detrimento do normativo<sup>40</sup>. Entretanto, Aristóteles faz coro à tradição oligárquica ateniense que subverteu o sentido do vocábulo “demagogo”, atribuindo-lhe significação pejorativa. Ora, pela

38. Cf. DABDAB TRABULSI (2016, p. 8-31)

39. Cf. LANNI (2013, p. 163-181)

40. Cf. WOHL (2010, p. 21-66)

própria evolução demográfica e ampliação da sua capacidade institucional pra dar conta desse crescimento, a democracia ateniense, ainda no seu fulgor pericliano, fora estruturalmente demagógica, visto que, para garantir quórum mínimo na assembleia, era preciso ter muita habilidade retórica a fim de converter número maior de cidadãos para uma dada proposta<sup>41</sup>. Essa tendência se aprofundou, uma vez que o século IV a.C representa o auge da produção retórica dos grandes oradores, especialistas na confecção de discursos arrebatadores.

## Livro V

Esse livro, à parte, constitui uma espécie de “compêndio medicinal” sobre as “enfermidades políticas”, suas causas e a maneira de tratá-las. De início, o diagnóstico é elaborado a partir da explicitação das razões mais gerais pelas quais uma revolução ou mudança constitucional acontecem a partir da “análise anatômica” dos inúmeros casos concretos concernentes aos mais diversos regimes (democracia, oligarquia, aristocracia, tirania, etc). Cumprida essa etapa, avança para as possibilidades de “tratamento terapêutico”, ou seja, as medidas a serem tomadas para que se evite a eclosão de convulsões sociais, que vai depender se os cidadãos atuantes tenham suficiente capacidade administrativa, lealdade constitucional e alinhamento para com os propósitos do regime em questão. Por último, delimita esse mesmo percurso analítico, mas agora direcionado às monarquias e às tiranias. Importa comentar que Aristóteles escolhe os acontecimentos políticos sem qualquer preocupação temporal, apenas os citando de acordo com a sua conveniência na análise.

A guerra, como é de se esperar, está entre um dos principais fatores de desestabilização dos regimes, visto que, dentre outras coisas, ocasionava muitas baixas de pessoas que não formavam necessariamente uma corporação à parte especializada no combate, como é hoje em dia, mas sim cidadãos que contribuíam diretamente para a manutenção da sociedade em que viviam. Nesse caso, ao falar da Guerra do Peloponeso, Aristóteles aponta que grande número de notáveis atenienses (nobres) foram baqueados, o que ocasionou uma proeminência numérica da facção popular. O mesmo aconteceu com a polis de Tarento, que, pela mesma razão, deixou de ser um regime constitucional para ser uma democracia (V 3, 1303a 10-15).

Ademais, a própria guerra também era utilizada como recurso retórico para a consecução de golpes, tal como aconteceu em 411 a.C, em que os oligarcas atenienses, aproveitando os ânimos em torno da expedição militar da Sicília, convenceram a maioria de que haveria suporte financeiro estrangeiro para o empreendimento militar e que, portanto, tratava-se de uma causa pertinente. Quando a atenção de todos estava voltada para essa questão, instauraram, na base da força, um regime oligárquico que durou pouco tempo (V 4, 1304b 10-15).

Mas foi o aperfeiçoamento da própria retórica, dirá Aristóteles, que aplacou mais os efeitos fragilizadores da demagogia. Psístrato, que estabeleceu uma tirania em Atenas na segunda metade do século VI a.C, alçou-se ao poder, não apenas pelo seu apelo popular, mas por ter sido um chefe militar, sendo esse um perfil muito comum nas tiranias de outrora. Com a especialização daqueles aptos ao uso da palavra (o aparecimento dos oradores), manteve-se ainda a influência sobre a

---

41. Cf. FERREIRA & LEÃO (2010, p. 192)

maioria, mas agora sem a aproximação com os assuntos militares e, portanto, sem o desejo de alçarem-se ao poder (V 5, 1305a 10-15). Para além da questão do termo “demagogo”, devidamente problematizada no livro anterior, convém notar que subjaz na análise aristotélica uma relação de identidade entre “tirano” e “demagogo” quando se refere a Psístrato, refletindo o sentido pejorativo firmado ao vocábulo “*tyrannos*”, inicialmente ressignificado por oligarcas atenienses do final do século V a.C e que era bastante comum no século IV a.C. Entretanto, esse vocábulo não assumia uma conotação negativa na época do próprio Psístrato, sendo muito comum a sinonímia com “realeza”, “soberano”, “rei”, etc<sup>42</sup>. Além disso, ao enfatizar os aparentes benefícios estabilizadores trazidos com a especialização na arte da retórica, Aristóteles parece subestimar os efeitos da especialização militar que vinha paralelamente a esta e que representou uma perda do poder efetivo das forças de ataque e defesa da polis.

Os tempos de guerra ocasionavam bastante incômodo nas oligarquias e nas aristocracias. Nas primeiras, os oligarcas, temerosos de serem apeados do poder pelos que estavam abaixo deles, frequentemente contratavam mercenários para se protegerem e acabavam por constituir ou uma tirania, em que a repressão popular ficava sob a responsabilidade de apenas uma pessoa, ou um regime autoritário, em que a repressão popular ficava a cargo de um grupo minoritário (V 6, 1306a 20-25). Enquanto, nas aristocracias, a guerra aguçava mais ainda as desigualdades sociais que existiam entre os cidadãos proprietários e despossuídos, culminando na sublevação dos últimos, ou intensificava a concentração de poder na mão de uma figura já proeminente no regime. Ambos os episódios tem em Esparta o exemplo principal, o primeiro ocorrido séculos antes de A Política, durante a II Guerra Messênica (640-610 a.C), cujo desfecho resultou na instauração do regime de servidão que servirá de base para os espartanos, e o segundo durante as Guerras Pérsicas (499-449 a.C). É interessante notar a contemporaneidade entre a descrição feita por Aristóteles e o quadro crítico de Esparta no século IV a.C. Portanto, não é imprudente crer que o estagirita, ao se referir ao passado, deixou-se contaminar pela sua perspectiva do presente, postura razoável para alguém que não tinha como ter àquela época qualquer preocupação com anacronismos.

A subestimação para com os assuntos militares também era um perigo para o funcionamento sadio de qualquer regime. Em Túria, onde vigia um regime constitucional, jovens comandantes das tropas, descumprindo a própria constituição, permaneceram nos cargos de comando por tempo indeterminado, muito em razão de sua boa reputação tanto entre o povo quanto entre seus camaradas guerreiros. Ao fim e ao cabo, esse precedente redundou posteriormente na instauração de um regime autoritário sob a égide daqueles mesmos jovens (V 7, 1307b 5-10).

Quanto à monarquia, é dito que sua instauração depende basicamente de feitos em batalha, que culminaram na libertação de povos, fundação de colônias e conquista de territórios, sendo isso a fonte de legitimidade do rei e da sua linhagem (V 10, 1310b 35-40). Além disso, o filósofo mostra que os riscos inerentes à realeza circundam a figura do próprio rei, isto é, os que ocupam os mais altos cargos nesse regime, posto que geralmente são pessoas “intrépidas por natureza” e padecem de excessiva autoconfiança e ambição desmesurada, o que os leva a conspirarem quase sempre contra o monarca (V 10, 1311a 35-40).

42. Cf. FERREIRA & LEÃO (2010, p. 102)



Finalmente, ao tratar das tiranias, as passagens que serão postas em análise lembram muito as admoestações maquiavelianas de “O Príncipe”. Ao analisar como os tiranos, ao longo da história, subsistiram tanto tempo no poder, percebe que é imprescindível, dentre outras coisas, i) fazer crer que as coletas de impostos servem para a guerra, o que demonstraria uma preocupação para com o bem comum e ii) cultivar as virtudes militares, a fim de que se possa recobrir de glória e, assim, afastar o desprezo do povo (V 11, 1314b 20-25). Não à toa que, para além de serem partidários da facção popular, tiranos bem sucedidos tinham um temperamento guerreiro (V 11, 1315b 25-30).

## Livro VI

O livro VI se preocupa, em larga medida, com um exame mais pormenorizado dos elementos constitutivos das poleis democráticas e oligárquicas, em termos de possíveis formas de organização do poder, bem como na prescrição de medidas que salvaguardem a estabilidade de ambas. Portanto, continua o “raciocínio clínico” presente no livro V e aprofunda teoricamente a abordagem mais empírica feita no livro IV em relação às democracias e às oligarquias. É também no final deste livro onde Aristóteles começa por enumerar as magistraturas que são imprescindíveis, de forma que já prepara o terreno para a construção de seu modelo ideal de polis, melhor detalhado no livro seguinte.

Depois de esclarecer os pressupostos fundamentais que operam num regime democrático (governar e ser governado de maneira alternada de forma a possibilitar ao indivíduo a efetivação de sua própria autonomia), classifica, como um dos procedimentos de “índole democrática”, impedir que alguém exerça a mesma função administrativa por duas vezes, excetuando aquelas magistraturas voltadas para a guerra (VI 2, 1317b 20-25). Em outras palavras, a rotatividade dos cargos militares, mesmo nas democracias, era bem menor do que a dos cargos civis, o que facilitava a concentração destas funções nas mãos de poucos. Esse elemento de permanência dos cargos de natureza estratégica tem variadas razões, uma delas diz respeito ao caráter técnico e emergencial das questões militares. Mais a frente, depois de listar uma série de magistraturas indispensáveis para a vida na polis, acentua as que, não sendo menos indispensáveis, encontram-se num nível superior pois requerem muita experiência e confiança no seu desempenho: a vigilância da cidade (sentinelas a vigiar as portas e as muralhas) e as necessidades da guerra (recrutamento e formação militar), seja em tempos de paz ou não (VI 8, 1322a 30-40). Mas se sabe que a atividade da guerra sempre esteve historicamente atrelada às aristocracias e realezas do mundo grego antigo pela sua capacidade de custeá-la, tendência que, de certa forma, perdurou mesmo com a ascensão e consolidação do sistema de poleis.

Em seguida, retorna à tipologia das democracias possíveis, mas, diferentemente do livro IV, concentra seu esforço reflexivo nas melhores formas de regime democrático, aquela nas quais imperam, respectivamente, os agricultores e os pastores. No entanto, o filósofo recobre de elogios a assim chamada “democracia pastoril”, democracia de segundo tipo, pelo estilo de vida dos pastores: como se trata de uma fração da população fisicamente saudável e adaptada a dormir ao relento sem maiores problemas, aguentam as agruras da vida militar e, por estarem habituados ao deslocamento frequente em direção às praças e mercados das cidades, maior seria a probabilidade de estarem presentes nas reuniões da assembleia (VI 4, 1319a 20-30).



Enquanto a qualidade das democracias está diretamente vinculada aos tipos de facções populares que ela alberga, Aristóteles apresenta o valor das oligarquias dependendo exclusivamente da formação militar que ela é capaz de prover, a depender das características geográficas da região onde se localiza. Então, por exemplo, uma área propícia à criação de cavalos é onde se deve instaurar uma oligarquia forte, com base na força militar da cavalaria, enquanto uma região favorável ao estabelecimento de uma infantaria pesada constituiria uma oligarquia de segundo tipo (VI 7, 1321a 5-15). Ou seja, é um regime que, além de calcado no critério da riqueza, seria fundamentalmente militar. Aristóteles continua e diz que a infantaria leve e a marinha são forças intrinsecamente democráticas, sendo que a ligeireza da primeira é um atributo que confere vantagem às massas quando se sublevam, devendo os oligarcas conjugar essas forças à cavalaria e à infantaria pesada, bem como conduzir os membros mais jovens a exercícios de agilidade e destreza com as armas (VI 7, 1321a 15-25).

## Livro VII

O livro VII i) retoma temas relativos a *Ética Nicômaco* sobre qual seria a melhor vida a ser levada (aquela em que se é feliz) e qual caminho mais adequado para ela (o caminho das virtudes); ii) analisa a controvérsia entre os partidários do estilo de vida contemplativo (centrado no cultivo das qualidades racionais da alma e que pressupõe um distanciamento do poder) e os adeptos do estilo de vida prático (voltado à atuação deliberativa nos assuntos coletivos da polis, palco por excelência para o exercício das virtudes) a partir de um ponto de vista da mediania, auscultando os prós e contras de cada estilo de vida tanto no âmbito individual quanto no público; iii) expõe seu próprio modelo de polis, considerando critérios populacionais, geográficos, sociais, econômicos e urbanísticos; e iv) elucida os princípios gerais que deve reger os processos educacionais, que serão aprofundados no livro VIII.

De antemão, o filósofo demonstra consternação quanto ao estado da arte de sua época, em que a principal preocupação na formulação de uma constituição (na fundação de uma polis, portanto) não visa outra coisa senão o domínio, citando como exemplo Esparta, Creta e Cartago, mas também a Pérsia, a Macedônia e a Trácia, todos eles procurando estabelecer um poder justo tão somente para si e, para os outros, o poder de mando assente no caráter militarizado (VII 2, 1324b 1-25), além de só valorizarem o que é útil e lucrativo (VII 14, 1333b 5-10). Mais uma vez, recupera as críticas feitas ao regime espartano no livro II por superestimar os bens exteriores proporcionados pelo exercício da virtude guerreira (coragem) em detrimento da negligência de todas as demais virtudes, não obstante os elogios que lhes ainda são feitos. Se realmente fosse um regime tão irrepreensível, diz Aristóteles, sua hegemonia perduraria por mais tempo e não se colocaria o risco de colocar os próprios cidadãos contra si mesma, pois, acoçados para a vocação de mando, eles passam a ansiar a conquista da própria polis (VII 7, 1330b 20-35).

Mesmo assim, faz a ressalva de que a dominação só é justa quando há uma distinção entre dominantes e dominados (VII 2, 1324b 35-40), inclusive ontologicamente defendida pelo filósofo no livro I a partir da sua teoria da escravidão natural. Neste livro, está exposto, com maior clareza, o tipo de conhecimento que o que é livre por natureza (e, portanto, senhor e cidadão) deve se apropriar:

*Os povos situados nas regiões frias, particularmente os europeus, são cheios de brio, mas carecem de inteligência e de habilidade técnica; por isso, vivem em liberdade, mas desprovidos de organização política e sem capacidade para governar. Os povos da Ásia são dotados de inteligência e espírito técnico, mas sem nenhum brio, sendo essa a razão pela qual vivem num estado de sujeição e servidão. Como a raça helênica ocupa geograficamente uma situação intermédia, participa das qualidades de ambos os povos: não é só briosa e inteligente, mas, usufruindo de uma existência livre, é a raça que melhor se governa e, no caso de atingir a unidade política, a mais apta para governar todos os povos. As mesmas diferenças ocorrem entre os povos helênicos: nalguns a natureza apresenta uma única qualidade; noutros, o brio e a inteligência encontram-se combinadas (VII 7, 1327b 20-35)*

Diante desse cenário, a guerra é uma óbvia preocupação política, mas como um meio para se atingir um objetivo geral (VII 2, 1325a 5-10):

*Toda a vida está dividida em trabalho e ócio, guerra e paz e, de entre as atividades, umas são necessárias e úteis, e outras são dignas. Também aqui tem que existir a mesma divisão que vimos nas partes da alma e respectivas atividades. A guerra existe em vista da paz, o trabalho em função do ócio, as atividades necessárias e úteis em vistas das honrosas (VII 14, 1333a 30-35, grifo meu)*

Porém, para se atingir a paz, o legislador de uma polis deve alcançar três objetivos específicos com a guerra: i) impedir que os cidadãos se tornem escravos de outrem; ii) usufruir do domínio pensando no bem dos dominados, sem descambar para o comando despótico; e iii) capturar aqueles que naturalmente estão determinados à escravidão (VII 14, 1333b 35-1334a 5). A virtude guerreira da coragem, apesar de garantir uma reação digna e proporcionalmente enérgica contra quem quer lhe escravizar, não é capaz de regular a si própria a fim de evitar injustiças que podem vir a ser cometidas, nem tampouco prepara o cidadão para as atividades políticas mais elevadas, que só podem ser levadas a cabo em tempos de paz. Contudo, a abundância proporcionada pela paz, seja em bens materiais ou espirituais, conduz a excessos. Por isso a temperança e a justiça devem ser cultivadas tanto na paz como na guerra (VII 15, 1334a 20-35). A felicidade é o resultado mais harmônico de uma conformação política que predisponha os cidadãos a desenvolver a coragem sob as rédeas da temperança e principalmente da justiça. É de se observar que o ponto ii) (o usufruto de uma dominação “benéfica”) é na verdade referente à posição de liderança de uma polis sobre outras tão legítimas quanto ela, uma vez que são constituídas por cidadãos livres, em oposição a uma terceira parte (grega ou estrangeira), estrutura de hegemonia muito similar às alianças defensivas e ofensivas forjadas entre as poleis. Essa validade tanto no âmbito interno quanto externo da polis só seria possível porque a virtude da coragem não pressupõe um alvo em particular contra o qual se deva se proteger, criando, portanto, uma base comum entre os hoplitas gregos e tornando-os aptos para uma ação coordenada e de maior amplitude<sup>43</sup>.

Posteriormente, já é possível antever esboços do regime político da polis idealizada por nosso autor. Depois de refletir sobre a possibilidade de atribuição simultânea das funções militar e deliberativa (partes essenciais da polis) a um mesmo cidadão, elabora um critério etário para sua distribuição, ou seja, caberá à vitalidade dos jovens que se demonstrarem merecedores o

43. Cf. ROSLER (2013, pp 163-165).

cumprimento das obrigações militares e, à medida que forem amadurecendo, assumirão a competência de levar a cabo as questões deliberativas, judiciais e religiosas da polis, por estarem mais sábios, sem olvidar também o critério do merecimento. O elemento guerreiro necessita do vigor e não se submete à condição de subordinado por muito tempo, sendo fator de instabilidade iminente pelo seu acesso facilitado às armas. O elemento deliberativo, por sua vez, pressupõe moderação e maturidade, o que o torna capaz de escolher prudentemente diante das circunstâncias. A classe dos guerreiros e a dos que deliberam, portanto, compõem o corpo de cidadãos desse regime no qual ficará a responsabilidade de administrar as propriedades e o sacerdócio sob a alçada dos mais velhos (VII 9, 1239a 1-40).

Importa ressaltar duas coisas a respeito desse protótipo de cidade. Primeiramente, os trabalhadores braçais, artesãos e mesmo os agricultores não entram no rol de cidadãos nesse regime, cabendo a estes estarem na condição de escravizados ou de “bárbaros periecos”. Não se trata de uma aristocracia posto que os cidadãos aqui representados não são todos absolutamente virtuosos (IV 7, 1293b 1-5). Todavia, Aristóteles desenha uma suposta convergência de interesses entre cidadãos concentradores de terra e demais trabalhadores despossuídos, uma mistura de elementos democráticos e oligárquicos (IV 8, 1293b 30-35), além da capacidade civil de todos empunharem armas (III 7, 1279b 1-5). Temos, então, a proposição de um regime constitucional.

## Considerações finais

A centralidade que a temática da guerra assume no pensamento prático de Aristóteles pode ser demonstrada a partir da sua proposta pessoal do que conformaria uma constituição modelo. Nela, a coragem, marca do guerreiro grego, é a virtude básica sobre a qual se estabelece um regime político, que tanto impossibilita os cidadãos (homens livres) de serem injustamente escravizados quanto os capacitam à escravização da mão-de-obra necessária à reprodução da vida na polis, dispersa entre as mais variadas regiões geográficas e talhadas pela natureza para suportar o trabalho forçado. Além disso, a belicosidade é uma das formas pela qual uma polis consegue sustentar uma posição de destaque diante do cenário intercomunitário grego, assegurando uma posição de hegemonia nas alianças que porventura possam favorecê-la. O tratamento pouco diligente acerca desses aspectos nas constituições elaboradas por contemporâneos seus é apontada de maneira crítica. Porém, a preocupação excessiva com a produção da índole guerreira, visando tão somente riquezas e honrarias, ocasiona desvios de natureza ética. Esparta passa a ser o alvo principal de sua crítica, mas ela retrata uma tendência generalizada entre os mais variados agentes políticos, sendo, portanto, o momento no qual Aristóteles tensiona criticamente o contexto de sua época.

Baseado em alguns dos critérios que enumera como indispensáveis para a constituição da polis, percebe-se que Aristóteles estava a par dos desdobramentos e discussões estratégicas de seu período, quando, por exemplo, discute como introduzir contingentes de tropas ligeiras na cavalaria e na hoplitia, de forma a dinamizar as forças militares em razão do uso cada vez maior desse tipo de soldado. Entende-se também que a guerra não só é a fonte histórica da legitimidade das monarquias como também é a marca fundamental das oligarquias

O autor está ciente também que a guerra é também fator por excelência de desestabilização.

Além de provocar abalos demográficos capazes de alterar profundamente a composição política de uma comunidade, o uso retórico em torno de suas motivações é sobejamente utilizado como oportunidade para iniciar mudanças radicais nas formas de governo. Mesmo em tempos de paz, o poder militar, quando não bem dimensionado em suas funções e havendo negligência na sua fiscalização, consegue aos poucos minar a qualidade dos regimes, sejam eles quais forem. Porém, importa lembrar que o kosmos grego era extremamente sensível a essa vivência pelo fato de não haver uma instância incontestada de regulação do uso da força senão de maneira muito instável ou incipiente. Essa ausência de um locus de poder propiciava uma escalada mais rápida à violência, tanto interna quanto externamente.

De qualquer forma, Aristóteles conceitua os estertores de sua época através do antagonismo que prescreve entre homem e mulher, escravo e livre, grego e não-grego, na qual a virtude, que se posiciona entre um extremo e outro e é alcançada apenas por alguns, estabelece o equilíbrio e a harmonia entre as partes. Uma realidade historicamente específica que se traduz numa rica linguagem filosófica.

## Referências bibliográficas

AGGIO, Juliana Ortegosa. **Prazer e desejo em Aristóteles**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011, pp. 158-168.

ARISTÓTELES. **A política**. Lisboa: VEGA, 1998 [Trad. e notas de Antônio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: VEGA, 1998.

\_\_\_\_\_. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Nova Cultural, 1991 [Trad. e notas de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim] (Coleção Os Pensadores).

AUSTIN, M.M; NAQUET, Pierre Vidal. **Economic and social history of ancient Greece: an introduction**. London: Batsford Academic and Educational LTD, 1977, p. 131-159.

BARROS, João D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

DABDAB TRABULSI, José Antonio. **A democracia grega e nós**. Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte, vol. 9, nº 2, Agosto/Dezembro de 2016, p. 8-31.

FERREIRA, João Ribeiro; LEÃO, Delfim F. **Dez grandes estadistas atenienses**. Lisboa: Edições 70, p. 285.

GABRIELSEN, Vincent. Warfare and the state. IN: SABIN, Philip; WHITBY, Michael; VAN WEES, Hans (Org.). **The Cambridge history of Greek and Roman Warfare**. New York: Cambridge University Press, 2007, pp. 248 – 273.

GARLAN, Yvon. **War in the ancient world: a social history**. London: Chatto and Windus, 1975, pp 9 – 134.

HALL, Johnathan. International relations. IN: SABIN, Philip; WHITBY, Michael; VAN WEES, Hans (Org.). **The Cambridge history of Greek and Roman Warfare**. New York: Cambridge University Press, 2007, pp. 85 – 108.

HANSEN, Mogens Herman. **Polis: an introduction to the ancient Greek city-state**. New York: Oxford University Press, 2006, pp. 1- 85.

HUNT, Peter. Military Forces. IN: SABIN, Philip; WHITBY, Michael; VAN WEES, Hans (Org.). **The Cambridge history of Greek and Roman Warfare**. New York: Cambridge University Press, 2007, pp. 108 – 147.

LANNI, Adriaan. Law and democracy in classical Athens. IN: ARNASON, J.P.; RAAFLAUB, K.A.; WAGNER, Peter (Ed.). **The Greek Polis and the Invention of Democracy: a politico-cultural transformation and its interpretations**. West Sussex: Blackwell Publishing, 2013, p. 163-181.

LEITE, Priscilla Gontijo. **Século IV a.C: disputas no Egeu, expansão macedônica e transformações da pólis**. 2021. [no prelo]

LOURENÇO, Frederico. Prefácio. IN: HOMERO. **Iliada**. Trad. e prefácio de \_\_\_\_\_. 1º ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013, pp 71 – 90.

MOERBECK, Guilherme Gomes. Democracia e guerra na Grécia clássica. IN: LEÃO, Karl Schurster; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Por que a guerra?: das batalhas gregas à ciberguerra, uma história da violência entre os homens**. 1º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, pp. 9 – 31.

REDFIELD, James. O homem e a vida doméstica. IN: VERNANT, Jean Pierre (Org.). **O homem grego**. Lisboa: Presença, 1994, pp.145 – 173.

ROSLER, André. Civic virtue: citizenship, ostracism and war. IN: DESLAURIERS, Marguerite; DESTRÉE, Pierre. **The Cambridge companion to Aristotle's politics**. New York, Cambridge University Press, 2013. pp 144 – 176.

VALDÉS, Manuela García. Introducción. IN: ARISTÓTELES. **Política**. Traducción y notas por \_\_\_\_\_. Madrid: Gredos, 1988, pp. 7 – 27.

VERNANT, Jean Pierre. **As origens do pensamento grego**. Rio de Janeiro: Difel, 2002, p 144.

WOOD, Ellen Meiksins. Aristotle: tactician of conservatism. IN: \_\_\_\_\_; WOOD, Neal. **Class ideology and classical political theory: Socrates, Plato and Aristotle in social context**. New York: Oxford University Press, 1978, pp. 209 – 253

WOHL, Victoria. **Laws's cosmos: juridical discourse in Athenian forensic oratory**. New York: Cambridge University Press, 2010, p. 21-66.

ZINGANO, Marco. **Aristóteles: ethica nicomachea V 1-15 (tratado da justiça)**. São Paulo: Odysseus, 2017, pp. 15 – 80.

\_\_\_\_\_. **A definição de cidadão no livro III da Política de Aristóteles**. IN: Archai UNESCO Chair – Universidade de Brasília. Youtube, 20 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DDqnoYVDDBI>. Acesso em: Setembro de 2021.



---

# O movimento da coluna prestes como um falso sísifo: A alegoria histórica de ineficácia da coluna na formação republicana do Brasil<sup>1</sup>

**Karla Beatriz de Melo Lima**  
**Lucas Gomes**  
**Ronald Cavalcante Castelo Branco<sup>2</sup>**

**Resumo:** O artigo evidencia a importância da Coluna Prestes para o Ensino de História e o seu entendimento para compreensão republicana do Brasil, discorrendo sobre a problemática da negligência historiográfica de diversas narrativas sobre a Coluna Prestes e de seus sujeitos no Ensino de História do Brasil, assim demonstrando os impactos históricos da Coluna na formação republicana e sua devida importância para a sala de aula. Diante a problemática, elabora-se conceitos de desconstrução do mito “sisifiano” acerca da Coluna Prestes, através das abordagens dos estudos de Mateus Xavier Fernandes sobre os impactos nas relações internacionais ocasionados pelo movimento da Coluna<sup>3</sup>, bem como diversos estudos pedagógicos para o engajamento metodológico para o ensino da Coluna Prestes dentro de sala, dentre os quais, destaca-se os estudos de Elídio Sérgio Budziacki sobre o uso pedagógico da Coluna Prestes, bem como as diversas abordagens e resultados<sup>4</sup>. Assim sendo, o artigo se evidencia nas abordagens sobre os sujeitos da Coluna e os paradigmas historiográficos em cima desses sujeitos; as disputas de narrativa que se sujeitam a uma dicotomia: ora se acentuam para vileza, ora para “heroificação” da Coluna; e por fim, a desconstrução do mito de ineficácia da Coluna e o seu devido reconhecimento de impacto na formação republicana, ressaltando o seu uso dentro de sala de aula.

**Palavras-chave:** Coluna Prestes, Sísifo, formação, República, mito, pedagogia, ensino

**Abstract:** The article highlights the importance of the Prestes Column for the Teaching of History and its understanding for republican understanding of Brazil, discussing the problematic of the historiographical neglect of several narratives about the Prestes Column and its subjects in the Teaching of History of Brazil, thus demonstrating the historical impacts of the Column in republican formation and its due importance to the classroom. Given the

1. Empréstimo conceitual do historiador francês Paul Veyne que afirma com clareza que “[...] o leitor mergulha numa atmosfera alegórica se, como diz Musil, se entende por alegoria o estado de espírito em que todas as coisas tomam uma significação maior do que na realidade merecem.” (VEYNE, 1998, p. 99). A Coluna Invicta ainda se vê diante uma alegoria histórica de ineficácia quanto as demonstrações de seus impactos sociais e históricos, o que se torna verídico pelos seus diversos impactos e sua importância para formação republicana, tanto nas lutas da década de 20, quando no pós-Vargas em 1945.

2. Graduandos em Licenciatura em História pela UFPI. E-mails: melokarlabeatriz@gmail.com; lucasglucas5@gmail.com; ronaldcastelobranco@hotmail.com, respectivamente.

3. XAVIER, Mateus Fernandez. A Coluna Prestes e seus impactos nas relações internacionais do Brasil. Revista Crítica Histórica, Maceió, Ano V, nº 9, julho/2014. Acesso em 18 nov. de 2021.

4. BUDZIACKI, Elídio Sérgio. A Coluna Prestes: desafios e resultados. Revista Dia a Dia Educação. Curitiba, 2006.

problem, it is elaborated concepts of deconstruction of the myth "sisifian" about the Prestes Column, through the approaches of the studies of Mateus Xavier Fernandes on the impacts on international relations caused by the movement of the Column as well as several pedagogical studies for the methodological engagement for the teaching of the Prestes Column in the classroom, among which, the studies of Elídio Sérgio Budziacki on the pedagogical use of the Prestes Column, as well as the various approaches and results. Thus, the article is evident in the approaches to the subjects of the Column and the historiographical paradigms on these subjects; the narrative disputes that are subject to a dichotomy: sometimes accentuate to vileness, sometimes to "heroification" of the Column; and the deconstruction of the myth of ineffectiveness of the Column and its due recognition of impact on republican education, emphasizing its use within the classroom.

**Keywords:** Prestes Column, Sisyphus, formation, Republic, myth, pedagogy, teaching

## Introdução

O mito de Sísifo diz respeito a um personagem da mítica grega que foi condenado pelos deuses a rolar uma pedra até o topo de um desfiladeiro e vê-la despencar do mesmo. Ficou conhecida pelo trabalho do filósofo argelino Albert Camus (1913 – 1960) e sobre o pessimismo do absurdismo filosófico, no qual, as significações humanas a existência eram um trabalho inútil, desnecessário, cíclico, onde afirma que

*Os deuses tinham condenado Sísifo a rolar um rochedo incessantemente até o cimo de uma montanha, de onde a pedra caía de novo por seu próprio peso. Eles tinham pensado, com as suas razões, que não existe punição mais terrível do que o trabalho inútil e sem esperança. (CAMUS, 2019, p. 97).*

Dessa maneira, o que se problematiza é essa alegoria de inutilidade que se enxerga na Coluna Prestes, que não houveram impactos, e por isso se negligencia o estudo de seus sujeitos, de suas narrativas, bem como é limitada a sua abordagens dentro de sala e em livros didáticos. Como um movimento que percorreu cerca de 25 mil quilômetros, não produziu substância em nada? Como uma coluna que desafiou o governo, migrando até no estrangeiro, não produziu causa-efeito? Alguns trabalhos demonstram o contrário.

Primeiramente, se adota uma linha de identificação de negligências históricas tanto dentro da análise de narrativas quanto pela evidência de seus sujeitos, para que se entenda e se postule a visibilidade de contextos silenciados. Em seguida, desenvolve-se as disputas de narrativas e seus espectros, que beiram entre a personificação da vileza até a "heroificação" da Coluna e de certos sujeitos, principalmente, Luís Carlos Prestes. E por último, vê-se uma analogia diante as problemáticas, tendo em vista, a contextualização e refutação da ideia do "mito de ineficácia" e do pensamento metodológico da Coluna como "um Sísifo republicano".

Em suma, em todas exposições de paradigmas e analogias, se levanta a importância da didática e contextualização da Coluna Prestes no Ensino de História do Brasil<sup>5</sup>, em muito

negligenciado em livros didáticos, evidenciando, principalmente, a sua importância na formação republicana, nas disputas políticas e impactos sociais no Brasil, e criando uma consciência correlata ao presente, também palco de lutas sociais e civis.

Portanto, se faz de suma importância essa abordagem, para que não se limite a uma ideia do passado, mas como consciência do presente e entendimento da concepção pelos estudantes de quem são atores históricos, responsáveis por suas histórias e pelas lutas de seu tempo.

## **A Coluna e sua importância para formação republicana**

A Coluna Prestes foi o movimento, de modo majoritário, desferido pela baixa oficialidade do Exército Brasileiro e de algumas forças auxiliares, ou seja, de modo geral se deu nas camadas mais baixas do Exército que eram contrárias as ordens vigentes dentro do cenário político e social da década de 1920, e principalmente, eram contrários a eleição de Arthur Bernardes (1875 – 1955) que assumira em 1922 a presidência do Brasil. Sua repressão intensa à baixa oficialidade, resultou na queda de sua popularidade, que se deu também com a prisão de Hermes da Fonseca em 1922<sup>6</sup>.

Nessa década de 1920, uma série de medidas descontentavam os militares, principalmente, na baixa oficialidade, que entendia o Exército como força de atuação política e, queria sua modernização e a consolidação da ideia de unidade. A nomeação de um civil para o Ministério da Guerra em 1922, descontentaria ainda mais a baixa oficialidade.

Nesse clima de descontentamento se formou a Coluna, que exigia a queda do presidente Arthur Bernardes, bem como provocar mudanças na estrutura social, política e econômica na época, ou seja, não existe um vácuo de propósito e indagações sociais, queriam mudanças no voto, investigação à fraudes eleitorais e também dialogaram com as camadas médias urbanas. Com a formação da Coluna após a Revolta Paulista e Gaúcha de 1924, e sua junção em 1925, começou-se um movimento que atravessara quase todo o Brasil, onde fontes afirmam uma variação de 20 mil a 33 mil quilômetros, ou seja, uma das maiores marchas militares do mundo.

O seu impacto não foi tão profundo quanto a Grande Marcha na China, de Mao Tsé Tung (que percorreu cerca de 9 mil quilômetros), que consolidou o socialismo na China, e não foi extremamente difundida no ocidente, mas, limitar a Coluna a tese de ineficácia é lançar seu movimento histórico a uma alegoria, onde a realidade de não efetivação da derrubada de Arthur Bernardes (um dos focos da Coluna) lhe caracteriza como ineficaz.

Em contrapartida, o que dizer dos diversos impactos sociais e confrontos militares, no qual, suas tropas saíram invictas? Os impactos nas relações internacionais do Brasil, demonstrado pelo

5. "Além disso, cabe ressaltar que tal tema merece uma melhor atenção, pelo referido vulto que o mesmo representa, uma vez que o assunto aparece como uma simples referência da radicalização da baixa oficialidade, como representação de uma emergente pequena-burguesia, ou se preferirem, das chamadas classes médias urbanas." (SOUZA, 2010, p. 83).

6. Se deu pela desobediência de ordens para repressão de rebeliões no Recife no mesmo ano. Essa prisão gerou revolta entre os militares e descontentamento, o que gerou diversas represálias como o movimento do forte de Copacabana, como também na formação do movimento tenentista em várias partes do Brasil, que desferiam a Revolta paulista em 1924 e a formação da Coluna Prestes em 1925, com a junção das forças gaúchas e paulistas.

estudo de Mateus Fernandes Xavier<sup>7</sup>? E os Brasís evidenciados a estes sujeitos? E o questionamento das ordens civis? Como certos sujeitos são evidenciados e outros não? Quais disputas de narrativas e do poder de fala historiográfica?

Portanto, é preciso trazer essa consciência histórica e reparo historiográfico para dentro de sala, é necessária uma abordagem epistemológica e crítica quanto ao livro e as negligências das narrativas. É essencial o questionamento desta “alegoria sisifiana” trazida a Coluna Prestes para dentro do Ensino de História do Brasil, como evidencia os estudos de Elídio Sérgio Budziacki<sup>8</sup>, onde se problematiza a importância metodológica e didática do ensino da Coluna Prestes para alunos da rede básica de Ensino.

## **A negligência dos sujeitos históricos, limitando a Coluna a certos personagens como Luís Carlos Prestes**

Embora o crescente uso de uma historiografia renovada no ensino da História, ainda se predomina alguns aspectos tradicionais na Educação Básica brasileira, principalmente, no que concerne há uma exploração exagerada da memorização e uma abordagem da História em seu valor exclusivamente informativo, descartando o aspecto construtivo.

Com base em análises da abordagem de conteúdos em alguns livros didáticos utilizados na rede pública e privada de ensino, do nono ano do ensino fundamental, fica evidente o seu caráter meramente informativo ao tratar o assunto da Coluna Prestes. Cabe aqui destacar a Coluna Prestes como foco de pesquisa, bem como sua abordagem na Educação Básica no que tange a sua ênfase no livro didático, recurso fundamental da aula.

Dessa forma, a análise da abordagem desse conteúdo demonstra algumas permanências do ensino tradicional da História, tendo em vista seu caráter pouco construtivista, apresentado como verdade pronta e acabada (uma espécie de cartilha), no qual, resume-se em pouco menos que uma página. Nesse sentido, partindo do pressuposto que o professor utilize apenas o livro didático como recurso metodológico, pouco será discutido a respeito de tal conteúdo.

Ademais, o silêncio em torno de alguns sujeitos negligenciados na história da Coluna Prestes também são frutos de um ensino tradicionalista. Vale ressaltar que não se pretende atribuir um caráter negativo ao ensino tradicional, nem muito menos negar a sua importância, mas mostrar as suas deficiências no que tange ao ensino de História.

Segundo a perspectiva construtivista sociointeracionista, o conhecimento é uma construção interna do sujeito estimulada por condições externas criadas pelo professor. Para a construção desse conhecimento é importante explorar o conteúdo em uma dimensão que aproxime o aluno daquilo que dirige o método histórico.

7. Mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (2011), mestrado em Diplomacia pelo Instituto Rio Branco (2011), graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006) e graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2004). Diplomata de carreira, trabalha atualmente em Brasília.

8. Licenciado em História e Geografia – Faculdades Integradas Espírita. Especialização em Magistério Superior – UTP. Professor do Ensino Fundamental e Médio da Secretaria de Estado da Educação do Paraná e concluinte do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE).

Portanto, não se pode criar ou construir sem a associação de conhecimentos internos já consolidados pelo sujeito da aprendizagem, por isso é de tamanha relevância que o conteúdo esteja o mais próximo possível da realidade do aluno. É importante também a compreensão do significado das datas, conceitos ou nomes e não meramente decorá-los. É nesse sentido que Antônio Esclarín afirma que:

*A escola gira e gira em um mundo irreal e sem importância, de conhecimentos mortos, em que o saber, em vez de ser capacidade para viver com maior plenitude, é concebido como acúmulo de dados desconexos, datas, conceitos, fórmulas, números... recital de um rito sem sentido. Só educaremos para a vida se a escola, os programas, os conteúdos estiverem imersos na realidade e na vida cotidiana do aluno, de sua família, do bairro, do povoado, da cidade, do país. O autêntico planejamento parte da experiência, dos saberes, dos sentimentos e das necessidades dos alunos, de tal modo a mergulhar a prática escolar na prática social cotidiana de sua vida. Abramos à vida os portões e as janelas das escolas. Deixemos que a realidade invada os programas. Não esqueçamos que só é possível preparar para a vida no âmbito da própria vida. (ESCLARIN, 2002).*

Nessa perspectiva, o conteúdo a respeito da marcha da Coluna Prestes, além de explicar o movimento deve também despertar a parte sensível dos alunos, tornando a aprendizagem mais próxima de sua realidade e do seu cotidiano, trazendo também o questionamento acerca dos sujeitos silenciados pela historiografia.

Desse modo, é indubitável que, para o desenvolvimento do senso crítico, é necessário o conhecimento mínimo de determinado objeto de estudo, para obter tal conhecimento a abordagem limitada a uma página traz consigo muitas deficiências. Portanto, o primeiro ponto a ser questionado é a brevidade da abordagem do conteúdo da Coluna Prestes nos livros didáticos. Nesse sentido, a principal consequência dessa problemática é o ocultamento de alguns sujeitos históricos importantes para a compreensão do movimento da Coluna.

Para entender a abordagem dos conteúdos históricos é necessário compreender a construção da história brasileira, seus paradigmas e contradições. É importante ressaltar que a cadeira de História do Brasil foi extinta em 1899, tendo seu conteúdo absorvido pela História Universal, apenas a partir de 1942, com a Reforma Capanema ocorre a separação entre História Geral e História do Brasil. Portanto, a história brasileira é abordada em um viés cronológico priorizando a periodização de acordo com a evolução europeia.

Além disso, as primeiras obras da historiografia brasileira são escritas por europeus, tendo como principal impulsionador (na produção da história brasileira na época do Império), Francisco de Varnhagen. Tal compreensão leva a concluir-se que a influência europeia na abordagem dos conteúdos de história é muito clara, sobretudo nos currículos, programas e livros até hoje utilizados. É nessa perspectiva que Vavy Borges afirma que:

*Nossa história é a biografia política da nação brasileira, à semelhança das histórias nacionais europeias do século XIX. Sua periodização, Colônia, Império e República, é a trilogia de nossas formas políticas de organização; é essa tripartição que constitui a espinha dorsal de nosso currículo mínimo (exigência do Mec) escolar e universitário, e, a partir disso, das preocupações das editoras. (BORGES, 2007, p. 75).*

Ressalta-se que a produção brasileira não é uma mera decorrência das formas de se produzir história europeia, entretanto, não se nega que há muitas semelhanças nesse processo. Ainda sobre a construção da historiografia brasileira, Vavy Borges (2007, p.75) salienta sobre a visão da história que chega ao público através dos livros didáticos, de forma tênue e infrequente, tendo em vista o desinteresse da massa popular pela história brasileira, segundo a autora, “[...] é uma história conservadora, do branco vencedor em sua democracia racial. Seu desenrolar é mostrado sem contradições, incruento, quase sem derramamento de sangue [...]”.

Nesse sentido, é essencial o ensino da Coluna Prestes na Educação Básica de modo a despertar a consciência histórica e social dos alunos, para isso, o uso de diferentes linguagens, como filmes, músicas ou poemas, são indispensáveis para atrair o entusiasmo por parte deles.

Desse modo, um conteúdo separado da vida, do cotidiano, além de despertar a apatia dos alunos, torna-se de difícil compreensão, pois eles terão de decorar uma sequência de fatos, contrariando o entendimento das conjunturas e dinâmicas internas do movimento e as relações dos diversos atores envolvidos.

Dessa forma, a abordagem da Coluna Prestes na Educação Básica ocorre de diferentes formas, visando atender diferentes objetivos, de maneira que não se limite meramente ao caráter informativo. Uma competência específica de história para o ensino fundamental é a compreensão de acontecimentos históricos, relações de poder, processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo em diferentes espaços, para análise e intervenção no mundo contemporâneo<sup>9</sup>.

Nesse contexto, após a exposição do conteúdo da Coluna Prestes, o estudante deverá ser capaz de compreender as variadas maneiras de exercício do poder, de forma múltipla e relacional, tendo em vista a sua presença em todas as relações humanas. Partindo de uma abordagem foucaultiana, o poder é a malha a partir da qual as relações humanas se efetivam, uma via de mão dupla, de modo que, onde há poder, há resistência, portanto, onde se exerce o poder, se constituem também contrapoderes.

Nessa perspectiva, necessita-se a compreensão da formação da Coluna Prestes como um contrapoder, uma resistência ao poder das oligarquias, compreendendo que essa relação não é inerte, mas fruto de um protagonismo de certos sujeitos em busca de apoio as suas causas. Visando, sobretudo a transformação das estruturas sociais, políticas e econômicas, de modo que, objetivavam combater as mazelas e as desigualdades provocadas pela centralização do poder e do coronelismo, derrubando a República Velha.

Analisando o contexto político e social do período anterior e durante a formação da Coluna, é evidente a crise econômica e democrática que passava o país, altas taxas de desemprego, inflação alta e votação precária, no qual apenas 2% da população votavam, exemplificam bem essa realidade.

9. Com base na BNCC, um dos objetivos de estudo do nascimento da República no Brasil é criar condições para o desenvolvimento da seguinte competência "(EF09HI01) Descrever e contextualizar os principais aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da emergência da República no Brasil" (BRASIL, 2018). Para saber mais consultar em: <http://basenacionalcomum.mec.gov>.



Com isso, como forma de insatisfação a ordem vigente, eclodem pelo Brasil várias revoltas tenentistas, as duas que darão início a Coluna irrompem em 1924 em São Paulo, sob o comando de Isidoro Dias e no Rio Grande do Sul sob o comando de Carlos Prestes e outros tenentes. Em 1925, os dois grupos se unem dando origem a Coluna Prestes, adotando a guerra de movimento como principal estratégia de combate<sup>10</sup>. Perseguidos permanentemente pelo exército, policiais estaduais e jagunços, a marcha da Coluna Prestes percorreu 13 Estados, travando 53 combates sem nunca ser derrotada durante 2 anos e meio, não é à toa que ficou conhecida como Coluna Invicta. Como resultado desse movimento, Raul Carrion afirma que

*A marcha vitoriosa da Coluna Prestes pelo interior do Brasil, levando às populações interioranas as bandeiras das eleições livres, do voto secreto e do resgate da moralidade pública, manteve viva a chama da luta contra a República Velha e foi essencial para a vitória, três anos depois, da 'Revolução de 30'. Sem aquela, esta teria sido impossível. (CARRION, 2014, p.17)*

Dessa forma, apesar do movimento não ter tido um desfecho vitorioso de imediato, ele foi extremamente importante para pôr em xeque a conjuntura política da República Velha, desencadeando e influenciando outras lutas que desaguaram na Revolução de 30. Portanto, ao abordar o conteúdo da Coluna Prestes de forma eficiente, o estudante será capaz de entender o que é um movimento social e a relação de poder envolvida entre os diversos sujeitos desse processo. Fato que tem sido negligenciado atualmente nos livros didáticos, em função do seu caráter meramente conteudista, onde se nega o viés do construtivismo cognitivo e o trabalho da criticidade e do educando como protagonista do conhecimento.

A partir dessa compreensão, o estudante deverá ser capaz de posicionar-se no mundo contemporâneo, entendendo que assim como os revolucionários, cada sujeito deve posicionar-se em busca de seus ideais, sendo necessário agir, visto que, sujeitos passivos não mudam o meio em que vivem, mas sofrem as mudanças provocadas pelo meio.

É necessário a conscientização dos estudantes de que são atores históricos, e portanto, que ocupem seu lugar na história, assim os alunos refletirão a cerca do papel que querem ocupar na sociedade, entendendo que não estão separados da política e do poder, mas que integram esses meios.

A partir da análise e reflexão do conteúdo abordado acerca da Coluna Prestes, surgem algumas inquietações em torno do silêncio histórico de alguns sujeitos. A primeira indagação a ser feita é: o porquê do movimento levar o nome de Prestes, e não o de Miguel Costa, ou outros tenentes? A segunda inquietação é: como a participação das mulheres são representada na Coluna? É fato que Luís Carlos Prestes se tornou o próprio símbolo da Coluna, por suas estratégias e táticas que possibilitaram inúmeras vitórias, sua genialidade é retratada frequentemente na literatura brasileira, obras como, o Cavaleiro da Esperança (1942) do político e escritor Jorge Amado, por exemplo, teve um enorme alcance e repercussão.

10. A Guerra no Brasil, qualquer que seja o terreno, é a guerra de movimento. Para nós revolucionários o movimento é a vitória. A guerra de reserva é a que mais convém ao governo que tem fábricas de munição, fábricas de dinheiro e bastantes analfabetos para jogar contra as nossas metralhadoras. (Trecho da carta de Prestes expondo ao General Isidoro Dias Lopes sobre a necessidade de movimentações rápidas das tropas revolucionárias como solução para evitar os combates diretos, visto a diferença brutal de equipamentos bélicos e número de forças entre as forças legalistas e as revolucionárias. (Anita Leocádia Prestes. Uma epopeia brasileira: a Coluna Prestes, p.51).

Em contraponto, Prestes não foi o único a contribuir positivamente para o movimento, embora seu nome seja o mais citado. É problemático como Miguel Costa e outros sujeitos, como Siqueira Campos, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, são negligenciados pela literatura política e acadêmica. A lacuna biográfica desses personagens, ajudam a explicar sua invisibilidade. É relevante ressaltar no ensino da Coluna Prestes da Educação Básica a necessidade de construção de uma história plural, que não silencia os diferentes sujeitos. Nessa perspectiva, Budziacki ressalta a importância dessa construção afirmando que:

*Numa época crescente de individualismo, cabe-nos importante tarefa que é a de resgatar as inúmeras vozes que não podem ser caladas, obstruídas ou eliminadas. Em cada recanto desse nosso país, outros Prestes se manifestam, atuam, atuaram, desempenharam seus papéis, foram vitoriosos ou encontram-se na invisibilidade discursiva. (BUDZIACKI, 2006, p.19).*

Dessa forma, o debate acerca dos sujeitos submetidos a dialética do esquecimento é indispensável, bem como a análise da manipulação da memória, compreendendo de que forma determinados sujeitos são mostrados na narrativa histórica. É nesse sentido que Pierre Nora (1993, p.9) afirma que: “A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os tipos de usos e manipulações”.

Nessa perspectiva, é importante trazer o debate para dentro da sala de aula sobre a participação das mulheres na Coluna Prestes e como elas são representadas nesse movimento. Boa parte da narrativa oficial foi escrita por Moreira Lima, secretário da Coluna, ele foi responsável por incluir e excluir o que devia ou não ser dito, portanto, a participação dessas mulheres é representada através do olhar masculino. Percebe-se que a presença delas é marcada pelo viés desclassificador e de inferioridade, atribuído pelo gênero, no pressuposto que a guerra não era o espaço destinado as mulheres, restando a elas, o espaço dos lares.

Desse modo, ao justificar a participação feminina na Coluna, é excluído totalmente suas escolhas políticas e ideológicas, afastando-as do poder e reduzindo sua participação a papéis sociais pré-estabelecidos para o sexo feminino como os de vivandeira, enfermeira, vivandeira-mãe, entre outros. Com base nisso, Maria Carvalho afirma que:

*Das demais mulheres que integravam a Coluna, apenas alguns nomes e apelidos grotescos foram objeto de registro, talvez para dar uma nota pitoresca ao relato, mas não para conferir visibilidade histórica. Muitas mulheres tiveram seus nomes citados, mas suas ações foram veladas, entregues ao silêncio e ao esquecimento das memórias que registraram sobre o movimento da Coluna Prestes. (CARVALHO, 2015, p.367).*

Por fim, é necessário rever a abordagem da Coluna Prestes no livro didático com o objetivo de proporcionar a construção do conhecimento de forma reflexiva e não meramente informativa. Aproximando os sujeitos históricos a realidade dos alunos, e demonstrando a negligência sofrida até hoje de por esses diversos sujeitos. Impulsionando-lhes também a construir sua própria história, identificando seu lugar no mundo, caminhando assim, para a construção de sujeitos ativos, que questionam, que intervêm na história e que não permitem que ninguém torne-os cativos de um lugar.

Além disso, através da análise desse conteúdo de forma eficiente, o estudante será capaz de

entender a pluralidade dos sujeitos e sua relação na construção da história, bem como as relações de poder envolvidas nesse processo. Para isso, possibilitar as formas de se chegar ao conhecimento através da utilização de linguagens atrativas é essencial e mais ainda, afunilar os critérios de avaliação dos livros didáticos, reavaliando o conteúdo da Coluna Prestes e sua abordagem a fim de cumprir objetivamente, de acordo com a BNCC, a formação do cidadão de forma eficiente e eficaz.

## As disputas de imagem da Coluna e a dicotomia entre a vileza e o heroico

Compreender o processo historiográfico do movimento da Coluna Prestes, é de tamanha importância, pois ao longo de sua jornada, a Coluna constituiu-se de proporções populares, de tal modo que se torna essencial para a Educação Básica e sua grade curricular, no entanto, há uma desvalorização quanto as narrativas dos livros didáticos, tornando-se necessário analisar a Coluna e obter o entendimento do movimento na década de 20 no Brasil.

Assim sendo, em virtude da problemática, é essencial que compreendamos as dicotomias da imagem da marcha e de seu principal líder, Luís Carlos Prestes, muitas vezes assimilado a própria imagem da Coluna (levando até seu nome, Coluna Prestes), sendo imprescindivelmente válido a abrangência das discussões sobre as disputas de imagem do movimento que se comporta, ora como vileza, ora como heroica. Além do mais, entender como funciona as relações de conflitos e poder no ensino-aprendizagem da Educação básica da redes públicas e privadas para uma conscientização histórica do passado e dialéticas com o presente.

É cordial ressaltarmos que tal discussão no exato momento não dedica-se ao movimento em sua trajetória ao longo da década 20 no Brasil, mas sobretudo os processos de conflitos narrativos a respeito da imagem da Coluna, como as diversas publicações jornalísticas realizadas de inúmeras proporções.

Nesse contexto, têm-se a compreensão de que os confrontos sobre a dicotomia das narrativas da marcha da Coluna Prestes e de seus principais representantes, como Prestes, ao longo da jornada do movimento são constantemente abordados em incomensuráveis status de rotulagens a respeito à sua imagem, tanto de apoiadores quanto da vanguarda governista, sendo o principal responsável pela perseguição. Anita Prestes afirma com clareza que

*Na verdade, a propaganda governista esteve orientada sempre no sentido de difundir uma falsa imagem dos revolucionários, apresentando-os como um bando de facínoras e malfeitores, iguais ou piores aos cangaceiros do Nordeste, conhecidos por deixarem um quadro de terra arrasada por onde passavam. (PRESTES, 1991, p.137)*

Além de perseguições realizadas pela vanguarda governista em terra, as incontáveis tentativas de guerrilhas com repressões, havia uma imensa perseguição moral em manobras de destruição da imagem do movimento da marcha, mas sobretudo da degradação, principalmente, do líder do movimento, Luís Carlos Prestes, sendo constantemente perseguido pelas mídias controladas pelo Governo de Arthur Bernardes. A imagem de Prestes e o movimento (que tomou caráter populista ao longo de suas viagens dos 25 mil km percorridos) foi construída pelo Governo através de suas propagandas, como uma imagem de vileza, ou seja, vilões da pátria e da sociedade, desordeiros e contrários à ordem republicana.

Com isso, percebemos que existiam inúmeras relações de conflitos sobre as narrativas ao longo da década de 20 no Brasil, constantemente ocorriam disputas entre ambas as partes da imprensa, tanto pelo lado dos opositores quanto dos governistas, principalmente, objetificando a imagem da Coluna Prestes, estabelecendo e propagando uma ideia pronta. De fato, as corporações jornalísticas tinham a capacidade de influenciar a forma de pensar daquela sociedade, assim construindo ou desconstruindo narrativamente o movimento da Coluna invicta, de maneira que pudessem corresponder aos seus interesses, distorcendo-a ou glorificando a suas vontades.

Em contrapartida, é possível destacarmos que existe uma dicotomia a respeito da imagem da marcha. Anita Leocádia Prestes, ressalta-nos que ao longo dessa realidade, de certa forma ocorriam um estranhamento por parte da população, inclusive quando o movimento transitava entre cidades e comunidades, em decorrência das propagandas difundidas pelo governo, entretanto, ao desenrolar das convivências e das interações, os civis perceberam que a verdadeira natureza da marcha, era inteiramente diferente da imagem divulgada.

Além das convivências também tiveram outros aspectos que foram importante para desmistificar a má imagem que a marcha tinha sido rotulada, como um movimento de rebeldes e desordeiros, logo mais teve a participação diretamente do cronista da Coluna. Lourenço Moreira Lima, responsável por relatar no diário da marcha, de maneira mais formidáveis e encantadora das movimentações, e principalmente com características de exaltação as estratégias utilizadas contra a vanguarda governista, mas sobretudo abrilhantando a imagem e imortalizado os feitos de forma heroica dos “potreadores”, bem como a genialidade do líder, Luiz Carlos Prestes. Sobre isso, Anita Leocádia Prestes afirma com veemência que

*Os potreadores se distanciavam, muitas vezes, 30 a 50 léguas do grosso da Coluna, devassando grandes áreas, descobrindo o inimigo onde ele se achava, incomodando-o e trazendo-o sempre de sobressalto, na incerteza da nossa direção. A audácia dos potreadores não encontra nada que se lhe compare. Entravam em vilas e cidades, das quais se apossavam, regressando Passados muitos dias, levando-nos cavalhadas que arrebanhavam combatendo e perdendo companheiros, mas sem nunca desanimar. (PRESTES, 1991, p.136).*

Logo, extremamente compreensivo notamos a persuasão que as crônicas escritas por Lourenço, acabou adquirindo uma enorme influência na mentalidade da sociedade, e principalmente pela potencializações nas relações de conflitos a respeito das narrativas sobre a imagem da marcha, e ao longo das passagens percorridas e disseminação das principais idealizações, ocorreram uma oportunidade de propagação de uma outra viés da imagem da Coluna, que conota uma perspectivas intrinsecamente heroica.

Outro ponto importante a destacar, referente a imprensa opositoras que também possibilitaram imensamente uma imagem heroica e exaltadora do movimento com os viés dos meios de comunicação, foram as mídias que existiam, a exemplo de alguns jornais da época como *O Jornal*, *Correio da Manhã* e *A noite* que se autodeclaravam (abertamente) contrários ao Governo de Arthur Bernardes.

Nessa perspectiva, os espaços jornalísticos foram favoráveis ao movimento revolucionário, onde se acentuavam participações constantes em publicações, ou seja, matérias de apoio às causas

dos revolucionários da marcha. O principal responsável por ajudar a construir a imagem heroica, de Luiz Carlos Prestes que outrora assimilava-se a própria imagem da coluna, foi o jornalista e empresário (motivo capaz de dar margem para essa possibilidade) Assis Chateaubriand.

Esse jornalista foi um grande entusiasta da marcha, mas principalmente, por ser opositor ao Presidente Bernardes. Além de ser uma figura muito influente nas questões jornalísticas, será responsável por conseguir positivamente um desenvolvimento na construção de uma imagem positiva, inversa à postulada pela imprensa oficial governista, que era um exemplo de degradação a imagem da Coluna, consistindo até na comparação ao Cangaceiro. Em contraponto, *O Jornal*, o principal apoiador da marcha, liderado por Chateaubriand, responderam as acusações numa publicação e, sobre isso, Júlia Matos afirma com clareza que

*O ministro da Justiça, que tanto se preocupa em censurar, não devia permitir a ignomínia dessa comparação. Lampião é bandido, um salteador vulgar, um miserável que assassina para roubar, um degenerado que se fez cangaceiro a fim de dilapidar os bens e tirar a vida de seus semelhantes. O capitão Prestes é um revolucionário, e, enquanto não for julgado por um juiz civil ou um conselho de guerra, faz parte do Exército brasileiro. O raid do capitão Prestes valerá pela tenacidade e pelo arrojo do soldado-menino de 26 anos, bravo, ardente, pugnaz, como decerto o Brasil não tinha visto nada comparável. (CHATEAUBRIAND apud MATOS, 2004, p.187)*

Dá-se justamente, a estas perspectivas das disputas pelas narrativas postulantes agregam valores de tamanha importância, que é necessário tomarmos cuidado, pois as maneiras que a discussão desenvolvida, principalmente na dimensão do Ensino Básico, devem ser consideradas aos detalhes dos interesses de como são formulados os ideais da narrativa sob a Coluna Prestes.

Além do mais, os conflitos a respeito da imagem do movimento e de seus representantes, começam a ter um processo idealização sobre a imagem, podendo afetar diretamente a concepção de consciência histórica. Nesse sentido, Jorn Rösen afirma com veemência que

*A consciência histórica abre o leque de questões tanto acerca de um passado desafiador quanto sobre uma perspectiva de futuro, afirmativa ou crítica. Essa consciência se enraíza no presente e é portadora de experiências de sua própria evolução temporal, ao pôr questões ao passado e a nutrir expectativas para o futuro. (RUSEN, 2020, p.18)*

Quando são estendidas as abordagens como tais problemáticas no processo de Educação, nas vias do Ensino Básico, faz necessário compreender as disputas sobre as narrativas e, efetivamente, proporcionar aos estudantes um momento de reflexão sobre as diversas interpretações da imagem da Coluna Prestes, podendo portanto que os mediadores do conhecimento, os professores, dentro da rede de Ensino em História, estabeleçam medidas pedagógicas na didática de história para proporcionar uma melhor aprendizagem, dando condições para o despertar do entusiasmo de consciência histórica.

É importante perguntar-se a quem são as pessoas que serão os beneficiários sobre essa imagem? quem ganha com a definição da imagem da coluna? Quais são os vieses políticos que a imagem do movimento assume? É necessário compreender quem são as pessoas que vão ser beneficiar com a definição da imagem do movimento, principalmente quando ela assume



característica políticas, pois a existência de duas vertentes que vão constantemente serão disputadas narrativamente, por uma lado, é de interesse do governo a repressão da marcha revolucionária, mas sobretudo a derrubada moralista, o movimento toma características mais social, com propostas de rompimento da ordem estrutural da República Velha, assim como a Margarida de Sousa Neves, ressalta-nos e um governo de “improvisado”, pois consistiam nas permanências de diversas estruturais sócias e políticas do Brasil Império<sup>11</sup>.

Nesse ínterim, compreendida essas contextualizações, ressalta-se que isso é não vinculado apenas a vanguarda governista. Esses jornais que eram considerados apoiadores do movimento, também possuíam interessantes próprios anexados a cada momento de defesa, e principalmente, nas relações de dispersões e da construção da imagem positiva da Coluna Prestes, que posteriormente serão utilizadas de modo vário pelo O jornal, com objetivos políticos veiculado em diversas propagandas e reportagens, como as declarações da campanha da Aliança Liberal, muito importantes nas eleições em 1929.

Portando, no momento que a imagem é apropriada de uma discussão tanto de oposição ao governo quanto nas oligarquias e vanguardas governistas, posteriormente, difundindo o herói ou distorcendo os valores que o movimento estava abordando ou reivindicando, como as mudanças nas estruturas sociais da antiga República Velha, logo, é possível conciliar as relações de conflitos sobre a narrativa da imagem do movimento, onde é “essa predileção atual dos pesquisadores pelos conflitos e disputas em detrimento dos fatores de continuidade e de estabilidade deve ser relacionada com as verdadeiras batalhas da memória” (POLLACK, 1989, p.4), e essas diversidades de proporções e concepções surgem desde os aspectos sociais até o caráter político, portanto, há uma cultura de apropriação da imagem, mas sobretudo da memória, e principalmente, a distorção da mesma.

Por fim, ao analisarmos as construções e desconstruções que foram incansavelmente disputadas, também podemos assentar que as discussões a respeito da imagem que obtiveram inúmeras proporções como sendo portadoras dos motivos que levam a hostilidade de repressões morais na narrativa histórica, bem como a apropriação, e com os agentes de ambas as partes que estabeleceram uma diversidade de rotulagens, de ora como vileza, ou seja, vilões fortemente divulgados e distorcidos pela imprensa governista, e outrora a imprensa de opositores formularam uma construção constante de uma melhor imagem do movimento, dando-a um caráter positivo, principalmente, a difusão de movimento como heroico.

Assim, no contexto do processo de Ensino Básico, é necessário um espaço para proporcionar discussões a respeito dos conflitos sobre a narrativa da imagem, podendo desenvolver uma consciência história, e uma melhor interpretação com as dicotomia da imagem Coluna Prestes possibilitando uma aprendizagem mais adequada e a construção cognitiva.

11. NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o Século XX. In: **O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)**. Org. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 12- 40.



## Coluna Prestes: mito da ineficácia de impactos no contexto da década de 1920

A Coluna Prestes produziu profundos impactos na realidade do Brasil e de formação republicana, onde se analisa a necessidade a desconstrução da mítica de uma tendência metodológica de enxerga-la na dimensão de ineficácia.

Nesse sentido, assim como Murilo de Carvalho se propôs a desmitificar o mito de um povo bestializado durante a consolidação republicana e Ângela de Castro Gomes se propôs a desmascarar a realidade por trás da mítica do populismo<sup>12</sup>, esse trabalho se propõe a arrancar a máscara de Sísifo da realidade da Coluna Prestes, esclarecendo seus impactos na realidade republicana e como isso deve ser devidamente abordado do ponto de vista pedagógico.

As mitologias sociais, como bem evidencia Emília Viotti da Costa, são narrativas construídas e veiculadas ao corpo conceitual das dinâmicas sociais que materializam uma “noção de verdade” dentro da dialética do conhecimento, havendo dicotomias entre a realidade e o mito em si<sup>13</sup>. O mito, até dado momento, se comporta como uma verdade ou ao menos como uma ideia problematizada dentro da construção epistemológica sobre a verdade.

A palavra mito vem do grego *mythos*, no qual, designa uma “narrativa fantasiosa”, algo que não condiz com a verdade imediata, ou seja, uma narrativa que mascara a verdade. Há exemplo de mitologias sociais, ao exemplo do mito da democracia racial, desconstruído por Florestan Fernandes. Havia narrativas de que os africanos durante a escravidão, construíram relações harmoniosas com os escravocratas através das miscigenações, onde essa era o melhor caminho para uma evolução social dos africanos dentro do contexto de consolidação social e de disputas no início da República (claro que construída dentro do contexto das teorias racistas evidenciadas em meados do século XIX e no início do século XX).

Assim sendo, cientistas importantes dentro das ciências sociais como Gilberto Freyre (1900 – 1987) defendiam essa tese e consolidavam esse “mito de democracia racial”. Em contraponto, Fernandes argumentava que as teses eram infundadas, pois, como haveria harmonia nas relações sociais e de poder, se havia tamanhas discrepâncias nos teatros sociais e nos poderes civis controlados pela etnia branca, ocupante da maior parte da vida pública? Era a desconstrução do mito tão efetivo no início do século XX, e ainda sobre isso, Florestan Fernandes afirmou com clareza que

*[...] a democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça. Por isso, a luta de classes, para o negro, deve caminhar juntamente com a luta racial propriamente dita. (FERNANDES, 1965, p. 24).*

12. Essas mitologias sociais ainda são reproduzidas nas dinâmicas escolares, retratando um Estado totalizante, fora da esfera popular, inegociável às classes populares, que seria acessado por certas classes e sujeitos, demonstrando a inércia do povo no teatro social de lutas civis. Quando Ângela de Castro escreveu *O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito* (1996) para a Revista Tempo desconstruiu o “mito do triunfo do líder maquiavélico”, capaz de anestesiá-los os movimentos dos sujeitos e suas angústias sociais, e ainda domesticá-lo por práticas clientelísticas. Murilo de Carvalho escreveu em 1987, *Os Bestializados* para a Companhia das Letras, se propondo a derrubada do “mito de um povo bestializado”, que assistia “inerte” a formação republicana pelas classes dirigentes sem produzir causa-efeito nela, sendo um sujeito invisível na formação da República, um “bestializado”.

13. “Os mitos sociais, como sabemos, são constantemente criados e destruídos. São uma parte integrante da realidade social e não devem ser vistos meramente como um epifenômeno. Na vida diária, mito e realidade estão inextricavelmente interrelacionados.” (COSTA, 1999, p. 367).

A verdade de uma geração é o mito da seguinte, ou seja, o mito de ineficácia da Coluna Prestes se efetivou como uma “dada verdade” no tempo, tal como o “mito dos bestializados”, “o mito da descoberta do Brasil”, “o mito do populismo”, que funcionaram bem ao contexto de suas épocas, mas já não cabem mais ao nosso presente, já não responde mais as problemáticas levantadas pelo olhar historiográfico do presente, tendo em vista, os diversos estudos correlatos sobre as participações populares em lutas civis e em negociações políticas no início da República brasileira, as lutas sindicais no contexto de governos populares como os de Getúlio Vargas e, mais importante, os estudos que evidenciam os impactos da Coluna Prestes no Brasil.

Nesse contexto, a mitologia de ineficácia sobre a Coluna Prestes deve ser desconstruída, pois o mito substancia um caráter alegórico sobre a efetividade da marcha tenentista, onde se comportaria como um “Sísifo” na formação republicana do Brasil. O “mito sisifiano” cunhado à imagem da marcha, se consolidou dentro de três paradigmas: *o mito de não efetividade, o mito como alegoria da verdade e o mito para uma função pedagógica.*

A primeira tese é o mito de não efetividade da Coluna. Analisando essa perspectiva, o mito da ineficácia se deu numa não efetividade imediata da Coluna Prestes, onde enxerga-se a deposição de Arthur Bernardes como fundamento essencial do sucesso daquele movimento, ou seja, a efetividade do movimento estaria diretamente ligada a ideia de poder, o impacto efetivo estaria tomada do poder, efeito não produzido de fato pelo movimento.

Em contraponto, a efetividade ou não do movimento estaria na tomada efetiva do poder pelo movimento? E as lutas dentro do teatro social? E as suas significativas vitórias contra o Estado oligárquico? E a tentativa de enfrentamento as construções por forças de pressão à posteriori? E a Constituição de 1945 que conseguiu diversos avanços correlatos aos direitos humanos e civis, não estariam efetivando algum impacto?

A efetividade de uma tomada do poder não pode limitar a abordagem historiográfica sobre os impactos de um movimento social, tampouco reduzi-la a ineficácia. Anthony Oberschall retomado por Maria da Glória Gohn afirma com clareza que

*A partir de uma abordagem eminentemente sociológica, analisa a organização social da sociedade como resultado de adaptações às inovações tecnológicas, forças econômicas e mudanças populacionais; estuda ainda os esforços coletivos propositivos para formar ou alterar as instituições existentes em função das necessidades e aspirações humanas, concluindo que as reformas são realizadas devido às pressões dos movimentos sociais. Mesmo quando um movimento social não obtém sucesso imediato, seus ideais e metas são adotados mais tarde. (OBERSCHALL apud GOHN, 1997, p. 61).*

Ou seja, mesmo que a Coluna Prestes fracassou em efetivar muitas de suas angústias sociais durante a marcha, a posteriori muitos dos sujeitos ingressaram na administração pública do Brasil, e até na atuação política do Brasil. Um exemplo claro disso, foi a efetiva eleição de diversos políticos ligados a essas lutas civis e sua efetiva pressão para elaboração de uma carta magna mais avançada que anteriores no campo dos direitos humanos na Constituinte em 1945<sup>14</sup>.

Outro ponto, e bem mais fundamental nessa questão, são impactos de imediato ocasionados pela Coluna que são evidenciados pelo teórico Mateus Fernandez Xavier. Nos seus estudos, ele

levanta os impactos internacionais da Coluna nas relações diplomáticas do Brasil e no controle de informações, onde afirma que

*[...] o MRE atuou de forma incisiva, junto aos países em que as informações consideradas perniciosas eram propaladas, desmentindo tais notícias e chegando a solicitar maior controle por parte dos governos dessas nações sobre os jornais que publicavam essas matérias. (XAVIER, 2014, p.32).*

Ainda nesse ponto, como um movimento que não produziu causa-efeito e nem temor na República, que é caracterizada como uma “marcha de Sísifo”, pode causar impactos nas relações internacionais do Brasil na região platina? Os estudos de Mateus Fernandes Xavier produzem evidências sobre o controle de informações, havendo choque de informações no estrangeiro e na imagem internacional que o Brasil queria espelhar pelas fontes oficiais, chegando a fatídica notícia da extinção da Coluna em julho de 1925 por uma derrota infligida pelo Major Klinger nos sertões de Goiás<sup>15</sup>.

Por fim, um ponto interessante é o impacto na política internacional do Brasil, ou seja, nas relações diplomáticas do Brasil durante o conflito na região platina. Sobre isso, nota-se que a imagem que o governo tentava espelhar do Brasil não condizia com a verdade, chegando a descrença das fontes oficiais. Vê-se também um profundo interesse de algumas diplomacias, como a estadunidense, interessadas em um separatismo da unidade política brasileira<sup>16</sup>.

Com isso, houve também interferências diplomáticas de países europeus durante a Revolta Paulista de 1924, ou seja, quando se produziu as primeiras movimentações dos sujeitos da Coluna, onde diversas diplomacias europeias lutaram pelos seus conterrâneos (no caso, os imigrantes) que foram assolados pela guerra civil que efetuar-se na cidade de São Paulo<sup>17</sup>.

Em síntese, os impactos da Coluna abrangem o nacional e o internacional, o teórico menciona sobre relações de Brasil e Argentina terem se acirrados por conta da imprensa nacional argentina, o autor efetua estudos também no campo de brigas diplomáticas entre nações europeias para defesa de imigrante no Brasil, principalmente, correlata à indenização pelos empréstimos e confiscos de tropas do governo para luta armada contra a Coluna Prestes.

A segunda tese é o mito como uma alegoria da verdade, ou seja, que seria produzida uma máscara produzida para confundir a realidade, como uma imagem distorcida da realidade (como um

14. “A combativa bancada [...] na Constituinte, tendo Prestes à frente, jogou importante papel na conquista de avanços no campo dos direitos humanos, dos direitos sociais e do direito de greve, [...]” (CARRION, 2014, p. 23).

15. “Exemplos desses fatos e da guerra de informações entre o MRE e os jornais estrangeiros são encontrados em telegrama da Secretaria de Estado para a Embaixada do Brasil em Buenos Aires, de julho de 1925: ‘São inteiramente inexatas notícias aí publicadas sobre pretendidas vantagens obtidas pelos revolucionários na fuga pelos sertões de Goiás. Os bandos comandados por Prestes e Miguel Costa perderam toda eficiência tendo já sofrido vários reveses infligidos pela Coluna governista comandada pelo major Klinger. O governo considera extinta a revolução e desnecessárias novas operações militares, bastando medidas de polícia para acabar de dispersar os grupos que abandonaram Mato Grosso e continuam fugindo pelas zonas despovoadas de Goiás.’ (Pacheco a Toledo, tel. nº. 98, Buenos Aires, 17 de julho, 1925, AHI 208/03/01). É verdade que Bertoldo Klinger impôs sérias adversidades aos rebeldes em sua perseguição, mas afirmar que o governo considerava ‘extinta a revolução’ era subestimar os rebeldes ou querer passar às missões brasileiras no exterior falsa impressão do que ocorria de fato, no interior do país.” (XAVIER, 2014, p. 31).

16. “Pelos telegramas que chegaram à Secretaria de Estado, poder-se-ia imaginar que o embaixador norte-americano, Edwin Morgan, fosse analista comedido em relação às agitações internas do Brasil. [...]Meses antes, quando rebeldes tomaram conta de vários quartéis gaúchos, o embaixador norte-americano torceu para que eles separassem essa unidade da federação do restante do país. Segundo o embaixador norte-americano, o surgimento de uma nação na região do Rio Grande do Sul seria benéfico aos interesses econômicos dos Estados Unidos e à região do Cone Sul. Independentemente, os gaúchos constituiriam um país com menos problemas econômicos e sociais que o restante do Brasil e de composição étnica mais próxima da europeia. Para Morgan, o ideal seria o surgimento de uma República que abrangesse os territórios do Rio Grande do Sul e do Uruguai. Em relatório enviado ao Departamento de Estado, o embaixador norte-americano escreveu que a principal vantagem de uma nação nesses moldes seria que “a rivalidade insensata e ciumenta entre Argentina e Brasil seria diminuída”<sup>68</sup>, garantindo a paz no Cone Sul e resguardando os interesses econômicos dos EUA sobre a região.” (XAVIER, 2014, p. 38-39).

falsificador de quadros) constituída dentro do teatro das classes dominantes (as oligarquias) para inverter a perspectiva de impacto de um movimento que questiona as raízes profundas das desigualdades sociais. Essa tese se embasa, principalmente, pelo contexto da época, onde as classes dominantes que se aliaram a Vargas e distorceram os movimentos questionadores da ordem civil, elencando a Vargas, o prestígio social da Revolução de 1930, numa tentativa de efetivar na sua figura, a alegoria revolucionária e o estágio final da revolução.

A terceira tese é que finaliza essa construção. O mito assume uma *função pedagógica*<sup>18</sup>, quando ele assume um caminho e um fim pedagógico. De certo modo, é enxergada uma “verdade” que espelha o mundo real ou como esse mundo se materializa nos discursos historiográficos, se constitui sombras que imitam tão bem a realidade que acaba por mascarar a luz do fato real. Dessa forma, a narrativa de um tempo tornar-se o mito numa realidade futura, já que as mentalidades são imprecisas para um cálculo preciso<sup>19</sup>.

Desse modo, a ineficácia da Coluna Prestes foi uma produção de múltiplas narrativas afim de consolidar uma mitologia social, afim de apagar os seus impactos e adestrar historicamente, a história das lutas civis e seus impactos, para que se fosse internalizado apenas a Revolução de 1930 como parâmetro para efetivação da derrubada da tirania oligárquica, e o seu principal agente, Getúlio Vargas. Elencado a isso, têm-se que seu principal nome, Luís Carlos Prestes e muitos sujeitos, entraram em partidos comunistas, marginalizados até hoje<sup>20</sup>.

Ainda na terceira tese, o mito social têm como finalidade a de um anestésico histórico aos diversos sujeitos que foram silenciados pelos discursos de ordem oligárquica, afim de se obter a manutenção da ordem interna, e de certa forma, por muito se acreditou que a população, que sujeitos da camada média urbana, sem a “pompa social da época” não produziram efeitos na formação republicana, por isso se silenciou as vozes desses sujeitos, e até a Coluna Prestes silenciou dentro do movimento, mulheres e outros sujeitos, tão importantes para lutas civis.

Esse anestésico histórico ainda é aplicado. É preciso que a historiografia se produza no descontínuo, e então, passe por intensa reformulação metodológica e sofra as devidas metamorfoses conceituais, levantando novos paradigmas, e isso deve ser uma abordagem para dentro de sala, afim de que se fomente uma consciência histórica de mundo.

17. “À época, São Paulo tinha grande percentual de imigrantes europeus em sua população, por isso houve elevado número de vítimas de nacionalidade estrangeira. Em treze de julho de 1924, os representantes diplomáticos acreditados nessa cidade reuniram-se com o objetivo de discutir a melhor maneira de protestar contra os bombardeios que estavam prejudicando os interesses comerciais de seus países e matando grande número de seus compatriotas. A quantidade de países presentes refletiu a importância do encontro: do corpo diplomático da cidade, representantes de Itália, Portugal, Chile, Peru, Argentina, Uruguai, Suécia, Dinamarca, França, Bélgica, Estados Unidos, Japão, Espanha, Noruega, Suíça, Alemanha e Inglaterra participaram da reunião. [...] Faziam parte desse grupo os representantes da Grã-Bretanha, John Tilley, da França, Alexandre Conty, da Itália, Pietro Badoglio, de Portugal, Duarte Leite e da Bélgica, barão de Falon. Os cinco membros do corpo diplomático solicitaram que as facilidades de comunicações com seus cônsules, em São Paulo, fossem restabelecidas e que, em caso de bombardeio, a população civil fosse avisada com antecedência, a fim de poder escapar da zona de conflito. O presidente Bernardes prometeu fazer o possível para atender às demandas dos representantes estrangeiros e reiterou sua confiança na restauração da ordem na capital paulista.” (XAVIER, 2014, p. 33).

18. Em uma nota de rodapé na página 35, Francisco de Assis de Sousa Nascimento afirma com clareza que “O Mito possui uma função pedagógica, educativa que promover um processo de aprendizagem de como deve ser a vida em sociedade, a partir de crenças no imaginário, do misterioso, no desconhecido que passa a ser apropriado culturalmente e em quais quer circunstâncias. A função do mito, portanto, é ensinar a pessoa humana a agir melhor, com coerência e virtude.” (NASCIMENTO, 2018, p. 35).

19. “Retomando a palavra de Ernest Labrousse: ‘o social é mais lento que o econômico e o mental mais ainda do que o social?’.” (LABROUSSE apud LE GOFF, 1995, p. 69).

20. “[...] o fato de Prestes ter-se tornado comunista em 1930, ter incitado a Intentona Comunista em 1935 e ter-se transformado em inimigo do regime getulista contribuiu para que tudo vinculado ao seu nome fosse relegado a segundo plano na história do Brasil. Mesmo após a queda de Vargas, o contexto de Guerra Fria da segunda metade do século XX foi outro empecilho para a desideologização da história nacional.” (XAVIER, 2014, p. 25).

Os currículos e livros didáticos se reformularam bastante, existem capítulos especiais sobre africanos, nativos e outros sujeitos que agora dividem as galerias historiográficas com europeus, o que antes era inconcebível. No entanto, ainda muito têm o que se fazer pelo currículo de História do Brasil, é essencial demonstrar aos estudantes que eles são protagonistas do seu contexto histórico e, assim, associá-los a ideia do poder e as lutas do presente.

Há inúmeras abordagens metodológicas sobre o assunto. Num primeiro tópico mostrou-se o silêncio quanto aos sujeitos, e assim, é preciso demonstrar dentro de sala que é preciso que o eu-histórico do estudante seja compreendido por ele próprio, é preciso aproximá-lo das lutas e debates históricos, é preciso que se entenda sua importância no teatro de lutas sociais, assim despertando as influências do passado no contexto do presente e problematizar o “eu” no tempo.

É necessário acender no estudante essas “centelhas de esperança”, ora, se uma Coluna composta pela baixa oficialidade e camadas médias urbanas, se diversos sujeitos ousaram contestar a tirania oligárquica naquele contexto histórico, o que impede esse estudante de reivindicar suas angústias sociais?

Sobre isso, Walter Benjamin afirma com veemência que “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.” (BENJAMIN, 1994, p.224).

Para isso, é preciso desmitificar a Teoria de Sísifo que há sobre movimentos sociais no Brasil, principalmente, na Coluna Prestes. Não há tantos trabalhos historiográficos para essa tentativa, uma grande parcela deles tende a heroificar ou torna-lo vilão, sendo que dentro do Ensino de História do Brasil é preciso de uma dialética do conhecimento<sup>21</sup> para um embate epistemológico dentro das mentalidades estudantis.

O professor de História não pode trazer um Sísifo ao aluno, que rola pedras em vão, que mudanças não ocorrem nas lutas de classes, que há inutilidade nas lutas civis, essas classes exercem pressão no Estado, exercem força sobre a atuação pública. Para isso, o professor pode se recorrer há uma indagação levantada pela historiadora Ângela de Castro Gomes trazida num trabalho de Antônio Luigi Negro, onde afirma que

*No Encontro Nacional da Associação Nacional de História (ANPUH) de 2003, nos debates em seguida às palestras, Ângela de Castro Gomes, em réplica a um dos presentes (que chamara o sindicalismo peronista de pelego), perguntou: Se os escravos faziam o diabo, por que não os trabalhadores? Com essa interrogação, Ângela de Castro Gomes se referiu ao avançado estágio dos estudos em história social que, para resumir, de coisificaram o lugar dos negros e dos escravos na história do Brasil. Esses estudos mostraram que o paternalismo senhorial – no campo ou na cidade, no privado ou na esfera pública, na casa-grande ou na lavoura, no sobrado ou nas ruas – podia ser negociado e carcomido. Mostraram, em segundo lugar, que isso podia acontecer tanto no cotidiano ordinário quanto desafiado em excepcionais lances de envergadura e ousadia (os quais eram urdidos durante o dia-a-dia de pessoas comuns). (GOMES apud NEGRO, 2004, p. 13-14).*

21. “Dialética era, na Grécia antiga, a arte do diálogo. Aos poucos, passou a ser a arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão.” (KONDER, 2008, p. 7).



Ora se até na escravidão, os sujeitos *endiabravam* o teatro de lutas civis mesmo com a legalização dessa prática, mesmo com a defesa do escravocrata, por que não uma tal Coluna Prestes que saiu invicta por todo o país, desafiando a ordem da tirania oligárquica? Nessa problemática, o professor pode acentuar e problematizar o protagonismo juvenil, trabalhar em conjunto com outros professores e pedagogos para se criar maneiras de atuação política.

Há alguns trabalhos que demonstram uma abordagem pedagógica da Coluna Prestes dentro do contexto do Ensino de História do Brasil. Um deles, é o trabalho de Elídio Sérgio Budziacki, que fala sobre as pluralidades de abordagem dentro de sala, da importância da Coluna Prestes, no qual, se deve contextualizar por meio da Geografia, da Literatura, dos grupos de estudos, enfim, por diversas formas de atuação. Em síntese, é preciso a constituição e compreensão de micro histórias para a constituição de uma macro história política<sup>22</sup>, é preciso entrar na dinâmica do micro, de como os sujeitos se comportam diante o seu contexto, de como suas angústias fizeram com que problematisassem o seu presente, o seu eu-histórico. Sobre tal conceito, Budziacki afirma que

*O trabalho com a história local pode produzir a inserção do aluno na comunidade da qual faz parte, criar sua própria historicidade e identidade, ajudando a gerar atitudes investigativas, criadas com base no cotidiano do aluno, além de ajudá-lo a refletir acerca da realidade local. (BUDZIACKI, 2006, p. 4)*

Portanto, repensando o mito da ineficácia e evidenciando as dicotomias sobre a narrativa da Coluna Prestes, onde se cria um protagonismo juvenil, um contexto para consciência histórica da ideia de atuação histórica em nossos jovens, demonstrando que as lutas civis são muito importantes e que o presente é também de lutas históricas, e muitas vezes, são negligenciados os seus sujeitos e suas narrativas, por exemplo, movimentos estudantis contra o aumento de tarifas abusivas do transporte coletivo, greves de caminhoneiros, o MST (muito criticado por camadas sociais do Brasil), entre outros.

Conclui-se que o Ensino de História do Brasil e a tese de desmitificação da ineficácia da Coluna Prestes é importante para compreensão do presente<sup>23</sup>, sendo contextualizado uma consciência de protagonismo no presente, de modo que, os estudantes compreendam sua atuação como protagonistas no teatro da História.

## Conclusão

Desse modo, o papel de evidenciação dos sujeitos no presente trabalho mostra as pluralidades e distorções nos personagens da Coluna e da atuação política no contexto de 1920 e à posteriori, uma outra forma de análise é o de reparo historiográfico às injustiças do tempo e dos historiógrafos que escreveram a Coluna Prestes à luz de Luís Carlos Prestes, que foi de suma importância, no

22. "O estudo da localidade ou da história regional contribui para uma compreensão múltipla da História, pelo menos em dois sentidos: na possibilidade de se ver mais de um eixo histórico na história local e na possibilidade da análise de micro-histórias, pertencentes a alguma história que as englobe e, ao mesmo tempo, reconheça suas particularidades." (SCHMIDT, 2004, p.113).

23. A BNCC aborda que "Por todas as razões apresentadas, espera-se que o conhecimento histórico seja tratado como uma forma de pensar, entre várias; uma forma de indagar sobre as coisas do passado e do presente, de construir explicações, desvendar significados, compor e decompor interpretações, em movimento contínuo ao longo do tempo e do espaço. Enfim, trata-se de transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e as sociedades em que se vive." (BRASIL, 2018, p. 401)



entanto, a Coluna se limita ao seu sujeito? O contexto de mudanças e impactos só se limita a sua figura? O movimento é apenas uma alegoria de sua pessoa?

Nessa perspectiva, outro ponto crucial é que alunas se enxerguem na história e na própria luta civil. Demonstrar que elas lutaram durante muito tempo no teatro de lutas civis, traz a pluralidade e a ideia de união por uma causa comum. Hoje, as mulheres são maioria no contexto de população no Brasil, mas sua participação em cargos políticos, está bem abaixo para esse contingente e, deve-se ao fato de que, por muito tempo, foram negligenciadas na História. Assim, à luz do presente, enxergando-se as lutas femininas dentro da História do Brasil na marcha da Coluna pode transcorrer mudanças futuras na ocupação de cargos públicos.

Outro fator essencial a compreensão final é o entendimento das dicotomias de narrativas e as disputas pela imagem da Coluna e, por quais “maquiagens históricas” esse movimento passou, se adequando aos mais variados contextos. A Coluna em si, ocasionou na época impactos tão grandes que até mesmo o conceito de vilão ou heroico confundiu-se na época, e isso se demonstra ao presente, que muitos vilões caracterizados em discursos de nossa época talvez não tenham toda a vileza, e nem os diversos heróis construídos são de fatos tão heroicos, desse modo, traz-se a perspectiva de um diálogo sobre essas construções.

Nesse contexto, desmitificar a ideia dos heróis e inimigos do Estado é essencial, onde se entende que o presente está também sobre o cunho dessas dicotomias acerca de vilão e herói, a exemplo da época, o cangaço tão inimigo do Estado, acabou por aliar-se nos combates contra a Coluna Prestes<sup>24</sup>, ou seja, há uma construção desses conceitos para cada situação histórica.

Em suma, o contexto da Coluna Invicta dentro de sala é importante para essas compreensões, para desmitificação de ineficácia das classes civis, para desconstrução de narrativas, para o entendimento de que o estudante é protagonista de seu tempo e de sua história, que exerce força de pressão, que produz efeitos dentro de seu tempo e na dinâmica de poder.

## Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. São Paulo: brasiliense, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BUDZIACKI, Elídio Sérgio. **A Coluna Prestes**: desafios e resultados. Revista Dia a Dia Educação, Curitiba, 2006.

24. “Como relata Moreira Lima, secretário da Coluna, em seu livro ‘A Coluna Prestes: Marchas e Combates’: ‘foram assinaladas duas forças inimigas que se aproximavam, vindas de pontos diversos. Uma constituída por um batalhão da polícia paulista, comandada pelo major Arthur de Almeida, avançava de leste; e outra, formada pelos jagunços de Horácio Matos, procedia do norte. Prestes resolveu jogá-las uma contra a outra como fizera com Paim e Claudino, em Maria Preta, e com os cangaceiros de Franklin e Volnei e a polícia baiana nas proximidades de Brejinho. Para isso, mandou levantar acampamento pela meia-noite, deixando alguns homens encarregados de provocar esse encontro, e marchou em direção ao lugar de Santa Rita. Os inimigos satisfizeram a sua vontade, empenhando-se em encarniçado combate, que durou desde a madrugada até as oito horas da manhã de 2, tendo perdido uns duzentos homens’.” (LIMA apud CARRION, 2014, p. 12).

- CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- CARRION, Raul. **Coluna Prestes: 90 anos**. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014.
- CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, Maria Meire. **Mulheres na Marcha da Coluna Prestes: Histórias que não nos contara**, OPSIS, Catalão, v. 15, n. 2, p. 356-369, 2015.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 7ª ed. São Paulo: Unesp, 1999.
- ESCLARÍN, Antônio Perez. **Educar valores e o valor de educar: parábolas**. São Paulo: Paulus, 2002.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Nacional, 1965.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GOMES, Angela de Castro. **O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito**. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 31-58.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Braziliense, 2008.
- LE GOFF, Jacques. As mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- MATOS, Júlia. **A inversão da Imagem da Coluna Prestes na imprensa: De revoltosos para heróis**. PUCRS, 2004, p.184-192.
- NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. **Narrativas culturais dos sertões: Atuação dos intelectuais na construção de narrativas historiográficas piauienses na emergência do século XX**. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 11, n. 1, jan.-jul., 2018, p. 25-41.
- NEGRO, Antônio Luigi. **Paternalismo, populismo e história social**. Cad. AEL, v.11, n.20/21, 2004.
- NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o Século XX. In: **O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)**. Org. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 12- 40.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história, a problemática dos lugares**. São Paulo: departamento de História, PUC, 1993.
- POLLACK, Michael. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. **Uma epopeia brasileira: a coluna prestes**. São Paulo: Moderna, 1995.

RUSEN, Jorn. **Consciência Histórica como tema da didática da História**. Revista Méti: História e Cultura, v. 19, n. 38, 2020.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004

SOUZA, Rafael Policeno de. **A Coluna Prestes: uma abordagem necessária**. Revista Historiador, nº 03, ano 03, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador>>. Acesso em 19 nov. 2021.

VEYNE, Paul. Teorias, tipos, conceitos. In: \_\_\_\_\_. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: UnB, 1998. p. 97-115.

XAVIER, Mateus Fernandez. A Coluna Prestes e seus impactos nas relações internacionais do Brasil. Revista Crítica Histórica, Maceió, Ano V, nº 9, julho/2014. Acesso em 18 nov. 2021.

---

# Panorama da aerostação no exército brasileiro: Da teoria à tentativa da prática (1905-1908)

Bruno de Melo Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo visa tecer algumas considerações sobre o projeto de desenvolvimento da aerostação militar no Exército Brasileiro. Delimitados para melhor conduzir nossa reflexão o período entre os anos de 1905 e 1908, datas que demarcam, respectivamente, a reformulação dos institutos de ensino militares e o falecimento do Tenente Juventino da Fonseca em um acidente de balão em Realengo. Neste lapso de tempo, o estudo do emprego do balonismo na arte da guerra foi agregado nas Escolas de Artilharia e Engenharia e de Estado-Maior, que compreendia um conjunto de conteúdos teóricos sobre balonismo, enquanto o componente pragmático começaria a ser executado no processo de constituição do Parque Aerostático do Realengo. Constituímos como corpus documental os expedientes do Ministério da Guerra constantes do Diário Oficial da União, o Decreto n. 5698, de 2 de outubro de 1905 e notícias provenientes do Jornal do Brasil e o Século, cotejadas com instruções militares do Exército Francês.

**Palavras-chave:** Parque Aerostático do Realengo; Aerostação militar; Exército Brasileiro; Juventino da Fonseca; Modernização

**Abstract:** This article aims to make some considerations about the project of development of military aerostation in the Brazilian Army. Delimited to better conduct our reflection the period between the years 1905 and 1908, dates that demarcate, respectively, the reformulation of military educational institutes and the death of Lieutenant Juventino da Fonseca in a balloon accident in Realengo. In this time, the study of the use of ballooning in the art of war was aggregated in the Schools of Artillery and Engineering and General Staff, which comprised a set of theoretical contents on ballooning, while the pragmatic component would begin to be executed in the process of constitution of the Aerostatic Park of Realengo. We constituted as documentary corpus the files of the Ministry of War contained in the Official Gazette of the Union, Decree n. 5698, of October 2, 1905 and news from the Journal of Brazil and the Century, collated with military instructions from the French Army.

**Keywords:** Realengo Aerostatic Park; Military Aerostation; Brazilian Army; Juventino da Fonseca; Modernization

1. Universidade da Força Aérea (UNIFA), Rio de Janeiro, [campeator@yahoo.com.br](mailto:campeator@yahoo.com.br)

## Introdução

O Brasil que emergia no alvorecer do século XX apresentava fragilidades em seus mecanismos ligados diretamente à autodefesa, preservação da soberania e manutenção das ordens social e política. Em suma, suas Forças Armadas tinham diante de si um desafio que implicava uma transformação rápida e pujante, pois a arte da guerra havia se transformado radicalmente desde a Guerra de Secessão e a Guerra Franco-Prussiana. Tal mudança ocorreu não só no que tange ao desenvolvimento de novas armamentos, mas também à técnica, à doutrina e ao planejamento estratégico. Por exemplo, o emprego de balões, como lembra Murilo Santos, ainda que não tendo a versatilidade dos aeroplanos, permitiu aos estrategistas as possibilidades de uso do espaço aéreo para fins militares. A Europa e os Estados Unidos caminhavam a passos largos na modernização de suas instituições militares.

No cenário sul-americano, as potenciais ameaças também se movimentavam. A Argentina, país vizinho do Brasil mais estável política e economicamente, iniciara seu processo de reaparelhamento das suas Forças Armadas em fins do século XIX, elegendo o modelo alemão como opção modernizadora. “Admirador da Macht Politik bismarkiana”, lembra Clodoaldo Bueno, Estanisláo Zeballos, Ministro Argentino das Relações Exteriores, “sustentou a campanha em prol de uma corrida armamentista de seu país com o Brasil” (BUENO, 2003, p. 254). Neste cenário, havia grande preocupação do governo brasileiro com o rearmamento naval e as pretensões da Argentina sobre a região platina (CERVO, BUENO, 2002, p. 181). Além disso, em 1907, ocorreu diante de Rafael Manuel Aguirre, Ministro da Guerra argentino, a ascensão de um balão, ato que visava demonstrar a necessidade de estudos para a criação de escola de aerostação militar (EL VUELO..., 2012, p. 16).

Em linhas gerais, os estudos dedicados ao tema da modernização do Exército Brasileiro não são novas. Os trabalhos de Francisco de Paula Cidade e Jeovah Motta, exemplo de escritores militares, representam a produção oriunda das fileiras castrenses. O brasilianista Frank McCann também dedicou parte de seus trabalhos a analisar questões atinentes aos projetos modernizadores da força terrestre. Há uma ampla produção historiográfica sobre os mais diversos aspectos deste objeto, como a pesquisa de Cristiana Monteiro de Andrada Luna, Fernando da Silva Rodrigues, Mancusso, Bellintani, entre outros. Quanto a aerostação militar, no entanto, poucas linhas foram escritas. No máximo, é possível identificar breves passagens sobre as tentativas de dotar o Exército de meios aéreos mais leves que o ar, centrando-se em comentários sobre o acidente do Tenente Juventino Fernandes da Fonseca.

Deste o cenário geral, extremamente difícil para as Forças Armadas brasileiras, recortaremos um ponto específico: a preocupação com a instrução teórica e prática da aerostação militar. Assim, ganha destaque o valor do ensino militar renovado, tornando-se um componente de vital importância para a sobrevivência de uma nação. Diante deste momento tão delicado para a defesa territorial, consideramos necessário analisar uma fração das necessidades do Exército Brasileiro nestes primeiros anos da Primeira República. Circunscrevemos, portanto, o marco temporal de nosso objeto entre os anos de 1905-1908. Tal opção de delimitação cronológica se justifica por estar inserida no conjunto de esforços da força terrestre em estudar, planejar e adquirir um parque de aerostação. Desta forma, a reforma dos institutos de ensino, com a inserção de temas sobre

balonismo militar, o envio do oficial do Exército Brasileiro Juventino Fernandes da Fonseca à França e o estabelecimento de um parque aerostático em Realengo compreendem os marcos temporais de nosso presente estudo.

Quando são abordadas as temáticas relativas aos esforços para a modernização das Forças Armadas no Brasil, mais especificamente o Exército Brasileiro, pretendemos aqui tocar nos aspectos relativos a renovação das técnicas e procedimentos para atividade bélica e à substituição de material obsoleto além do incremento de meios tecnológicos mais recentes. A preocupação com o estudo, o preparo e o emprego tornara imperativo a aquisição de aeróstatos militares e da incorporação daquilo que era mais inovador em termos de arte da guerra.

## **A aerostação como conhecimento teórico**

A ascensão de balões de observação na Guerra do Paraguai não deve ser vista como algo restrito e episódico. Ainda que não possuísse unidades de balonistas militares, o Exército Brasileiro não deixou de considerar o emprego de meios aéreos no período subsequente ao grande conflito sulamericano. Apesar não termos nenhuma literatura especializada na aerostação militar, seja ela parca ou amadurecida, o que faz escassear, portanto, subsídios para nossa análise, não podemos dizer, com base em certo levantamento documental, que o projeto ou a preocupação tivesse sido totalmente abandonada. Neste tópico vamos apresentar alguns levantamentos sobre como esta nova prática militar era agregada ao horizonte de informações enquanto conteúdo curricular.

Esta preocupação implica, necessariamente, fazer menção, ainda que maneira bastante restrita, ao ensino militar. Tópico bastante tratado em linhas gerais por diversos historiadores como Boris Fausto, que aponta que a formação dos oficiais na passagem do Império para a República revelava graves limites na instrução dos conteúdos estritamente militares. A separação do ensino militar do oficialato do ensino científico acadêmico era “mais formal do que real” (HOLANDA; FAUSTO, 2006, p. 212). Tendo como pano de fundo faz concepções positivistas, a Escola Militar da Praia Vermelha tinha em sua grade curricular disciplinas mais inclinadas a Matemática, Filosofia e Letras, tendo pouca ênfase nas disciplinas voltadas para a prática da guerra.

Ainda que desde as últimas três décadas do século XIX as necessidades de modernização da força terrestre se mostrasse um imperativo incontornável, as ações mais concretas começaram a se manifestar no alvorecer da centúria seguinte. Este processo de renovação, ainda que condicionados pelas dificuldades econômicas do Brasil e das mudanças de diretrizes e focos do ensino militar, prosseguiu. As primeiras reformas foram dirigidas pelo Marechal João Nepumuceno de Medeiros Mallet, Ministro da Guerra do presidente Campos Sales. Entre 1898 e 1902, Mallet começa a promover mudanças na estrutura do Exército Brasileiro, buscando elevar o nível de formação e planejamento. No plano do rearmamento, elemento delicado, buscou reaparelhar o efetivo militar e suas organizações com material bélico moderno. Deste esforço, foi buscado realizar o desenvolvimento de “um programa de defesa de costa, que muito favorece a empresa Krupp na importação de material” (BELLINTANI, 2012, p. 197).



Se formação inicial do oficial não se mostrava muito alentadora em termos de profissionalização militar, a pós-formação era, no início, inexistente. Somente em 1905, com mudanças na lei de ensino do Exército Brasileiro é que a preocupação com a pós-formação militar começou a se impor, e, mesmo assim, a debilidade desta orientação chamava a atenção. Como salienta José Tarcísio Grunnennvaldt, quando de sua criação, a Escola de Estado-Maior exigia dos candidatos às suas vagas um conjunto de conhecimentos não muito aprofundados em temáticas bélicas, saberes militares e doutrinas (GRUNNENVALDT, 2005, p. 91). Isto significa que o perfil da preparação ainda se aproximava, apesar dos esforços de profissionalização oficialato, ao dos “bacharéis” e “doutores” influenciados pelo positivismo.

Para se ter uma noção do estado que imperava, os oficiais teoricamente versados na técnica militar e no planejamento para a guerra, não tinham plenas condições de cumprir a missão a que se dedica o Estado-Maior do Exército. O parecer negativo fica patente no estudo levado a cabo por Francisco Mancusso, que enfatiza que “os oficiais designados para a atuação no EME [Estado-Maior do Exército] não apresentava[m] formação teórica e experiência prática para a elaboração desses planos [de modernização]” (MANCUSSO, 2017, p. 41). Ainda que se tenham enviado oficiais para estagiar na Alemanha, estes parecem não terem contribuído para uma transformação no sistema de ensino do Exército Brasileiro. Sobre esta questão Adriana Iop Bellintani observa que o próprio Exército Brasileiro não soube tirar proveito das informações obtidas por estes oficiais. Não lhes foi encarregado tarefa nesse sentido, o que possibilita notar que “nenhuma modificação havia ocorrido na condução da instrução militar no corpo da tropa nem no ensino militar” (BELLINTANI, 2012, p. 202-203).

Após este brevíssimo levantamento do cenário educacional, vamos nos dirigir ao com elemento mais direto relacionado às nossas preocupações. Vamos restringir nossas observações somente aos princípios do século XX, quando o Exército ainda tentava por ordem em seu sistema de ensino e a reformulação das instituições educacionais militares. Destacamos que as unidades responsáveis por ministrar de maneira formal podem se revelar um ambiente ideal para a apreensão dos novos saberes da arte militar. Para tanto, vamos nos limitar aqui a duas instituições fundadas em um movimento de aprimoramento da educação castrense: a Escola de Artilharia e Engenharia e a Escola de Estado-Maior.

O Decreto n. 5698, de 2 de outubro de 1905 explicita a reunião de esforços para atualização do modelo de ensino no Exército por meio da aprovação dos regulamentos para os institutos militares de ensino. A norma promulgada se centrava no conjunto do sistema de ensino do Exército, contexto marcado pela extinção da Escola Militar da Praia Vermelha e criação da Escola de Guerra no Rio Grande do Sul. No referido decreto foi criada a Escola de Artilharia e Engenharia (art. 1o., linea b), a unidade militar era responsável pela realização dos cursos de formação das Armas da Artilharia e o da Engenharia (art. 34). Destacamos que os conteúdos programáticos eram compartilhados no primeiro ano, como as disciplinas de resistência dos materiais, estradas em geral, pontes e viadutos, definidos como conteúdos teóricos, ou **doutrina**, como ficou expresso no artigo 36. Destacamos a segunda aula do primeiro ano que trata da “Physica e chimica applicadas á arte de guerra (explosivos, telegraphia, telephonia, photographia e aerostação)”. Por sua vez, a instrução prática (art. 37) compreendiam matérias como, por exemplo, (1º grupo) manobras e evoluções de artilharia, (3º grupo) pratica de telegrafia, telefonia e fotografia, (6º grupo) trabalhos topográficos.

Neste período foi fundada uma escola focada na formação de oficiais para o **serviço de estado-maior**<sup>2</sup>. A parte do novo ordenamento que nos cabe nesta investigação integra o **Capítulo VIII da Escola de Estado-Maior**. Chamamos a atenção para o artigo 49 que se dedica ao conteúdo ministrado na unidade de ensino. O curso, com duração de vinte quatro meses, tinha como parte da matéria disponibilizada no primeiro período, na segunda aula, conhecimentos sobre tática aplicada, estratégia e a “história das principais campanhas e daquelas em que o Brasil tomou parte” (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1905). No segundo período, na segunda aula, dedicada também ao estudo da organização dos exércitos sulamericanos, encontra-se também o estudo sobre os instrumentos mais avançados empregados nas guerras de então: as vias férreas (“caminhos de ferro”), os telégrafos e, para nosso interesse, a aerostação (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1905).

Não acessamos ainda as ementas das disciplinas ministradas e nem seus manuais a fim de permitir uma compreensão devida sobre o que se pensava e como era enquadrado o planejamento relativo ao emprego da aerostação. Limitados pelas informações referentes a grade curricular contidas nos decretos, chamamos a atenção para a preocupação de parte do ensino militar com aquilo que poderia ser aprendido e aplicado em termos de arte da guerra. As inovações tecnológicas da segunda metade do século XIX e seus aperfeiçoamentos na entrada do século XX foram eram percebidos como algo a ser considerado em fase da acelerada conexão entre meio técnico-científico, preparação e aplicação para a batalha. Não esgotaremos neste artigo os limites destes esforços, pois estão muito além de nossas possibilidades atuais. Restringiremos aqui a mencionar o fato de o Brasil não estar na vanguarda das novidades dos novos tempos, sendo um país periférico e dependente, que, em face do cenário de rearmamento e modernização das Forças Armadas da América do Sul, tinha a imperiosa necessidade de adquirir, dentro de suas possibilidades, meios para não se deixar sobrepujar em um eventual cenário de conflito.

Notemos a similaridade entre os conteúdos ministrados na Escola de Artilharia e Engenharia e na Escola de Estado-Maior. Até a chegada do Tenente Juventino da França em 1908, a abordagem sobre o tema da aerostação militar era exclusivamente teórico, restrita às experiências colhidas nas operações brasileiras na Bacia do Prata do século precedente, além das experiências estrangeiras pelo balonismo militar na Guerra Civil Norte-Americana e da Guerra Franco-Prussiana.

## Adquirindo saberes

Confrontaremos a partir daqui um grupo de fatos que até o presente momento integram mais o campo das efemérides institucionais do que as páginas de estudos sobre história militar. Sobre as experiências de aerostação de Juventino da Fonseca não consolidamos um corpus documental robusto, nem um conjunto de estudos prévios que possam auxiliar a tratar o tema. Não logramos até o momento encontrar alguma notificação proveniente do Estado-Maior do Exército sobre o projeto, salvo breves passagens no **Diário Oficial da União**, provenientes do funcionamento burocrático

2. A antiga Escola Superior de Guerra, fundada no Império e extinta em 1898, na qual eram ministrados os cursos de Engenharia, Artilharia e Estado-Maior. No curso de Estado-Maior eram ministrado sobre aplicação militar da aerostação.

rotineiro do Ministério da Guerra e de periódicos brasileiros. Aguardemos futuros desdobramentos, a fim de saber o que a pesquisa arquivística poderá nos revelar. Por hora, nos contentemos com as dúvidas propiciadas pelas poucas informações. No mais, vamos nos contentar com as notícias fornecidas pelos expedientes pelo referido ministério de estado. Por meio de um destes, somos informados que o “2º. Tenente da cavallaria Juventino Fernandes da Fonseca vae á Europa em commissão do Governo” (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1907a, p. 20). A notícia datada de 3 do abril de 1907, não efetua quaisquer comentários ou revela indícios da participação do órgão de planejamento da força terrestre.

Um elemento salta aos olhos esta missão no exterior. Estamos na época das gestões dos Marechais Francisco de Paulo Argolo e Hermes da Fonseca, respectivamente Ministros da Guerra entre 1902 e 1909, que era marcada pela aproximação diplomática e militar do Brasil com a Alemanha (LUNA, 2011). Esta aproximação com a França e a adoção do *modus operandi* francês em aerostação contrasta com a política de envio de oficiais do Exército Brasileiro para cursarem nas acadêmicas alemãs. O envio de um militar para um curso civil na França era algum tipo de brecha no acordo de cooperação militar entre a República Brasileira e o Império Alemão? A preocupação em discorrer sobre esta questão ficará para outra pesquisa, pois, no momento, o que se afigura é a necessidade de lançar luz sobre a tentativa de a força terrestre iniciar o estudo prático da aerostação.

Em breve notícia divulgada pela edição do **Jornal do Brasil** de 6 de abril de 1907, menciona a previsão de partida do Tenente Juventino à França no dia 17 do mesmo mês. O oficial tinha por missão adquirir “dous globos aerostaticos para o Exercito” (JORNAL DO BRASIL, 1907a, p. 3). O início da viagem foi noticiada em 18 de abril no mesmo periódico. O militar só volta às páginas do jornal carioca em uma edição publicada em 23 de setembro de 1907, em reportagem intitulada **Um capítulo de Julio Verne**, na qual se relatava a primeira experiência balonística do Tenente Juventino. A alusão a obra **A volta ao mundo em 80 dias** não foi fortuita, ainda que a comparação com o cavaleiro inglês Phileas Fogg não seja de todo precisa, mas o pano de fundo de uma sociedade em rápida transformação, admirada com as inovações tecnológicas voadoras, deve ser colhida como algo atavicamente associada ao contexto brasileiro, fortemente influenciado à modernidade francesa.

Advertimos, contudo, que esta ascensão não foi uma ação dentro da instrução militar em aerostação, mas um voo conduzido no Aero-Club de França, com a pilotagem do capitão reformado Louis Godard do Exército Francês<sup>3</sup>. No jornal foram transcritos fragmentos da carta - datada de 22 de agosto - que Juventino da Fonseca enviara ao Ministério da Guerra, na qual relata sua viagem em um balão-livre de Paris a Poissy, descrevendo as impressões entusiasmadas do brasileiro, as dificuldades do balão diante das condições climáticas e o que era possível ver e ouvir durante o trajeto. O militar descreveu sua experiência ao se deslocar livremente ao sabor da corrente de ar a uma altura de cerca de dois mil metros que transcorreria de forma segura. Ao findar a aventura aeronáutica o tenente do Exército Brasileira comenta na missiva que nas “proximidades da floresta de Fontainebleau, ouvia-se distintamente como ribombar longinquo do trovão, o troar da artilharia

3. Luis Godard é filho do balosnista francês Eugene Godard, que tomou parte das operações de aerostação na Guerra Franco-Prussiana, destacam-se no Cerco de Paris (1871).

de um regimento francez que fazia exercicio” (p. 2). Possivelmente, a menção ao exercício de artilharia tivesse por ator a *École d'Application de l'Artillerie et du Génie* situada desde a Guerra Franco-Prussiana em Fontainebleu.

Em outra carta enviada à redação do **Jornal do Brasil**, o Tenente Juventino da Fonseca informou que participou no dia 15 de setembro de 1907, em Bruxelas, de um concurso de internacional balonismo. Convidado pelo Aero-Clube da Bélgica, usou o balão Radio-Solaire na disputa já como habilidade de conduzir o veículo sozinho. Decolando da capital Belga, aterrou na região de Waterloo, perfazendo um percurso que durou cinco horas. Lavenere-Wanderley menciona, sem citar fontes, que no voo o brasileiro foi acompanhado de um repórter belga neste que seria o terceiro executado desde o início de seus estudos sobre aeronáutica na Europa.

## Definindo um espaço para prática da aerostação

A concretização do projeto em dotar o Exército Brasileiro de meios aéreos implicava não apenas o esforço de aquisição de material francês, mas também o estabelecimento de um ambiente especializado para os estudos dedicados à prática da aerostação militar. A decisão à época definiu a Escola de Artilharia e Engenharia no bairro carioca do Realengo como espaço para abrigar o material aeronáutico importado da França e permitir condições para a realização das experiências com os balões antes de empregá-lo em exercícios de manobras militares.

Não dispomos, no momento, de subsídios para justificar a escolha da citada guarnição militar, todavia, temos como empreender certo número de conjecturas. Em primeiro lugar, no que se refere a uma questão espacial, não seria adequado a ocupação de um espaço nas dependências do Ministério da Guerra, do Estado-Maior e da Escola de Estado-Maior, no centro do Rio de Janeiro. A densidade demográfica demonstrava a inaptidão do entorno do Campo de Santana e dos arredores da estação de trem da Estrada de Ferro Dom Pedro II (atual Central do Brasil). Em oposição, as regiões periféricas da Zona Norte da cidade eram mais amplas, compreendendo áreas rurais mais planas entre Cascadura e Padre Miguel, onde já se encontravam unidades militares proximidades da via-férrea e possuidoras já de uma infraestrutura de cabos eletrificados. O lugar escolhido para a construção do hangar para acolher o parque aerostático ficava próximo da Fábrica de Cartuchos e Artíficos de Guerra.

Devemos esperar para o derradeiro mês de maio de 1908 para o *Jornal do Brasil* trazer novas informações sobre o Tenente Juventino e suas experiências aerostáticas. A construção do balão encomendado para o Exército Brasileiro concluiria em novembro de 1907, até a data, o oficial permaneceria na França dedicando-se ao estudo da aerostação. Em um primeiro momento, o balão adquirido seria experimentado no Rio de Janeiro antes de ser empregado nas manobras militares no Rio Grande do Sul em 1908.

No **Diário Oficial** de 8 de fevereiro de 1908, referente ao expediente do Ministério da Guerra de 30 de janeiro, dirigido ao chefe do Estado-Maior, determinada que o Tenente Juventino Fernandes da Fonseca, comissionado como “encarregado do parque aerostático que foi adquirido da França” (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1908a, p. 7). A chegada do material aeronáutico estava

prevista, segundo o jornal **O século** para 3 de fevereiro. Na mesma publicação, é informado que a “construção do material [do parque] foi feita pelo afamado constructor aeronauta francez [Louis] Godard, por intermedio da casa E. Lambert desta praça” (PARQUE..., 1908, p. 1). Em seguida, no expediente do dia 19 de fevereiro, o dito Ministério da Guerra determinou ao diretor-geral de Engenharia “nomear uma comissão de três officiaes para receber o parque aerostatico adquirido na Europa” (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1908b, p. 8). O manuscrito do **Termo de Exame do Parque Aerostático a cargo da Escola de Artilharia e Engenharia**, datado de 27 de agosto de 1910, citado por Adler, informa que foram adquiridos dois parques aerostáticos, cada um com dois balões.

Já na edição do Diário Oficial de 26 de fevereiro de 1908 o Ministro da Guerra ordenou orçar a despesa para a construção do galpão para abrigar o parque aerostático (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1908c, p. 8). Esta informação contraria o comentário de Nelson Freire Lavenere-Wanderley que afirma que já havia um hangar existente em Realengo proveniente “das experiências feitas com os balões de Augusto Severo e que ficava ao lado da Escola de Artilharia e Engenharia; no mesmo prédio dessa descola, funcionou, mais tarde, a Escola Militar” (LAVENERE-WANDERLEY, 1975, p. 27). A ascensão mal sucedida de Severo ocorreu em 1894 com o dirigível Bartolomeu de Gusmão, invenção que, ao que parece, seria utilizada para fins militares.

Concluída a estruturação da edificação a acolher o parque de aerostático, da qual não temos maiores detalhes atinentes ao tempo de duração e como foi concebida, foi definido como os passos seguintes a constituição de meios para a consecução dos experimentos com os balões. Enquanto isto, completando a formalística programada, o **Diário Oficial da União**, em 26 de fevereiro de 1908, informa sobre a ordem que determina ao já “1º. tenente de cavallaria Juventino Fernandes da Fonseca” se apresentar ao Comandante da Escola de Artilharia e Engenharia, “a fim de se encarregar do parque aerostatico a cargo daquela escola” (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1908c). Tendo sido tal determinação, seguiu-se os preparativos para a aquisição de meios para viabilizar as futuras ascensões. Em expediente do mesmo ministério datado de 1o de março de 1908 direcionado ao diretor do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro reservar “limalha de ferro para ser entregue ao encarregado do parque aerostatico” (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1908d, p. 8).

Estavam constituídas as condições mínimas de funcionamento de um ambiente para o Tenente Juventino empreender os estudos práticos com os globos trazidos da França. A montagem, a manutenção, a aquisição de insumos para a produção de hidrogênio, o recolhimento de componentes e máquinas, o depósito de peças de reposição, os demais meios físicos básicos foram devidamente obtidos e acolhidos. Restou, posteriormente, aplicar o conhecimento adquirido no curso ministrado por Louis Godard. De março a maio de 1908, o oficial do Exército Brasileiro pôs-se a se preparar para a decisiva execução da ascensão diante do Ministro da Guerra.

## Da teoria à prática da aerostação

No dia 20 de maio de 1908, após alguns adiamentos por conta dos compromissos do Ministro da Guerra Hermes da Fonseca, finalmente a tão esperada ascensão pôde ser realizada em Realengo. Não vamos aqui nos deter no sinistro que vitimou o Tenente Juventino da Fonseca, deixemos isto



para aqueles preocupados em investigar a história dos relatórios de acidentes aéreos, pois tal condução de esforços reflexivos nos conduziria a analisar elementos que nos afaste de nossa preocupação. Vamos nos concentrar da função a qual se destina a ação planejada e executada naquele dia. Dividiremos aqui dois aspectos relativos à ascensão do oficial brasileiro tomando como referência as informações transmitidas pelo mesmo ao **Jornal do Brasil** e com base na testemunha ocular do jornalista que acompanhou o ocorrido.

Iniciaremos aqui, segundo a notícia publicada no já referido periódico carioca, aquilo que foi observado pelo olhar atento do repórter que acompanhou progressivamente os preparativos da ascensão. Seleccionamos abaixo um trecho relativo aos preparativos da ascensão:

*Logo começou a montagem dos parques de aerostatos, auxiliado pelo mecanico Delamare, da casa Lambert, representante do Capitão Louis Godard nesta capital.*

*Dedicou-se o activo e sympathico official á montagem dos parques, ficando com uma turma de praças, que ele educava com carinho e esmero, para auxiliar-o nos seus trabalhos (UM DRAMA..., 1908, p. 4).*

Nada nos é relatado sobre os preparativos daqueles que dariam apoio à ascensão. No estado atual da pesquisa, desconhecemos qual foi a instrução ministrada aos praças que compunham a equipe do parque de aerostação. Conjecturamos que desde a sua chega em fevereiro de 1908, Juventino da Fonseca adestrou uma equipe de militares no trato das atividades de apoio do balonismo militar. Sabemos pelas parcas notícias jornalísticas que o oficial travou contato com as práticas do balonismo militar francês, mas não temos conhecimento para saber exatamente o que foi aprendido. O curso ministrado ao tenente era de balonismo conforme os parâmetros adotados pelo Aero-Clube de França. Ainda que o instrutor tenha sido um oficial reformado, não podemos afirmar categoricamente que os conhecimentos transmitidos levassem no seu bojo parte do know-how técnico-militar necessário para a constituição de um parque de aerostação militar propriamente dito.

Sobre o adestramento dos praças, precisamos fazer uma aproximação com aquilo que foi praticado na França, conforme eram expressadas nas instruções emanadas pelo Ministère de la Guerre. O que poderemos trazer à baila no momento é perceber um esforço, uma aproximação daquilo que era ensinado naqueles tempos com uma possível aprendizagem do Tenente Juventino.

*O Tenente Juventino da Fonseca e o engenheiro Delamare receberam o Sr. Ministro da Guerra. S. Ex. examinou cinco viaturas enfileiradas no lado do balão contendo hydrogenio. Cada uma dessas viaturas contém 12 tubos de ferro.*

*(...)Soldados do 1o, 7o, 10o, 22o e 38o batalhões auxiliares do Tenente Juventino, já adestrados no trabalho, obedeciam aos signaes de commando, que eram dados por apitos, pelo Tenente Juventino. Dous soldados agarravam a mangueira, por causa da força do hydrogenio. Outros soldados seguravam uma corda, que pendia das malhas do envolucro do aerostato.*

*Cerca de 40 saccos, contendo cada um 14 kilogrammas de areia, mantinham o equilibrio do balão. O trabalho de enchimento era feito por operarios do Arsenal de Guerra e pelo mestre geral da Fabrica de Cartuchos (UM DRAMA..., 1908, p. 4).*

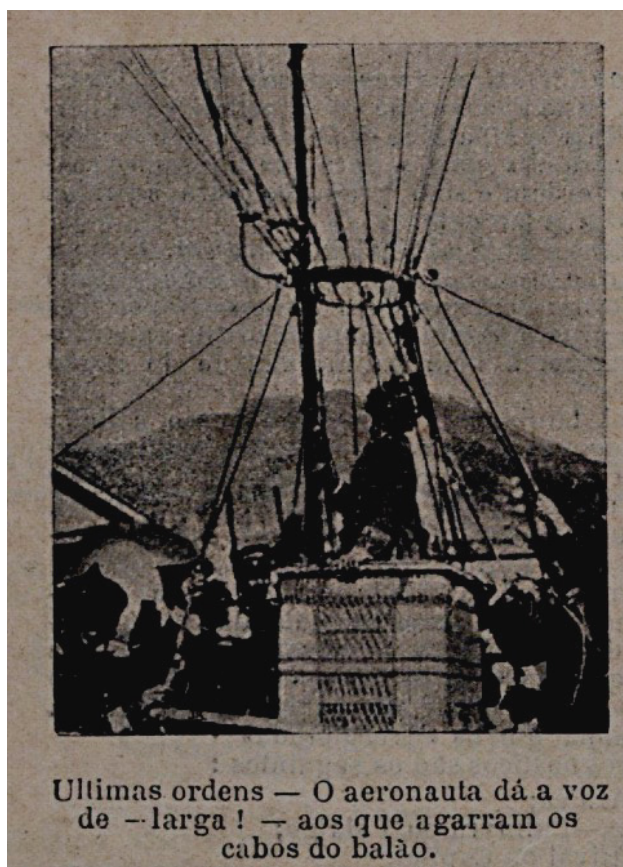


Desconhecemos os manuais militares acessados pelo brasileiro, mas a orientação destes talvez possa ser rastreada. Consideremos, provisoriamente, aquilo registrado no terceiro volume da Instruction pratique sur le service des aérostats militaires. A obra foi publicada em 1908, refere-se a uma orientação do Ministério da Guerra Francês estabelecida em 12 de setembro do ano anterior, período no qual Juventino da Fonseca encontrava-se na Europa. A referida instrução do Exército Francês ajuda a lançar uma luz sobre aquilo que o militar brasileiro estava executando.



**Figura 1:** Preenchimento do aeróstato em Realengo

**Fonte:** O Malho (A TRAGÉDIA..., 1908)



**Figura 2:** Tenente Juventino da Fonseca na barquinha do aeróstato pouco antes do acidente.

**Fonte:** O Malho (A TRAGÉDIA..., 1908)

O capítulo I da obra inicia com uma seção correspondente ao pessoal que integra uma manobra de balão inflado. Manobra aqui entendida como ação executada para permitir a ascensão de um aeróstato, não uma manobra militar (exercício ou movimento em batalha). “383. Toda manobra aerostática” diz a instrução “é executada por uma fração da companhia de sapadores aerostateiros chamada de seção de manobra e comandada por um oficial ou, na sua ausência, por um adjunto” (MINISTERE DE LA GUERRE, 1908, p. 5). “A seção de manobra” continua “é formada de brigadas cujo número e composição variam com a natureza da manobra a ser executada” (MINISTERE DE LA GUERRE, 1908, p. 5). Cada brigada pode ser subdividida em grupos especializados em uma dada tarefa, tendo a frente um cabo que serve de intermediário ao comandante da manobra do balão. A instrução revela a existência de formalização da comunicação das ações a ser perpetradas, restringindo a expressão enfática e em voz alta ao comandante, quanto aos demais devem falar em voz baixa ou empregar sinais preestabelecidos. Existem movimentos específicos para a condução do aeróstato, seja para o caso do emprego do balão cativo quanto do balão livre.

Talvez, por ser um documento de instrução do Exército Francês, portanto, de acesso pouco ou nada ostensivo a estrangeiros, o oficial brasileiro não travou contato direto com o mesmo. Cogitamos, contudo, que certas realidades podem externalizar orientações normativas e instruções, e, portanto, observáveis por testemunhas atentas. Chamamos a atenção para a divisão de tarefas que a atividade de aerostação implicava e como cada uma implicava um conhecimento específico para a sua realização. Em suma, ainda que a imagem do balonista, do piloto, seja a mais popular, não devemos esquecer que a condução do balão uma atividade complexa, demandando a atuação de diferentes agentes na realização do preparo do balão, como se expressa na reportagem do Jornal do Brasil, na condução das viaturas que compõe o parque aerostático até o local da ascensão, a produção do hidrogênio para encher o invólucro do aeróstato e a operação de enchimento que demandava a fiscalização por parte do oficial envolvido. O suporte para a preparação do balão inflado demandava também outro conjunto de atores com seu papel bem definido, como fica explicitado pela instrução do Ministério da Guerra Francês.

A segunda referência que gostaríamos de extrair do relato jornalístico refere-se às ações simuladas propostas para a ascensão do aeróstato de Juventino da Fonseca. Em maio de 1908 foi estabelecido por Juventino dois exercícios militares visando avaliar o desempenho da aerostação em território brasileiro. Para tanto, estabelece duas ações que objetivam simular um cenário de conflito sob dois aspectos distintos e, para cada um deles, um conjunto de ações. Denominando por *thema*, o oficial descreveu duas situações com as quais um aeroesteiro deveria se situar a fim de demonstrar as capacidades a utilidade do meio aéreo. Segue abaixo o *thema* estipulado:

*1º thema - Uma divisão mixta de 4.000 homens, recebe ordem na Capital Federal, de ir ao encontro de uma força inimiga desembarcada em Sepetiba e dirigindo-se pela estrada de Santa Cruz.*

*É o caso do balão cativo e que se supõe seguir na vanguarda do exercito de defesa, no Realengo o supposto ainda fazendo parte das vedetas em uma força de cavallaria, que avisa ao commando chefe do que a extrema ponta do inimigo está em Bangu.*

*Recebida a ordem necessaria vae o balão fazer a exploração.*

*Em 20 minutos está o balão prompto a ascender e elevando-se á altura de 500 metros, [...] [...] explora uma zona de dous killometros.*

*Passados cinco minutos de observação, o piloto do balão descobre o grosso da força inimiga além de Bangu á uns 6 kilometros: calcula essa força em 5.000 homes, das tres armas.*

*Pelo telephone communica a observação feita e pelo commando da vanguarda recebe ordem para fazer signaes semaphoricos ao posto telegraphico para que este posto communique ao commando da divisão o qual determina que o aerostatico faça uma exploração rapida na zona batida pelo inimigo (UM DRAMA..., 1908, p. 4).*

### Como aeróstato livre

*2º thema - Suppõe-se o Realengo sitiado, e é necessario explorar o campo inimigo.*

*É o caso do balão livre.*

*O balão sóbe mas para considerar todo o pessimismo, suppõe-se que toma a direcção, levado pelas correntes aereas.*

*O aeronauta, a exemplo da Gambetta, manobra para não ficar prisioneiro e suppõe-se que a 2.300 metros encontra a corrente que deseja.*

*No fim de uma ou duas horas passa por cima da linha inimiga, sendo saudado por alguns tiros o que é natural.*

*Explorada parte do terreno solta um pombo-correio, com o seguinte telegramma:*

*"Transpuz linha inimiga, sem novidade. Viva o Brasil!"*

*No fim de tres horas de viagem tenta baixar a terra mas não o consegue, por se perseguido por uma patrulha de cavallaria inimiga, tal qual como Gambetta, mas nota que de uma fazenda proxima lhe acenavam com lenços brancos, symbolos de paz e amizade. Desce.*

*Toma mais informações e solta outro pombo-correio (UM DRAMA..., 1908, p. 4).*

Em primeiro lugar, vale fazer menção as reflexões do militar helvético Antoine-Henri Jomini, autor de **Compêndio da Arte da Guerra** (1836). Destacamos no Capítulo VI o artigo 42 que leva um título muito sugestivo: Dos reconhecimentos e outros meios de conhecer os movimentos do inimigo. Podemos dizer que esta literatura não era estranha ao oficialato brasileiro e parte da intelectualidade brasileira. O tratado de Jomini já era conhecido desde o século XIX, sendo, inclusive, mencionado por Euclides da Cunha em sua obra magna **Os Sertões** (1902). A influência do pensamento militar do moficial helvético pode não ser acessada diretamente nas ações do tenente brasileira, mas empreendemos aqui uma importante contribuição de Jomini logo na abertura do artigo.

*Um dos processos mais relevantes para a eficaz concepção de hábeis manobras de guerra seria, incontestavelmente, ordená-las unicamente quando se tivesse um conhecimento exacto daquilo que o inimigo iria fazer. De facto, como podemos saber o que devemos fazer se ignoramos o que faz o adversário? Todavia, este conhecimento é tão decisivo quanto é difficil de obter, para não dizer impossível, e é a', precisamente, que está uma das causas que tornam a teoria da guerra tão diferente da prática (JOMINI, 2010, p. 391).*

Sem querer expor aqui e esmiuçar os detalhes do refinamento jominiano acerca do tema e as diversas possibilidades de aquisição e a confiabilidade de informações, na visão de um homem que combateu nas Guerras Napoleônicas, vamos nos ater apenas uma das formas de um comandante deter o melhor número de dados possíveis para desempenhar bem suas atribuições. Quanto a isto, centrar-nos-emos aos meios aéreo e as dúvidas acerca do sucesso do emprego do aeróstato. Ainda

expressando certa desconfiança com o pleno sucesso, Jomini acrescenta que mantendo-se “o balão a uma altitude mais baixa, colocando nele um oficial capaz de avaliar criteriosamente os movimentos do inimigo e aperfeiçoando o reduzido número de sinais que se poderiam usar, haveria circunstâncias em que, provavelmente, dele tiraríamos algumas vantagens” (JOMINI, 2010, p. 399). As vantagens foram sendo adquiridas a medida que a tecnologia da aerostação progrediu desde a primeira *Compagnie d'aérostiers* das Guerras Napoleônicas, aprimoradas com as experiências obtidas no Cerco de Paris, terrível episódio da Guerra Franco-Prussiana, como recorda a reportagem do **Jornal do Brasil**<sup>4</sup>.

Assim, portanto, os exercícios de Juventino da Fonseca convergem com as preocupações com a melhor forma de um dado grupo combatente ter as melhores informações sobre o movimento de seu adversário tanto para identificar a aproximação deste em um teatro de operações quanto em uma difícil situação de assédio militar. Os dois temas publicados pelo jornal carioca reportam-se a duas situações hipotéticas de manobra, confrontadas com técnicas e meios aéreos diferentes e execução de aquisição de informações adaptadas a cada caso proposto. Devemos ficar atentos para um silêncio nos dados obtidos com as notícias dos jornais daquele período: não há qualquer menção ao treinamento do tenente brasileiro em balões cativos. Só há uma breve menção a compra de dois aerostatos e nada mais. Se a publicização ou não das experiências aéreas de Juventino cumpria um plano de sigilo de informações não podemos afirmar, mas, talvez, isto seja verossímil, considerando o fato de estarmos lidando com a prática da aerostação para finalidade bélica e não desportiva e existir certo nível de rivalidade entre Brasil-Argentina. Não esqueçamos da menção aos exercícios de manobras que seriam realizadas no Rio Grande do Sul, região que representava um sério dilema estratégico para o Exército Brasileiro.

Não temos os detalhes do programa de execução das demonstrações e nem da mobilização de pessoas e meios para sua realização. Se houve um plano de ação escrito, o acervo documental que o abriga não foi identificado ainda. Pelas poucas informações provenientes dos meios jornalísticos, não temos condições de dizer se as forças acionadas descritas como adversários eram tropas em movimento que integravam a demonstração a ser realizada por Juventino. Deve ser compreendida, acreditamos, a ascensão de balão cativo como um teste da capacidade de um observador em identificar o deslocamento de forças antagônicas que, vindo do Sepetiba transitando pela antiga Estrada Real de Santa Cruz, e de transmitir as informações devidamente para o seu grupo combatente e ao “commando da divisão” pelo meios telefônico, telegráfico ou por sinais semafóricos. Nota-se a convergência dos diversos inventos provenientes da Segunda Revolução industrial para incrementar o desempenho da aerostação militar. Em nenhum momento é possível verificar entre as linhas das poucas notícias divulgadas uma interação da ascensão do balão cativo com a artilharia.

Quanto ao voo livre de um aerostato pelos céus, a capacidade de evasão de um cerco ilustra bem o potencial de emprego do engenho. Contudo, a função de uma ascensão livre de um balão prende-se mais, conforme o texto, a capacidade de colher informações e efetuar o reconhecimento em um cenário extremamente desfavorável e transmissão dos conhecimentos adquiridos do campo

4. O texto publicado faz menção a Léon Gambetta, Ministro do Interior e da Guerra francês, que logrou fugir de Paris sitiada pelas tropas prussianas utilizando um balão livre.



para fora da zona de batalha. Se a experiência aerostática do Tenente Juventino não pode ser relatada por conta do seu acidente, o voo sobre os exercícios de tiro em Fontainebleu ocorrido em 1907 auxilia a ilustrar bem o que era permitido ver a um observador aerosteiro. Ouvir do alto os sons das peças de artilharia em uso, contabilizar o quantitativo do efetivo envolvido e relatar aquilo que havia sido testemunhado aos seus superiores.

É possível Juventino da Fonseca ter efetuado contato com manuais de instrução franceses, como já o dissemos acima. Há a devida aproximação daquilo que tento demonstrar ao Ministro da Guerra Hermes da Fonseca com a **Instruction pratique provisoire du 8 Juin 1897 sur Le Service du Génie en Campagne**, publicada sua segunda edição em 1903. A função de uma seção de aerostação era, conforme a citada instrução francesa, a de efetuar reconhecimento do “movimento do inimigo e ser os olhos de suas tropas” (p. 220).

## Considerações finais

O dia 20 de maio de 1908, data do acidente fatal que vitimou o Tenente Juventino Fernandes da Fonseca não cessou o projeto de dotar o Exército Brasileiro de meios aéreos, mas atacou frontalmente as possibilidades de o Parque Aerostático funcionar com os componentes que restaram. Este planejamento, mesmo muito pontual, representou o interesse do Exército Brasileiro pelas novas técnicas de utilidade bélica. A observação privilegiada de uma operação militar permitia foi a principal competência almejada pelo Exército Brasileiro.

Mais do que certezas, nosso empenho em iluminar a tentativa de dotar a força terrestre de meios aéreos mais leves que o ar lançaram mais dúvidas. O tom mais descritivo deste artigo abriu passagem para se pensar futuramente em tentar articular a implementação do parque aerostático em Realengo com o conhecimento ensinado das Escolas de Estado-Maior e de Artilharia e Engenharia. Vale tentar questionar sobre uma possível relação entre os instrutores das cadeiras relativas à aerostação destes estabelecimentos de ensino, pois, estamos em um período marcado por tentar aproximar a teoria pura das escolas com a efetiva prática militar.

A identificação do cenário permite pensar em uma possível participação, apesar do silêncio do corpus documental coletado neste artigo, do Estado-Maior do Exército no planejamento da manobra aerostática de Juventino da Fonseca. Não podemos pensar que a demonstração preparada pudesse ter sido iniciativa única de um oficial subalterno. A articulação de diversas unidades militares demandava uma série de autorizações de permitiu a execução das decisões do Ministro Hermes da Fonseca, ramificando-as, explicitamente para a Fábrica de Cartucho de Realengo, Arsenal de Guerra, Escola de Artilharia e Engenharia, faltando identificar a procedência dos soldados empenhados na manobra do aerostato. Em suma, ainda um universo de fontes documentais a ser investigada a fim de situar corretamente a questão da aerostação militar no Brasil.

## Referências

- A LUCTA pelo azul. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 22 e maio de 1908, ano XXIV, n. 8632, p. 1
- A TRAGÉDIA dos balões. **O Malho**. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1908, ano VII, n. 298.
- BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. Tese defendida na Universidade de Brasília. Brasília. 2009
- BUENO, C. **Política externa na Primeira República: os anos de apogeu – de 1902 a 1918**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Aerostação: as primeiras experiências aeronáuticas no Brasil**. In: Revista da UNIFA, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 47-58, jul./dez. 2019.
- CERVO, Amado Luiz, BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4 ed. Brasília: EdUnB, 2011.
- EL VUELO del Cóndor. **Fuerza Aérea Argentina: 1912-2012 Cien años protegiendo nuestro cielo**. Buenos Aires: Editorial de Arte, 2012.
- FAUSTO, Boris; HOLANDA, Sergio Buarque de (Org.). **O Brasil Republicano: sociedade e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (História Geral da Civilização Brasileira, v. 10).
- GRUNENVALDT, J. T. **A educação militar nos marcos da Primeira República: estudo dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. Tese de Doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.
- JOMINI, Antoine-Henri. **Compêndio de Arte da Guerra**. Lisboa: Sílabo, 2009.
- JORNAL DO BRASIL**, Sábado, 6 de abril de 1907, ano XVII, n. 96, p. 1.
- LAVANÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire. **História da Força Aérea Brasileira**. Rio de Janeiro: Gráfica Brasileira, 1975.
- LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. **O desenvolvimento do Exército e as relações militares entre Brasil e Alemanha (1889-1920)**.
- MARCUSSO, M. F. **Educação militar brasileira: os regulamentos de ensino da Escola de Estado-Maior do Exército (1905-1937)**. Tese de Doutorado defendida na Universidade Federal de São Carlos, 2017.
- MINISTÉRIO DA GUERRA. **Decreto n. 5698, de 2 de outubro de 1905**. Aprova os regulamentos para os institutos militares de ensino. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5698-2-outubro-1905-522360-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 12 fev 2022.



MINISTÉRIO DA GUERRA. **Relatório do Ministério da GUERRA - 1906**. Apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Marechal Francsico de Paula Argollo. Ministro de Estado da Guerra em 1906. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

MINISTÉRIO DA GUERRA, **DIÁRIO OFICIAL**, 11 de abril de 1907, p. 20.

MINISTÉRIO DA GUERRA. **Diário Oficial**. 8 de fevereiro de 1908a, p. 7.

MINISTÉRIO DA GUERRA. **Diário Oficial**. 28 de maio de 1908b, p. 17.

MINISTÉRIO DA GUERRA. **Diário Oficial**. 26 de fevereiro de 1908c, p. 8.

MINISTÉRIO DA GUERRA. **Diário Oficial**. 7 de março de 1908d, p. 8.

MINISTÈRE DE LA GUERRE. **Instruction pratique provisoire du 8 Juin 1897 sur Le Service du Génie en Campagne**. 2 ed. Paris: Henri Charles-Lavauzelle, 1903.

MINISTÈRE DE LA GUERRE. **Instruction pratique sur le service des aérostats militaires: instruction générale**. Paris: Henri Charles-Laauzelle Éditeur militaire, 1908, 3v.

NOTÍCIAS MILITARES. **JORNAL DO BRASIL**. Segunda-feira, 11 de maio de 1908, ano XVIII, n. 132.

PARQUE AEROSTÁTICO MILITAR. **O Século**. Rio de Janeiro, ano II, n. 435, p. 1.

SANTOS, Murillo. **Evolução do Poder Aéreo**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia/Incaer, 1989.

UM CAPÍTULO DE JULIO VERNE. **JORNAL DO BRASIL**, Rio de Janeiro, Ano XVII, n. 266, Segunda-Feira, 23 de setembro de 1907.

**UM DRAMA NO ESPAÇO. O TENENTE JUVENTINO DA FONSECA. TRISTE ACCIDENTE NO REALENGO**. **JORNAL DO BRASIL**, Rio de Janeiro, Anno XVIII, n. 142, Rio de Janeiro, Quinta-feira, 21 de maio de 1908.

VERNE, Júlio. **A volta ao mundo em 80 dias**. Rio de Janeiro: Editôra Matos Peixoto, 1965.

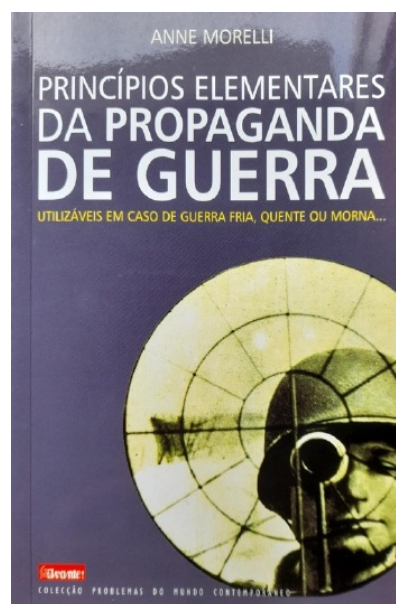
---

# Livro em Destaque

O livro *Princípios elementares da Propaganda de Guerra – Utilizáveis em caso de Guerra Fria, Quente ou Morna* (Editora Avante! Lisboa, 2008) – da historiadora Anne Morelli, professora da Universidade Livre de Bruxelas e especialista em crítica histórica aplicada à mídia moderna – ajuda a entender a guerra midiática e informacional do conflito na Ucrânia.

Morelli usa como fonte a obra de Arthur Ponsonby, publicada em Londres em 1928, com o título *Falsehood in Wartime*.

Ponsonby, hostil à entrada da Grã-Bretanha na guerra em 1914, era representante na Câmara dos Comuns e depois na Câmara dos Lordes. Ele descreveu alguns mecanismos essenciais da propaganda de guerra, que podem ser resumidos em “dez mandamentos”.



Morelli sistematiza os “dez mandamentos” em dez capítulos demonstrando que os princípios não foram aplicados apenas na Primeira Guerra Mundial, mas também regularmente em conflitos mais recentes.

A historiadora ressalta que não procurou sondar a pureza de intenções de uns e de outros, nem quem diz a verdade ou está de boa-fé, mas apenas ilustrar os princípios da propaganda.

## **Não queremos guerra, estamos apenas nos defendendo!**

Segundo Morelli, os próprios estadistas de todos os países sempre garantiram solenemente que não querem a guerra. As guerras são sempre indesejadas, só muito raramente uma guerra é vista positivamente pela população. Com o surgimento da democracia, o consentimento da população torna-se indispensável, por isso a guerra deve ser rejeitada e todos devem ser pacifistas de coração, ao contrário da Idade Média, quando a opinião da população era de pouca importância. "Assim, o governo francês mobiliza o exército e anuncia ao mesmo tempo que a mobilização não é uma guerra, mas, ao contrário, a melhor maneira de garantir a paz". "Se todos os líderes são inspirados pela mesma vontade de paz, pode-se perguntar por que as guerras irrompem, afinal". O segundo princípio fornece uma resposta a essa pergunta.

## **Nosso adversário é o único responsável por esta guerra!**

Morelli afirma que esse princípio decorre do fato de que cada parte assegura ser compelida a declarar guerra para evitar que o adversário "destrua nossos valores, ponha em risco nossa liberdade ou nos destrua por completo". É o paradoxo de uma guerra que é travada para evitar guerras. Isso nos leva quase à frase mítica de George Orwell: "Guerra é paz". De acordo com esse entendimento, os EUA foram forçados a travar uma guerra contra o Iraque, porque o Iraque não lhe deixou outra escolha.

## **O líder do nosso adversário é inerentemente mau e se assemelha ao diabo**

Morelli escreve: "Você não pode odiar um grupo de pessoas completamente, nem mesmo como seus inimigos. Portanto, é mais eficaz direcionar o ódio para a personalidade principal do país inimigo. Assim, 'o inimigo' terá um rosto, e esse rosto naturalmente se tornará objeto de ódio".

Ela comenta: "O vencedor sempre se retratará como um pacifista que ama acordos pacíficos e compreensão mútua, mas é forçado a entrar em guerra pelo campo oposto, como Bush ou Blair fizeram". "O campo inimigo é certamente dirigido por um maníaco, um monstro (Milosevic, Bin Laden, Saddam Hussein), (...) que nos desafia e do qual devemos libertar a humanidade".

## **Defendemos uma causa nobre, não nossos interesses particulares!**

Morelli analisa que os objetivos econômicos e geopolíticos da guerra devem ser mascarados por um ideal, por valores morais e legítimos. Assim, George W. Bush declarou: "Há pessoas que nunca vão entender isso. A luta não é pelo petróleo, a luta é contra a agressão brutal". O *Le Monde* escreveu em 22 de janeiro de 1991: "Os objetivos desta guerra são, antes de tudo, os objetivos do Conselho de Segurança da ONU. Participamos desta guerra pelas razões por trás das decisões do Conselho de Segurança e o objetivo essencialmente é a libertação do Kuwait".

## **O inimigo está cometendo atrocidades propositalmente; se estamos cometendo erros isso acontece sem intenção**

Morelli sustenta que as histórias sobre as atrocidades do inimigo são um elemento essencial da propaganda. As crueldades fazem parte de todas as guerras. Mas insistir na visão de que apenas o inimigo cometeu atrocidades e que o exército "humanitário" era amado pela população faz com que histórias de atrocidades façam parte da propaganda. Além disso, continua Morelli, a propaganda de guerra não se contenta com os incidentes reais, ela precisa inventar atrocidades desumanas para fazer o inimigo parecer o alter ego de Hitler.

Ela quase não vê diferenças na forma como as atrocidades são descritas em diferentes guerras. Para o período da Primeira Guerra Mundial, Ponsonby retrata o estupro coletivo, assassinato, maus-tratos e mutilação de crianças por soldados alemães. Morelli mostra como são semelhantes os relatos de guerras no Iraque, Afeganistão e Kosovo.

## **O inimigo faz uso de armas ilegais**

Morelli vê este princípio como um complemento ao anterior. "Não cometemos atrocidades, mas, pelo contrário, vamos guerrear com cavalheirismo, seguindo as regras, como num concurso, claro, são regras duras e masculinas". Houve protestos furiosos na Primeira Guerra Mundial contra o uso de gás venenoso. Cada parte em conflito acusou a outra de tê-la iniciado. Embora ambos usassem o gás como arma e estivessem fazendo pesquisas nesse campo, era a expressão simbólica da guerra desumana. Portanto, conclui Morelli, foi atribuída ao inimigo como arma indecente e enganosa.

## **Sofremos poucas perdas, as perdas do inimigo são consideráveis**

Morelli explica esse princípio ou mandamento da seguinte forma: "Com raras exceções, as pessoas

tendem a se unir à causa vitoriosa. No caso da guerra, a preferência da opinião pública depende muito dos resultados aparentes do conflito. Se os resultados não forem bons, a propaganda deve disfarçar nossas perdas e exagerar as do inimigo".

Ela cita o fato de que já na Primeira Guerra Mundial as perdas se acumularam no primeiro mês e subiram para 313.000 baixas. Mas o Comando Supremo britânico nunca relatou a perda de um cavalo e não publicou uma lista dos mortos.

Morelli vê a guerra do Iraque como outro exemplo da proibição da publicação de fotografias de caixões de soldados americanos. As perdas do inimigo, no entanto, foram gigantescas, seu exército não ofereceu resistência. "Esse tipo de informação eleva o moral em ambos os campos e torna a opinião pública convencida da eficácia do conflito".

### **Intelectuais e artistas reconhecidos apoiam nossa causa**

Morelli afirma que, desde a Primeira Guerra Mundial, os intelectuais apoiaram massivamente seu próprio campo. Cada partido de guerra contou com o apoio de artistas, escritores e músicos que apoiaram as preocupações de seus países por meio de iniciativas em seus campos de atuação.

### **Nossa causa é sagrada**

Esse critério é entendido por Morelli de duas maneiras diferentes: no sentido literal, a guerra se apresenta como uma cruzada, respaldada por uma missão divina. Não se deve fugir da vontade de Deus, deve-se cumpri-la. Essa visão ganhou nova importância desde que George W. Bush assumiu o cargo, afirma Morelli. A guerra do Iraque aparece nesta visão como uma cruzada contra o "eixo do mal", como a "luta do bem contra o mal". É visto como um dever levar a democracia ao Iraque, um valor que brotou diretamente da vontade de Deus.

### **Quem duvida da nossa propaganda ajuda o inimigo e é um traidor**

Este último princípio complementa todos os outros, explica Morelli. Quem questiona apenas um dos princípios é necessariamente um colaborador. Existem apenas duas áreas, boas e ruins. Você só pode ser a favor ou contra o mal. Os opositores da guerra do Kosovo são, portanto, cúmplices de Milošević. Grupos inteiros são considerados antiamericanos, Pierre Bourdieu, Régis Debray, Serge Halimi, Noam Chomsky ou Harold Pinter.

Assim, diz Morelli, fica impossível emitir opinião divergente sem correr o risco de um "processo de linchamento da mídia". O pluralismo normal de opiniões não existe mais, toda oposição é silenciada e desacreditada por falsos argumentos.

Segundo Morelli, esse procedimento foi aplicado novamente na guerra do Iraque, embora o público mundial estivesse muito mais dividido do que no conflito de Kosovo. Ser contra a guerra significava defender Saddam Hussein. O mesmo desenho foi utilizado num contexto completamente diferente, nomeadamente durante a votação da Constituição Europeia. Ser contra a Constituição significava ser contra a Europa.

\*Jornalista Alexandre Galante, especializado em assuntos militares e editor-chefe da revista e trilogia de sites Forças de Defesa. Serviu à Marinha do Brasil a bordo da fragata Niterói, colaborou com revistas especializadas e trabalhou no jornal O Globo

FONTE CONSULTADA: [https://resistir.info/vari0s/propaganda\\_guerra.html](https://resistir.info/vari0s/propaganda_guerra.html)





Revista Brasileira de

# História Militar

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.